

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXXV - Nº190 ISSN-0101-4919 JULHO - SETEMBRO 2003

SUMÁRIO

De Campinas (1774) a São Carlos (1797)	235
Odilon Nogueira de Matos	
Alguns problemas ocorridos em Campinas na transição de vila à cidade	239
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Um humanista português	243
Duílio Battistoni Filho	
O Compêndio de História da América , de Rocha Pombo: uma apreciação crítica	247
Lilian Inés Zanotti de Medrano, Luciana de Oliveira Valetton e Lidiane Mariana da Silva Gomes	
A Filosofia Positiva, e sua difusão por Martins Fontes	273
Rui Calisto	

Gabriel Soares na historiografia dos primeiros anos	301
Leonardo Dantas Silva	
Caravana Pereira Barreto	311
José Eduardo de Oliveira Bruno	

De Uma Pasta de Velhos Recortes

Foi Vespucci um espião?	325
A. Piccarolo	

Textos (Sugestões para Seminários)

Convite aos paulistas para uma Federação (Manuel Lucas de Oliveira)	331
A justificação da monarquia absoluta (Bossuet)	332

Estrangeiros que Escreveram Sobre o Brasil

Charles Ribeyrolles (1812-1860)	333
Nosso primeiro Imperador visto por (Ribeyrolles)	337

Rabiscos de um Escrevinhador

402. A República no interior paulista	343
403. Uma "geografia" já "histórica"	344
404. À memória de um sacerdote historiador	346
405. Da religião ao Folclore e à História	347

DE CAMPINAS (1774) A SÃO CARLOS (1797)

Odilon Nogueira de MATOS

O quarto de século abrangido pelo título deste comentário representa algo de muito substancial para a história campineira. Parece-nos fundamental, de início, situar a fundação de Campinas no grande movimento do povoamento interior que caracterizou o período que se seguiu à restauração de Capitania de São Paulo, em 1765. É difícil, senão impossível, conhecer-se a data exata em que os primeiros povoadores aqui se fixaram. A primeira concessão de sesmária remonta a 1732, o que tem levado alguns autores a reivindicarem para essa data a fundação de Campinas. Cumpre, todavia, observar que a simples doação de sesmária não implica necessariamente em povoamento e menos ainda em fundação de cidade. Por isso, devemos distinguir entre **fundação real**, quase sempre impossível de ser determinada, e **fundação oficial**, ou seja a que resulta dos primeiros documentos oficiais. E observe-se que, no mais das vezes os que testemunharam a primeira não chegam a alcançar a segunda.

O que ocorreu com Campinas, a este respeito é significativo. Aos primeiros povoadores - Barreto Leme e seus companheiros - vieram dar alento às medidas tomadas ao tempo do Morgado de Mateus e que resultaram na criação de **freguesia**, em 1774. Nesta situação de **freguesia** permaneceu nossa Campinas por um quarto de século, ou seja até 1797, quando se elevou à categoria de **vila**, desmembrada da de Jundiáí, à qual originalmente pertencia.

O desenvolvimento da freguesia mais para o final do século XVIII, tendo por base o cultivo da cana-de-açúcar e da agricultura de subsistência, levou seus moradores a solicitarem ao governo da Capitania a elevação à categoria de **Vila**. Na estrutura administrativa da época, a criação de uma vila implicava a instituição do poder municipal. Alegavam

os campineiros o valor de seus rendimentos, o número de suas lavouras e o fato de serem quase todos **engenheiros**, isto é, proprietários de engenhos, o que lhes trazia grande prejuízo em terem de servir à Câmara de Jundiáí. A petição assinada por quarenta e sete moradores, foi avalizada pelo pároco da Freguesia.

Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, o novo governador da Capitania de São Paulo, ao qual se dirigiram os campineiros, considerando justa a petição que lhe fora endereçada, houve por bem atendê-la por provisão de 4 e portaria de 16 de novembro do mesmo ano de 1797. E a instalação do novo **município** ocorreu nos dias 12, 13, 14 e 15 de dezembro do mesmo ano. Passaremos, a seguir, a registrar os trâmites do importante acontecimento.

A 12 de dezembro, com efeito, tiveram início as cerimônias da instalação da Vila. Designados pelo governador, passaram a Campinas o Ouvidor Geral da Comarca de São Paulo, Dr. Caetano Luiz de Barros Monteiro e seu secretário e escrivão Vicente Ferreira e Almeida, lavrando-se o competente Edital. No dia seguinte, 13 de dezembro, tiveram início as solenidades da instalação da Vila, o que, efetivamente ocorreu no dia seguinte, 14 de dezembro, presentes as autoridades responsáveis e mais os oficiais da Câmara de Jundiáí, a nobreza e o povo de Campinas. E assim erigiu-se em **Vila** a povoação campineira com o nome de **Vila de São Carlos**.

Estava realizado o desejo dos campineiros e coroado de êxito os esforços do bom padre Gomes. Teve, porém, o governador Melo de Castro a infeliz idéia de substituir o belo nome de **Campinas**, pelo de São Carlos, não em honra de S. Carlos Borromeo, o santo arcebispo de Milão, como pode parecer, mas unicamente em honra da princesa D. Carlota Joaquina, filha de Carlos IV, de Espanha e esposa do Príncipe D. João, o mesmo que, anos mais tarde, fugindo às hostes napoleônicas, estabeleceria em terras brasileiras a sede da monarquia lusa. Estava, portanto, constituída em vila de São Carlos a Freguesia das Campinas. Faltavam, apenas, as solenidades complementares, que se realizaram logo a seguir. No mesmo dia escolheu-se um terreno livre, fronteiro à igreja, para nele se erigir o pelourinho, símbolo da autonomia municipal. A cerimônia do levantamento do pelourinho realizou-se sob as vozes do mesmo Salvador Vieira da Maia, anunciando a todos o acontecimento. Em seguida, demarcou-se o lugar

para a construção da câmara e da cadeia, tudo conforme consta do respectivo termo lavrado no ato.

No dia seguinte, 15, demarcou-se o Rocio, estabelecendo-se que seria de um quarto de légoa em cada direção, a partir do pelourinho. No mesmo dia 15 realizaram-se duas cerimônias que ainda faltavam: a demarcação dos limites com as vilas vizinhas e a eleição da primeira câmara. Algumas pessoas informaram às autoridades que os limites com Atibaia, Bragança, Mogi-mirim e Itu já haviam sido demarcados por ocasião da criação dessas vilas, os quais, portanto, continuariam os mesmos. Restava somente a divisa com Jundiaí, da qual a nova vila fora desmembrada.

Finalmente, elegeu-se a primeira câmara que deveria entrar em exercício a 1º de janeiro do ano seguinte. Votaram 34 pessoas, sendo eleitos: para juízes, o Capitão José de Camargo Pais e dr. José Barbosa da Cunha; para vereadores, Francisco de Camargo Pimentel, Bernardo Guedes Barreto e José da Rocha Camargo; e para procurador, José Gonçalves Cesar.

Constituída a vila, três nomes deveriam ser indicados para um deles ser provido no cargo de capitão-mor. Não sabemos quais os indicados, nem mesmo se foram indicados. O que sabemos é que, pouco depois, apareceu na nova vila o sargento-mór Raimundo Alvares dos Santos Prado, antigo morador de Jundiaí, de onde fora expulso pelos seus próprios parentes, pela sua má conduta. Trazia uma indicação para ser capitão-mor. A isto se opuseram fortemente os campineiros, principalmente, os oficiais da câmara recém-eleita. Todos conheciam de sobra o referido sargento-mór e estavam inteirados de sua vida, pois já morara dois anos em Campinas. Zangou-se seriamente o sargento-mor e por contar com a proteção de Melo Castro, investiu-se da autoridade local e praticou toda sorte de violências, destituindo a câmara eleita e perseguindo atrozmente seus oficiais. Um deles, o dr. Barbosa da Cunha, foi remetido preso para a fortaleza de Santos. Vários anos durou esta autoridade discricionária de Santos Prado: embora anualmente as câmaras se sucedessem, era ele o verdadeiro “ditador” de Campinas, fortemente amparado pelo governador Melo Castro. Só em 1802, com a substituição de Melo e Castro por Franca e Horta teve fim a tirania de Santos Prado. Em 1804 o seu nome desapareceu uma vez para sempre das crônicas campineiras, e só nesta data recebeu

Campinas o seu primeiro capitão-mór na pessoa de João Francisco de Andrade.

Destituída, como vimos, pelo poder arbitrário de Santos Prado, a primeira câmara, elegeu-se em abril do ano seguinte (1798), uma segunda câmara, porém a primeira empossada. Era assim constituída: Juizes: Antonio de Camargo Penteadado e Alexandre Barbosa de Andrade; vereadores: Manoel Pereira Tangerino, Alferes João José da Silva e Rafael de Oliveira Cardoso; procurador, Albano de Almeida Lima (ou Alvares Lima, como às vezes, assinava). Confirmada esta eleição a 11 de abril, a 26 do mesmo mês, foi a câmara empossada, como consta da primeira página do primeiro livro de atas de Campinas.

É com prazer que registramos que a nomenclatura das ruas de Campinas não esqueceu estes nomes da história primitiva de nossa cidade. Por edital de 27 de maio de 1929, atendendo a uma proposta de saudoso Doutor Ernesto Kuhlmann, então vereador, e grande cultor do passado de Campinas, todas as ruas do **Jardim Guanabara**, bairro então em formação, receberam nomes que lembram o processo inicial de nossa formação urbana. Assim, lá estão homenageados os primeiros povoadores, signatários da petição para a criação da freguesia em 1772 (Silva Rergo, Silva Leme, Souza Siqueira, Costa Machado, Guedes Barreto, Salvador de Pinho, Luiz de Almeida e Pereira Magalhães), os componentes das duas primeiras câmaras (Camargo Pais, Barbosa da Cunha, Camargo Pimentel, Rocha Camargo, Gonçalves Cesar, Camargo Penteadado, Barbosa de Andrade, Pereira Tangerino, Alferes João José, Oliveira Cardoso e Albano de Almeida da Lima), duas respeitáveis matronas campineiras (Rosa e Joana Gusmão), e outros que tiveram parte saliente na criação da freguesia (Frei Manoel da Ressurreição, Frei Antonio de Pádua) e na criação da vila (Barros Monteiro, Ferreira e Almeida e o Padre Joaquim Gomes).

ALGUNS PROBLEMAS OCORRIDOS EM CAMPINAS NA TRANSIÇÃO DE VILA À CIDADE

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Dias atrás examinando algumas posturas municipais e trabalhos deixados por antigos Cronistas da cidade, me chamou a atenção, entre outros aspectos, a preocupação de seus administradores para com a limpeza dos logradouros campineiros, desde 20 de outubro de 1797, quando foi elevada à Vila de São Carlos. Solenemente foi ela instalada a 14 de dezembro de 1797, continuando com sua atividade agrícola baseada na cana-de-açúcar¹. Foi elevada à categoria de cidade, com a restauração do nome Campinas, a 5 de fevereiro de 1842, quando a cafeicultura já apresentava bom desenvolvimento que com seu crescimento foi propiciando o progresso da urbe.

O instigante foi constatar que aquela inquietação perdurou por muito tempo (desde os primórdios do século XIX) tendo, entre outras finalidades, exterminar as formigas saúvas e proibir a presença de cães nas ruas por perturbarem a vida dos moradores.

Assim, quando da nomeação do primeiro mata-formigas da Vila de São Carlos (1806) - Alexandre Bueno da Silva - sua incumbência foi de exterminar os formigueiros que estivessem nas terras do Concelho ao preço de um mil réis cada um deles².

Ninguém deveria descumprir a ordem, pois, caso fosse descumprida, o cidadão pagaria multa e poderia ser preso.

⁽¹⁾ PUPO, Benedito Barbosa. *À Margem da História de Campinas*. Campinas, Tip. Mattos, 1976, p. 16.

⁽²⁾ *Campinas*. Arquivo Público e Histórico da Cidade. Diversos, s/d cx.4.

Bem por isso todos tentaram manter as testadas de suas casas muito limpas, capinadas e o comércio de gêneros alimentícios no mais rigoroso asseio.

Mas, o mal das formigas persistia e as desavenças entre vizinhos cresciam porque um acabava empurrando para o outro a obrigação de exterminá-las acreditando que nada era no seu quintal, em sua casa.

Pelo que analisei não apenas nas posturas como também nas correspondências³, até 1840 houve um melhorar das condições, pois, as saúvas deram sossego. Todavia, após esse período, de novo voltaram elas a agir ferozmente, destruindo hortas, árvores e flores.

O medo crescia entre os edis de então, temerosos que estavam que elas viessem a causar enormes buracos que pudessem abalar os alicerces das construções.

Apenas lembrando foi nesse momento, mostrando quão desesperadora estava a situação que, ironicamente, a população chegou a batizar uma rua com o nome de *Rua das Formigas* (atual Cônego Cipião).

As vorazes saúvas chegaram também a levar seu ataque à Matriz Nova e à Cadeia Pública.

Como nada caminhasse, a Câmara resolveu multar a população (1861)⁴ acreditando que dessa forma o problema seria resolvido. Todavia, em 1866, quando a multa de trinta mil réis por formigueiro encontrado em qualquer casa, já vigorava, nada parecia surtir efeito. As formigas... não estavam nem aí...

A partir dos anos 1877 apareceram os primeiros formicidas. Enquanto isso esses insetos himenópteros se dirigiram também para o Cemitério do Fundão junto à linha da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (1878).

Em 1880, os homens públicos não sabiam mais como agir pelo incômodo causado por elas que nessa ocasião estavam também de forma intensa no bairro das Caneleiras (área do atual Bosque dos Jequitibás) e no Cambuí (proximidades, em especial, do chamado Jardim Público).

(3) *Campinas*. Câmara Municipal. Arquivo. *Registro de Correspondências*: 1839-69. *Posturas*: 1840.

(4) *Campinas*, Câmara Municipal. Arquivo, Resolução: maio 1861.

Não chegaram os antigos moradores campineiros a perceber o ciclo dessas saúvas, que iam e vinham periodicamente.

Mas as queixas não pararam, sempre em nome da limpeza e sossego dos moradores, pois, a essa época, também os cães (outros animais além desses foram alvos de reclamos) a eles perturbavam. Bons tempos aqueles não? Comparados aos de hoje com todo o avanço técnico-científico!... Daria para almejar como antanho mais e mais Posturas, Leis, ou algo similar? Ou mais formigas e cães?!...

Os caninos também foram considerados perturbadores da modernização da futura Cidade-Metrópole, a tal ponto que foi publicado um Edital (1815) determinando que os possuidores desses animais os detivessem dentro de seus domicílios, pois, se saíssem seriam eliminados e seus donos castigados segundo sentença do Juiz.

Mas os bichinhos e seus donos parecem que não se importaram muito com a lei, pois, eles continuavam às soltas.

Pelo que consegui aferir, em 1820, frente à continuidade dessa situação, a mortandade deles foi significativa, na medida em que infestavam o centro da Vila. A matança era triste e violenta: eram mortos com tiros de chumbo.

Foi somente a 5 de outubro de 1847⁵ que um fiscal sugeriu à Câmara que fossem os cães mortos com algum produto químico que os mataria em segundos e não como estava sendo feito. Francisco Krug foi o farmacêutico que primeiro preparou para essa finalidade as pílulas de estriçnina.

Todavia, houve uma denúncia que a matança desse tipo era imoral, além da população ser avisada com antecedência de quando o fiscal e sua equipe sairiam para essa finalidade e os cães eram então recolhidos às casas e nada era constatado.

Em junho de 1858, por iniciativa do irlandês médico e vereador Ricardo Gumbleton Daunt, os cachorros foram obrigados por lei a usar focinheira e coleira; caso contrário, seriam mesmo mortos com estriçnina.

Parece que foi apenas em 1874 que Campinas voltou a ser incomodada pelos caninos em suas ruas, a tal ponto que houve um reclamo

⁽⁵⁾ *Campinas*. Camara Municipal. Arquivo. Diversos: 1842 a 1857.

da população contra a presença deles e exigindo das autoridades providências para a questão.

Apenas em 1897 é que foi adotado o sistema de redes onde os funcionários do Município saíam com suas temidas carrocinhas para apanharem os cães que nas ruas fossem encontrados: com coleira ou não. Se seus proprietários não os reclamassem no prazo de sete dias no depósito então situado na Vila Industrial, segundo a tradição popular, seriam eles transformados em sabão...

Claro que existiram outros problemas relativos a animais nesse período, bastante pitorescos e espero considerá-los em outra oportunidade.

A necessidade sentida pelos antepassados de vivenciar e passar a imagem de uma cidade bem comportada, higienizada, com boa qualidade de vida, onde as coisas indesejáveis eram excluídas corroborou para a fama de ser Campinas uma cidade culta que, a partir mais especificamente da segunda metade do século XIX, quando da transição da ordem social senhorial escravista para a capitalista e burguesa, foi sendo consolidada à medida que novos valores, compromissos e comportamentos lhes foram sendo incorporados.

UM HUMANISTA PORTUGUÊS

Duílio BATTISTONI FILHO

Estamos comemorando os quinhentos anos de nascimento do humanista português Damião de Goes, figura múltipla e erudita, homem de ação envolvido nos negócios, na vida política do dia-a-dia, na guerra, nos serviços de informação e na vida diplomática.

Antes de mais nada, devemos considerar que, nos séculos XV e XVI, o Humanismo foi um programa cultural que se estabeleceu em diversos lugares da Europa. Na realidade, ele é uma cultura laicizada, em concorrência com a cultura clerical oficial, a Escolástica, pelo domínio dos centros do poder cultural. Das universidades às cortes, das escolas às tipografias, essas duas culturas travam batalhas de opinião e de influência na busca da hegemonia. O percurso da cultura humanista em Portugal está profundamente correlacionado com o poder político e cultural do Rei e do Estado. É a política cultural da Coroa e da Corte com o jogo das suas opções que marca os ritmos e as fases da difusão do Humanismo, nos séculos XV e XVI, da sua progressão cultural até à derrota institucional, nos anos 1550-1555.

Natural da Vila de Alenquer, Damião de Goes nasce em 1502, ano cheio de significado, em que se acelera a dimensão mercantil da Coroa de D. Manuel, a importância do eixo Cochim-Lisboa-Antuérpia e a concorrência entre as rotas das especiarias do Cabo e do Levante. Um ano também de afirmação cultural do período manuelino no teatro e na arquitetura.

Em 1511, aos nove anos, torna-se pajem do Paço Real de D. Manuel. É nesse ano que Afonso de Albuquerque conquista Malaca, os portugueses começam a comercializar as especiarias na Ásia e Erasmo de Roterdam publica, em Paris, *O Elogio à Loucura*, que em poucos meses

esgota 20.000 exemplares, sinal mais que evidente do sucesso dessa sátira que é uma crítica profunda à sociedade da época.

É na corte manuelina que Damião de Goes entra numa primeira atmosfera cultural com a música polifônica, o teatro vicentino e a figura de Duarte Pacheco Pereira, que havia escrito o *Esmeraldo de Situ Orbis*, entre 1505-1508.

Em 1523, D. João III, sucessor de D. Manuel, o nomeia secretário da Casa da Índia, em Antuérpia, na época, capital mercantil e financeira da Europa. Essa cidade possuía 60.000 habitantes, e sua Bolsa, criada em 1531, concedia empréstimos através de consórcios de banqueiros, os chamados *asientos*. Nas suas ruas cruzavam-se as mais diferentes línguas e comunidades da Europa. Segundo estimativas, 10.000 estrangeiros se dedicavam ao comércio e às finanças. Circulavam ali não só as mais diversas moedas, mas também idéias e modas. Polo, por excelência, de exportação de tecidos ingleses e desde 1503, o entreposto das especiarias asiáticas e do açúcar antilhano. Havia um requinte no vestuário, na alimentação e no cotidiano. Os mercadores protegiam artistas, escritores e compravam arte inspirada no renascimento italiano. Os artistas buscavam patrocínio e visibilidade, como Dürer e Quentin Metsys¹, o músico Joaquim des Prés e os humanistas Thomas Morus e Erasmo. É nesse universo de mobilidade, liberdade, mas também de conflito, pois a Inquisição é estabelecida nos Países Baixos, em 1522, que Damião de Goes vai servir como funcionário da feitoria, até 1533.

Os anos 20 dos Quinhentos são também os do apogeu de Erasmo e da idéia de que da Bíblia brota a **philosophia Christi**. É no âmbito dessa atmosfera erasmiana que Damião trava amizade com Cornelius Grapheus, professor de latim, poeta e que lhe permite sua iniciação nos estudos dessa língua, ao interpretar obras clássicas, especialmente os discursos de Cícero.

Aos poucos cresce a dimensão latinista do sábio português com a leitura dos escritos de Erasmo, principalmente de seus livros **Enchiridion** e **Novo Testamento**. Aos poucos começa a apreciar a vida mundana e, à medida que se afirma como humanista, destaca-se também

⁽¹⁾ O pintor flemengo executou para Goes uma *Crucificação e a Virgem chorando junto à Cruz*.

como músico e colecionador de arte, mecenas ilustre de múltiplas formas culturais. Vale ressaltar que o domínio do latim não confere ao humanista português apenas uma maior erudição mas também um meio facilitador de comunicação com as elites do poder econômico, político e cultural europeu.

Em 3 de abril de 1531, estando em Wittemberg, Alemanha, janta com Lutero e Melanchton, dois nomes-chave do protestantismo alemão. Assistiu a várias pregações do primeiro e com o segundo, manteve uma correspondência epistolar de sete anos. Aliás, Melanchton é a figura intelectual mais prestigiada do luteranismo, um humanista aristotélico com ligações a Erasmo, que procura harmonizar a ética de Aristóteles com os ensinamentos morais das Sagradas Escrituras.

Nas suas viagens pela Europa, Damião de Goes procura aprimorar suas qualidades também de músico, pois foi um distinto executante de clavicórdio, címbalo e cítara. Adepto da polifonia flamenga, compôs várias peças musicais, mostrando um profundo conhecedor da Bíblia como na *Surge, prospera, amica mia* (Vem rápida, amiga minha), trabalho a cinco vozes escrito sobre palavras extraídas, na quase totalidade, do *Cântico dos Cânticos*.

Em 11 de abril de 1534, Goes inicia um período de cinco meses em Friburgo, Suíça, como hóspede de Erasmo, o príncipe do humanismo. Este incute no português a necessidade de incrementar sua cultura latina, especialmente com a obra de Cícero. Em agosto do mesmo ano, Goes parte para Pádua, Itália, com uma carta de recomendação de Erasmo ao humanista italiano, Pietro Bembo. A influência deste foi enorme, pois o italiano pedira a Goes a imediata tradução para o português das obras de Cícero e um estudo sistemático da História. Sua estada na Itália foi importante, pois ali estaria o germe de seus futuros estudos sobre os reinados de D. Manuel e D. João II.

Depois de várias viagens pelos países europeus, fixa-se em Louvain, Bélgica, onde durante seus tempos de juventude, estudara, e mais tarde, em 1539 se casa com a flamenga católica, Joana van Hargen. Retorna mais uma vez, sempre com o desejo de aperfeiçoar seus estudos clássicos. Publica várias obras em latim como *Os Comentários sobre os acontecimentos na Índia aquém-Ganges*, dedicados a Pietro Bembo, e a pedido deste logo traduzido para o italiano. Essa obra é uma breve história

do chamado primeiro cerco de Diu, praça portuguesa, desencadeado pelo indiano. Aproveita para editar um conjunto de suas obras mais significativas sob o título de *Alquot opuscula* (Alguns opúsculos) e ainda uma seleção de cartas, em latim, que havia trocado com relevantes figuras da época. É preciso não esquecer que Damião seja talvez, o único intelectual português que, em vida, entre edições e reedições de livros e de composições musicais, edita em Veneza, Lyon e Basileia, grandes centros internacionais da edição e do comércio livreiro na Europa, no século XVI.

Em 1545, regressa a Portugal com o firme propósito de tornar-se historiador profissional. Um de seus primeiros livros é a *Descrição da Cidade de Lisboa*, um exercício que junta erudição clássica com a geografia da cidade lisboeta, com elementos sobre navegação, rota do Cabo, desde o infante D. Henrique até D. João II, Vasco da Gama e D. Manuel, tendo como fundo a cidade e o Tejo.

Entretanto, suas obras principais são a *Crônica do Príncipe D. João* e a *Crônica de D. Manuel*. A primeira é uma narrativa dos primeiros vinte e seis anos da vida de D. João II. A segunda relata os acontecimentos passados no reinado de D. Manuel entre 1595 e 1521, na Ásia, Marrocos, Etiópia e Congo, como também em Portugal. Além das grandes conquistas feitas nesses territórios e da vida da corte, Goes se atém a fatos exóticos como, por exemplo, um combate entre um elefante e um rinoceronte e apresentação de índios do Brasil exibindo seus ornamentos e armas. Contudo, essas obias foram contestadas por diversos críticos, já que ele mal toca nos problemas institucionais do país, na vida política e nas relações diplomáticas. Talvez Goes estivesse precavido, com receio de provocar conflitos internacionais.

Denunciado, ao longo dos anos, como hereje pelo jesuíta Simão Rodrigues, que foi provincial da Companhia de Jesus, em Portugal, vai ser preso, em 1571, pela Inquisição. O relevante papel a serviço do Estado viria impedir que a ortodoxia católica dominante o levasse à fogueira.

Em outubro de 1572 é condenado à prisão perpétua no Mosteiro da Batalha. Essa reclusão é aliviada mais tarde, permitindo-lhe uma situação de detenção domiciliar, em Alenquer, onde aparece morto, talvez assassinado, em janeiro de 1574.

O COMPÊNDIO DE HISTÓRIA DA AMÉRICA, DE ROCHA POMBO: UMA APRECIÇÃO CRÍTICA

Lilia Inés Zanotti de MEDRANO*
Luciana de Oliveira VALETON**
Lidiane Mariana da Silva GOMES**

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi realizado como parte do Projeto de pesquisa: *O ensino de História da América: desafios e perspectivas para a escola brasileira*. A atenção que dedicamos ao compêndio *História da América Latina* de autoria de José Francisco da Rocha Pombo justifica-se, em parte, pelo fato de ter sido editado em 1900, com uma segunda edição, em 1925, e por ter obtido o primeiro prêmio em um concurso promovido, especialmente, para um livro didático de História da América destinado a formação de professores.

O fato de ter sido vencedor desse concurso chamou nossa atenção e levou-nos a estudar, mais profundamente, o seu conteúdo, as

(*) Professora e pesquisadora de História da América na Faculdade de História, Centro de Ciências Humanas (CCH), PUC-Campinas e Coordenadora do Projeto de Pesquisa: *O ensino de História da América: desafios e perspectiva para a escola brasileira*.

(**) São, ambas, Licenciadas em História (2002) pela Faculdade de História, Centro de Ciências Humanas (CCH) da PUC-Campinas e bolsistas FAPIC/PUC-Campinas participando do Projeto de Pesquisa: *O ensino de História da América: desafios e perspectivas para a escola brasileira*, sob a orientação da Profa. Dra. Lilia Inés Zanotti de Medrano.

fontes que o inspiraram e o contexto político e educacional em que se realizou sua publicação. Por outro lado procuramos conhecer um pouco mais sobre a vida e obra do seu autor, o historiador José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933), hoje pouco lembrado, porém, muito conhecido das gerações passadas.

Obras que foram utilizadas como manuais de ensino nas escolas do país são um importante documento e podem oferecer elementos para a compreensão da ideologia e dos princípios norteadores da educação em diferentes épocas. Este é o nosso objetivo neste artigo. Por este motivo, o livro de Rocha Pombo, deve ser entendido não apenas como um manual destinado a dar suporte aos programas de ensino deste campo do conhecimento histórico, mas dentro de um contexto mais amplo, que nos remete ao momento em que o regime republicano era instalado no país e à política educacional desse momento.

Do ponto de vista da história nacional, o livro foi escrito no momento em que a formação do Estado-nação e a da memória nacional ocupavam os estadistas brasileiros, e a preocupação por uma integração nacional estava inspirada, principalmente, na definição da relação/Estado e sociedade. Via-se nesse momento, um caráter “redentor” na educação¹ e uma missão na condução do processo de educar o povo e moldá-lo de acordo com os princípios das nossas elites, reservado aos homens “cultos”.

Em meio a uma transição política, na qual a abolição do trabalho escravo não tinha derivado em uma integração dos ex-escravos à sociedade de classes, a República foi vista apenas como uma nova forma de Estado sem ter contribuído, no que tange à educação, a uma mudança substancial, implementando uma política pública de educação. Esta, apenas se restringia à reformulação das carreiras liberais, às quais já tinham acesso as elites do país, e aos currículos escolares do primeiro e segundo graus.

José Francisco de Rocha Pombo, que na época do concurso tinha quarenta anos, nasceu em Morretes, no Paraná, a 4 de dezembro de 1857. Filho de Manuel Francisco Pombo e de Angélica Rocha, foi jornalista, professor, poeta e historiador. Como jornalista fundou e dirigiu *O Povo*,

⁽¹⁾ BOTELHO, André. **Aprendizado do Brasil**. A Nação em busca dos seus portadores sociais, Campinas, Ed. UNICAMP, 2002, p. 157.

periódico em cujas páginas fez a campanha abolicionista e republicana. A 16 de março de 1933 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, na vaga que deixara Alberto de Faria, mas não chegou a tomar posse falecendo no Rio de Janeiro no dia 26 de julho de 1933.

Em 1897 mudou-se de sua cidade natal para o Rio de Janeiro, e continuou a exercer as profissões de jornalista e de professor. Ingressou por concurso na congregação do Colégio Pedro II e lecionou, também, na Escola Normal. Em 1900, foi admitido como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro².

Dos livros de Rocha Pombo, devem ser mencionados *Nossa Pátria*, com mais de quarenta edições, o *Compêndio de História da América*, a *História do Rio Grande do Norte*, a *História do Paraná*, um *Dicionário de sinônimos da Língua Portuguesa*, e os livros *A religião do belo*, *No hospício*, *Visões*, *Dadá* além de vários outros, abrangendo os gêneros mais diversos.

A primeira edição do *Compêndio de História da América* foi publicada em 1900, pela antiga casa Laemmert, como resultado do concurso promovido pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro e a segunda edição foi publicada em 1925 por Benjamin de Aguilã Editor, para a qual o autor fez uma revisão e, alterou apenas a numeração dos capítulos.

⁽²⁾ Em seus 76 anos de vida, Rocha Pombo, conseguiu um vasto currículo em sua vida política e acadêmica. Como vimos, o homem José Francisco da Rocha Pombo, nasce no Brasil em 1857 meio a acontecimentos marcantes na história do país. A pouco menos de 7 anos, o Império, através da Lei Eusébio de Queirós, extingue o tráfico negreiro, uma epidemia de febre amarela assola a população, ocorre a Guerra do Paraguai. Isto para lembrar-nos que o governo de D. Pedro II vivia um momento de instabilidade política, tendo que constantemente afirmar sua autoridade. Assim, em meio de toda esta agitação, Rocha Pombo tornou-se um membro de uma elite letrada que participaria de todo o processo republicano. Seguindo seus passos nas letras, logo na política tornou-se deputado provincial em 1886, lecionou no colégio Pedro II no Rio de Janeiro, em 1897, que ainda se encontrava sob direção direta do monarca, ingressando ao quadro docente através de concurso e em 1900, Rocha Pombo foi admitido como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1933 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras cargo que não pode assumir, como já dizemos, devido a sua debilitada saúde falecendo no mesmo ano, dia 26 de julho, mas que mostra sua vinculação a um grupo intelectual.

Considerada de mérito e utilidade como livro didático para os estudos sobre a História da América, a obra deixa aflorar um grande desejo do autor de sentimento de união entre os povos, de conhecer e de estudar em conjunto a história de nosso continente e, principalmente, da chamada América Latina.

É importante destacar que Rocha Pombo partilhava as idéias anarquistas e teve participação ativa na criação da Universidade Popular de Ensino Livre, junto a um grupo de intelectuais, entre eles, Manuel Bomfim, Elysio de Carvalho, Evaristo de Moraes, Fábio Luz, Felisbello Freire, José Veríssimo, Pedro de Couto, entre outros³. Desta forma, Rocha Pombo incorporava o pacifismo e se opunha às idéias divulgadas pela historiografia francesa, na época representada por Lavissee e Signobos, relativas ao ideal de civilização ocidental.

Justamente em oposição a esta concepção de história é que Rocha Pombo elabora seu compêndio. Efetivamente, Rocha Pombo, como também Bomfim e Olavo Bilac opõem-se abertamente ao ideal de civilização europeu, cujo racismo justificava um ideal de dominação. Estas idéias eram defendidas, no Brasil, por um grupo relativamente pequeno de intelectuais ao qual, como mencionamos acima, pertencia Rocha Pombo, todos eles opositores ferrenhos o imperialismo norte-americano.⁴

Trata-se, portanto, de uma obra que tem como autor um intelectual engajado num ideal humanitário, na medida em que defendia um maior conhecimento e valorização da cultura dos povos latino-americanos desde suas mais profundas raízes históricas. Todavia, em sua obra, como veremos, Rocha Pombo é contraditório.

De qualquer forma, este compêndio tem o mérito de ter sido a primeira obra didática escrita e editada no Brasil⁵ por um autor brasileiro

⁽³⁾ BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil.*, op. cit., p. 67.

⁽⁴⁾ *Ibid.*, p. 67.

⁽⁵⁾ A bibliografia existente na época era traduzida do francês, como por exemplo, a obra de ESTEVANEZ, Nicolau. *Resumo de História da América*, tradução para o português de Costa Ferreira, Rio de Janeiro, Garnier (s/d). A obra estava dividida em três partes: América Primitiva, História Colonial e Independência Americana. A primeira parte referia-se às raças americanas e aos Astecas e Incas e as duas últimas partes faziam menção à história de cada país no processo de conquista e colonização e, mais tarde, na organização nacional.

e dedicada à América Latina; da história do Brasil, é também parte integrante do continente. Isto vem mostrar também, a vontade de Rocha Pombo em ver um continente multi-cultural que faz a sua própria riqueza e oferece a possibilidade de uma convivência pacífica.

Do ponto de vista da política educacional da época, o livro de Rocha Pombo nasce num contexto em que intelectuais e educadores viam a passagem do regime monárquico para a República como um momento de ruptura, não apenas político, mas também onde a educação tal como era pensada pelos republicanos teria um papel transformador, marcando o início de uma nova era. Neste sentido, lembramos as palavras de Ilíada Pires da Silva quem afirma que:

“A idéia de descontinuidade estabelece uma dissociação entre Império e República e se manifesta, de um lado, pela hiper-valorização da escola republicana e, de outro, pela desqualificação da instrução e, de modo geral, de tudo que diga respeito ao regime que antecede”.⁶

E, ao se referir a São Paulo continua:

*“A constituição do campo educacional paulista se inscreve no interior do projeto republicano, no qual a escola emerge como instrumento de progresso social e espaço de tratamento moral. A instrução elementar aparece como a ferramenta capaz de colocar o Brasil em sintonia com o progresso das sociedades civilizadas”*⁷.

A referência à instrução popular como um dos elementos chave do novo regime para libertar o povo da ignorância que o governo monárquico o tinha submetido, levanta outra questão estratégica para o governo paulista porque, na medida em que submete o regime monárquico à crítica e ao sistema educacional do passado como ultrapassado, coloca ênfase na importância da reforma educacional como uma forma de difundir a educação entre as camadas populares para superar a pobreza e o atraso do país. Essa questão encerrava ainda outra, a construção da identidade

⁶ SIL V A, I. P. da. Educadores paulistas: regeneração social, república e nação. In: Encontros com a História. FERREIRA, C. A., LUCCA, T. de e IOKOI, Z. (orgs.), São Paulo, Editora UNESP, 1999, p. 125.

⁷ lid., p. 126.

nacional (e também paulista), que devia estar pautada pela prática educativa e de ensino, dando à educação um papel fundamental nesse propósito.

O *Compêndio de História da América* foi prefaciado por Manuel Bomfim, por isso, é importante fazer uma referência a este conhecido pensador e educador e sua relação intelectual com a obra de Rocha Pombo. Alguns dados biográficos podem ajudar a mostrar essa afinidade de pensamento entre os dois, no campo ideológico e educacional e justificar o prefácio de Manuel Bomfim ao livro de Rocha Pombo.

Manuel Bomfim, nascido em Sergipe, chegou ao Rio de Janeiro em 1888, proveniente da Bahia onde estudava, para completar seus estudos de medicina, profissão que exerceu por breve tempo. Bomfim, logo passou a frequentar o círculo boêmio do Rio de Janeiro junto com um grande amigo seu, Olavo Bilac, com o qual tinha afinidades ideológicas, particularmente no que respeita “à função transformadora da educação”. Após ter abandonado o exercício da profissão de médico, Manuel Bomfim foi Diretor da Escola Normal (atual Instituto de Educação), participou na Secretaria de Instrução Pública do Distrito Federal e exerceu o cargo de Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal de 1898 a 1900. Fundou os periódicos *Revista Pedagógica* e *Educação e Ensino* e durante o exercício destas atividades preocupou-se por aumentar o número de vagas nas escolas públicas, além de criar escolas profissionais e técnicas.

Os quinze anos no exercício da docência e como Diretor do periódico *Pedagogium* (1897 a 1905) deram a Bomfim elementos concretos para a elaboração de uma vasta obra dedicada à questão educacional no Brasil. Em 1907, quando foi eleito deputado por Sergipe pôde completar sua obra defendendo a necessidade de uma política pública na esfera da educação para o país, bem como a criação de escolas normais para a formação de professores. Também, participou da criação da Universidade Popular de Ensino Livre vinculada ao Partido Operário Independente junto a Elysio de Carvalho, Evaristo de Moraes, Fábio Luz, Felisbela Freire, José Veríssimo, Pedro de Couto, Rocha Pombo, entre outros⁸.

Dentre a numerosa obra de Manuel Bomfim destacamos *A América Latina: males de origem* (1905), onde expõe mais uma vez sua preocupação com a ignorância e o analfabetismo como barreiras que

(8) BOTELHO, André. **Aprendizado do Brasil.**, op. cit., p. 67.

impedem o progresso de uma nação. Na introdução escreve: “Este livro deriva diretamente do amor de um brasileiro pelo Brasil, da solicitude de um americano pela América”⁹.

Neste livro, que foi escrito em Paris, o autor assim se refere:

*“Aqui, onde, forasteiro escrevo, disponho apenas de notas, reunidas durante nove anos - senão, talvez fosse outra a forma que tivera este trabalho; não variariam, porém, as idéias. Estas mesmas, agora desenvolvidas, já as apresentei, em parte, resumidamente num parecer, prefácio à excelente História da América, livro didático do Sr. Rocha Pombo (grifo nosso), parece que deriva justamente dessa preocupação, já antiga”*¹⁰.

Mais tarde, em 1929, escreveu junto com Olavo Bilac *O Brasil e a América*, onde ambos retomam a parceria intelectual e, como antes, preocupados com a construção de uma nação sob o signo da educação. Neste ambiente intelectual Rocha Pombo conviveu e escreveu suas obras.

O *Compêndio de História da América* deve ser compreendido dentro deste contexto: o momento em que a educação era vista como motor da civilização e do progresso. Além do assinalado, devemos entender a obra didática de Rocha Pombo como um desejo do governo republicano de se inserir no continente americano mostrando que sua modernidade está no regime republicano e este, consciente do atraso do Brasil, em nome da obra civilizadora que lhe cabe realizar, não pôde ficar alheio aos povos deste continente destacando que é nas raízes multi-culturais do continente americano, onde o Brasil encontrará, também sua identidade. Educação e escola são, assim, os únicos meios de atingir a modernidade do povo brasileiro.

⁽⁹⁾ BOMFIM, Manuel. América Latina: males de origem. H. Garnier Livreiro-Editor, Rio de Janeiro, (Prefácio 1903), p. IX.

⁽¹⁰⁾ Efetivamente, comenta Bomfim na Introdução do seu livro *A América Latina: males de origem* (p. X), que em 1897, quando o Diretor Geral de Instrução fez o anúncio para um concurso de um *Compêndio de História da América*, ele (Bomfim) solicitou-lhe, como membro do Conselho Superior de Instrução Pública, sua participação para avaliar as obras que se apresentassem, uma vez que era grande seu interesse pelo tema. Foi assim, que o **Compêndio de História da América** de Rocha Pombo, ganhador do concurso e “único a apresentar-se”, foi prefaciado pelo amigo Manuel Bomfim com quem partilhava também um ideal de educação (grifos nossos).

A OBRA

Rocha Pombo divide a obra em três fases: a primeira como uma fase dolorosa, onde ele trabalha a conquista do continente; a segunda como uma fase de aprendizagem, a da colônia; e a terceira como uma fase heróica, a da independência.

O autor reflete sobre a diferença da civilização da Europa com a da América aborígine, demonstrando que com o descobrimento houve uma interrupção no processo da marcha histórica das “raças” que já existiam no continente no momento da conquista pelos espanhóis. É preciso destacar, segundo Rocha Pombo, que o México e o Peru conseguiram um desenvolvimento maior que outros povos destas terras, tornando-se dois grandes impérios, principalmente, pela sua organização política e militar, enquanto que, os outros povos americanos ficaram com o simples papel de modificadores da civilização aqui transplantada.

Analisa a individualização profunda e acentuada da civilização americana que se deve ao modo como os europeus se estabeleceram aqui e à rivalidade entre os dois mundos que foi inevitável. O tempo, ao invés de suavizar, aprofundou cada vez mais os problemas. Criou-se assim, uma situação inusitada para os povos do novo mundo colocando em conflito seus interesses, seus direitos e até a própria soberania das nações americanas em tempos mais recentes. Neste sentido, o autor escreve:

“...o que a História nos aconselha é que ao mesmo tempo em que abrimos os braços fraternalmente para receber todos os povos do mundo cultivemos e desenvolvamos, com espírito de pátria, a grande idéia americana, ou seja, o estímulo que dirige todo um conjunto de povos, irmãos pela solidariedade no destino, para a ampla vida nova que recebe da história e que o passado fez de grande e, funda no amor e na justiça, no dever e no direito, que constituem a plenitude da existência moral e o desenvolvimento desse grandioso patrimônio”¹¹.

O autor faz esta colocação na introdução da obra, para mostrar a importância da aliança de todos os povos do continente e firmar cada vez

⁽¹¹⁾ POMBO, Rocha. **Compêndio de História da América**, Rio de Janeiro, Benjamin de Águila, Editor, 2ª ed., 1925, p. XIII.

mais a consciência de uma missão conciliadora, trabalhando-a nas escolas, nos clubes, nas associações, nas festas cívicas, na imprensa, na tribuna, no livro, mostrando a beleza da grande América, do que é bom e desconhecido e, que não reflete a grandiosa figura que ela tem de representar no cenário do mundo.

O autor encoraja a lutar pela história de nossa América, com um verdadeiro sentimento de união, de civismo, de amor à liberdade na construção de uma pátria grande. Incita começar esta tarefa pelas escolas, onde “a alma da juventude poderá propagar pelos quatro ventos a importância da nossa América unida, sem ressaltar a superioridade ou a inferioridade, como qualidade ou defeito”. Por isso, ao referir-se às virtudes de um livro didático, Rocha Pombo escreve que:

*“Um compendio didático deve evitar os dois defeitos, pois a primeira qualidade de tal trabalho é a de por, ante os olhos de quem estuda, os fatos em suas linhas gerais, de modo que com a variedade deles não faça esquecer nunca o leitor a grande síntese em que os fatos coincidem, ligam-se, e como que se completam e se anima”*¹².

O autor reconhece que as grandes individualidades são sempre a síntese da sua época, na esfera em que se manifestam: gerando em torno delas a vida coletiva. E que, muitas vezes, ao destacar um desses tipos podemos ter caracterizado a vida de toda uma geração ou determinado num momento, toda a história de um povo. Neste sentido, a idéia que guiará o autor nesta obra é o culto dos grandes homens com que o Novo Mundo, nascente ainda, já se podia se apresentar, altivo, às velhas nações do Ocidente Antigo.

O *Compêndio de História da América* está dividido em quatro partes e oitenta e três capítulos. A primeira parte tem como título o *Período pré-colombiano*, constando de onze capítulos, nos quais o autor faz a descrição física da América, destacando o clima, o relevo e a divisão da América em duas penínsulas:

“Abrangendo, portanto, todas as latitudes do globo, a América pela variedade de seus climas, parece destinada a fazer-se a estação definitiva das raças humanas fortemente

⁽¹²⁾ POMBO, Rocha, **Compêndio...**, op. cit., p. XVI.

acentuadas no seu temperamento e capazes de fazer-se depositárias do patrimônio espiritual indestrutível que será a base da unidade da civilização no planeta”¹³.

Trata a flora americana, mostrando os diferentes tipos de vegetação, a abundância de plantas medicinais encontrada na América e descreve as diferentes espécies da fauna americana. Sua narrativa abrange um conjunto considerável de temáticas sobre a cultura, a religião, a sociedade, a política, a organização, os conflitos entre as etnias, porém, estas facetas só dizem respeito aos índios que viviam no território onde os espanhóis aportaram, ou seja, o que chamamos hoje de América Central e uma boa parte do território da América do Sul.

Os capítulos desta primeira parte referem-se ao estado de “civilização” dos indígenas americanos mostrando o alto nível de desenvolvimento em que os povos indígenas do México e Peru se encontravam. Esse desenvolvimento é atestado através das ruínas das grandes cidades, das obras de arte, da ciência, dos monumentos e até mesmo pelos restos dos templos encontrados, principalmente no solo mexicano. Segundo Rocha Pombo, no Peru, não havia obras tão notáveis como no México, cujas pirâmides se assemelham às do Egito, Java, Bornéu e Sumatra. Estas observações estão baseadas na obra do barão Alexandre von Humbolt sobre sua experiência adquirida em viagens pelas regiões:

“A comunicação freqüente entre os dois mundos manifesta-se de maneira indiscutível nas cosmogonias, nos monumentos, nos hieróglifos, nas instituições dos povos da América e da Ásia”¹⁴.

⁽¹³⁾ Ibid., p. 2.

⁽¹⁴⁾ Efetivamente, o Barão Alexandre von Humbolt (1769-1859), célebre viajante e representante notável da cultura científica alemã, explorou extensas regiões da América e da Ásia e publicou, entre outros importantes trabalhos, *Cosmos*, síntese dos conhecimentos da época das ciências naturais e *Viaje a las regiones equinocciales del Nuevo Continente*, em 30 volumes. Entre 1799 e 1804 explorou e estudou as regiões setentrionais da América do Sul, México e Cuba. Foi naturalista, geógrafo e historiador, e seus volumosos escritos sobre essas regiões continuam, ainda hoje, autorizados e indispensáveis. No início de 1800, ele e o naturalista francês Aimé-Jacques Bonpland (1773-1858) passaram quatro meses nas desoladas regiões do rio Orinoco e dos Ihanos da Venezuela, onde, Humbolt observou os hábitos dos índios “caribes”, a tribo nômade que Colombo tinha encontrado três séculos antes nas ilhas que receberam seu nome: ilhas Caraíbas.

No último capítulo da primeira parte arrisca alguns prognósticos sobre o destino provável da civilização indígena interrompida e destaca a esperança de que a obra de Colombo marcasse uma grande era na história do mundo, oferecendo para a sociedade do Ocidente uma força renovadora.

A segunda parte - *Período Colonial* - é composta por trinta e três capítulos que tratam das tradições e conjecturas sobre a existência do mundo, no século XV na Europa e sobre a chegada dos espanhóis à terra sonhada - o Novo Mundo - e às viagens de Colombo, os “descobrimientos” nas Antilhas e na América Central, até que abandonado e curtindo amarguras, faleceu em 1506.

No *Reconhecimento e conquista do Novo Mundo*, o autor analisa o processo de reconhecimento do continente e destaca as notícias que se espalhavam na Europa relatando que os espanhóis extraíam riquezas fabulosas do México e do Peru e que na América os colonos só cuidavam de fazer riquezas rápidas, explorando as minas, em cujo trabalho empregavam os índios de forma desumana.

A incorporação das raças indígenas ao novo ritmo da sociedade americana ocorreu também com a entrada dos missionários cristãos, melhorando assim, segundo o autor, um pouco a sorte dos índios. Porém, o regime que os padres estabeleciam, transformava-os em fanáticos e servís, de modo que a incorporação do indígena na sociedade da América ressentiu-se também, dos males da conquista e do regime colonial.

Por outro lado, o tráfico dos negros e a incorporação da raça africana ao trabalho a este continente começou quando os índios foram escasseando. Por isso, a partir desse momento, a “raça negra” é incorporada na sociedade americana, exercendo influência cultural entre os diversos povos que constituíam o continente.

Observamos que as contradições estão presentes em toda sua obra e, neste sentido destacamos suas palavras a respeito:

“Este elemento étnico, já de si inferior, entrava, portanto, na sociedade americana pela porta da escravidão”¹⁵.

Nos capítulos dedicados ao *Estabelecimento da administração na América*, faz referência às colônias de Portugal, da

(15) POMBO, J. F. Rocha. **Compêndio...**, op. cit., p 108.

Espanha, às francesas e inglesas. Em sua referência a Portugal chama a atenção para a organização administrativa, a chegada dos jesuítas, às tentativas dos franceses de se estabelecerem na Bahia de Guanabara e a dos holandeses que se aventuram no Norte.

A organização administrativa do governo espanhol criou na América quatro vice-realezas, sendo estas subordinadas a mais cinco capitanias. As autoridades do governo espanhol, principalmente os vice-reis cometiam grandes abusos, ocasionando ódio entre os indígenas e conseqüentemente, revoltas constantes. Mesmo assim, em meados do século XVII, a cidade do México já era uma importante cidade capital do Vice-reino¹⁶. No Peru, esses abusos foram em aumento durante os governos de alguns vice-reis, principalmente Francisco de Toledo, que renovou contra os descendentes dos Incas as barbaridades da conquista. Nos fins do século XVIII uma revolução indígena ameaçou o domínio espanhol no Peru, sendo a muito custo aplacada.

No Chile, os *araucanos* lutavam contra seus opressores, mas apesar disto, os espanhóis conseguiram explorar o sul do continente. Da mesma forma, os jesuítas entraram no Paraguai, sendo toda bacia do rio da Prata reconhecida. Em 1776 foi criada a vice-realeza de Buenos Aires, compreendendo as províncias do rio da Prata, Chile, Alto-Peru, Paraguai, Tucumán e do Uruguai.

Nas Antilhas o governo espanhol criou a capitania geral de Havana, território marcado pela crueldade da conquista, eliminando praticamente, a raça indígena e tornando a escravidão africana monstruosa.

Lembra Rocha Pombo que os *filibusteiros* fizeram o terror das colônias espanholas nos séculos XVI e XVII. Também, a França e a Inglaterra disputavam a América do Norte e se apoderaram de grande parte das Antilhas, enquanto a Espanha preocupava-se somente com o México e o Peru. Os franceses estabeleceram a sua colônia de Nova-França na bacia do rio São Lourenço, no atual território dos Estados Unidos da

⁽¹⁶⁾ Rocha Pombo menciona que a população era de aproximadamente de 7 milhões de habitantes, dentre os *quais metade de brancos e mestiços. Estas estimativas foram conferidas por Navarro y Noriega, em 1821, que indicam para o ano de 1810, 6.122.354 habitantes; segundo o censo de A. J. Valdés, em 1831, 6.382.261 e 7 milhões segundo Lucas Alamán, em 1825. In: Documentos Diversos, I, pp. 393-407, citado por CHEVALIER, François. América Latina, op. cit., p. 29.*

América do Norte, de onde continuaram suas explorações por todo o interior, apossando-se de uma área imensa banhada pelo Mississipi e seus grandes afluentes.

No final do século XVI os ingleses fundaram a colônia da Virginia e, apesar das hostilidades dos indígenas, a Virginia prosperou rapidamente e novas colônias foram fundadas na costa oriental. Os holandeses e os suecos também tentaram fundar colônias, mas logo a Inglaterra tratou de expulsá-los, mostrando que seu domínio era exclusivo. Os ingleses estenderam-se da costa oriental até a Nova-França e em breve tempo se transformaram em senhores de quase toda a América do Norte.

A terceira parte desta obra *Emancipação das colônias americanas* está dividida em vinte e quatro capítulos e dedicada aos acontecimentos ocorridos nos séculos XVIII e XIX.

No final do século XVIII a América, cujo território era dividido entre a Espanha, Inglaterra e Portugal, possuía cerca de 35 milhões de habitantes. A lavoura e a criação de animais se desenvolviam, mas a indústria de mineração ainda era a principal atividade. A esta altura, Rocha Pombo estabelece uma diferença entre a colonização inglesa e a espanhola e portuguesa. Na primeira, ao contrário das outras duas, os colonos ingleses se tornavam proprietários ao chegar ao território fazendo com que o trabalho e a liberdade fossem fatores fundamentais para o desenvolvimento das colônias britânicas.

Isto não acontecia nos territórios sob o domínio espanhol e português, pois os aventureiros não traziam suas famílias o que deu lugar a um abastardamento de inúmeras gerações. O autor considera que os males da América Latina foram principalmente à riqueza do sub-solo e o regime colonial colocado em prática pelos governos espanhol e português que foi vexatório, provocando enormes sacrifícios à população indígena e aos colonos e levando a rivalidades entre a população da colônia e os representantes da metrópole.¹⁷

⁽¹⁷⁾ O Segundo François Chevalier, durante praticamente três séculos o Império Espanhol mantinha uma espécie de “estado de compromisso” entre a Igreja e o rei, por um lado e as grandes propriedades de espanhóis e *criollos*, junto às populações indígenas e mestiças, por outro. Humboldt tinha previsto a ruptura desse equilíbrio, tal como aconteceu no início do século XIX, em função das novas condições econômicas, sociais e políticas. In: CHEVALIER, François. **América Latina**. De la Independencia a nuestros días, México, FCE, 1999, p. 29.

Quando aborda O *Movimento da emancipação*, Rocha Pombo faz menção ao processo nas colônias inglesas, espanholas, francesas, especialmente Haiti, e às colônias portuguesas. Sobre o tema o autor considera a importância do Congresso da Filadélfia, que em 1776 promulga a famosa Declaração de Direitos cujo desenlace foi a independência dos Estados Unidos da América.

Já nas colônias espanholas a revolta foi largamente preparada pelos abusos do regime colonial. Destaca a participação de Bolívar e San Martín¹⁸ no longo e violento processo da emancipação do continente com detalhes que tornam o texto denso e descritivo.

Também dedica alguns comentários ao encontro de Bolívar e San Martín quando, este último dirige-se a Guayaquil e conferência com Bolívar. Volta desgostoso, renuncia ao poder diante do Congresso de Lima e retira-se do Peru. Com a retirada de San Martín, os espanhóis retomam a capital, o vice-rei organiza um exército de 20.000 homens e a situação fica grave para os independentes. Mas Bolívar e Sucre vêm socorrer os peruanos e com a chegada dos gloriosos heróis, a sorte muda, tomando a situação favorável aos insurgentes. Na celebre batalha de Ayacucho os realistas são vencidos, assegurando dessa forma, a independência do Peru.

Também, a primeira etapa da independência do México e o desmembramento da América Central, que, em 1823, declaram sua independência são destacadas e mostram a impotência dos revolucionários

⁽¹⁸⁾ Na vice-realeza de Buenos Aires, onde a revolução começou em 1809, ocorreram mudanças importantes levando à formação de uma Junta de Governo, integrada por patriotas, que destituiu ao Vice-rei espanhol. Dentro deste contexto, o autor destaca a figura de José de San Martín e sua participação na campanha pela independência conseguida definitivamente, em 1816, quando a revolução foi considerada vitoriosa. Em fins de 1816, o general San Martín, auxiliado por muitos patriotas chilenos, transpõe a cordilheira e a 13 de fevereiro do ano seguinte entra em Santiago, a capital. Os realistas, tendo-se reorganizado, marcham sobre a capital e acabam a pouca distância de Santiago, pois, as tropas de San Martín e o chileno O'Higgins com "os ardentes patriotas" organizam um batalhão de voluntários da morte. Em 5 de abril de 1818 os realistas são derrotados na batalha de Maipo, cuja vitória foi decisiva para a independência do Chile. San Martín trata, em seguida de organizar a expedição para invadir o Peru e em 12 de julho de 1821, San Martín entra na capital peruana, onde é aclamado Protetor do Peru.

diante das forças espanholas, onde a repressão acabou com os sonhos os patriotas¹⁹.

Um espaço especial reserva Rocha Pombo aos negros do Haiti que, em 1791 insurgem, protegidos pela Espanha e pela Inglaterra conseguem sua independência, em 1804, constituindo a República do Haiti.

No Brasil, destaca o primeiro surto revolucionário que começou em Minas Gerais, em 1789, sendo enforcado “o mais ardente dos propagandistas”, Tiradentes, e a mudança da Corte Portuguesa para o Brasil que, segundo o autor, “as condições da colônia melhoraram um pouco”. Todavia a revolução de 1820, em Portugal, obriga Dom João VI a voltar para Europa, deixando seu filho como regente do reino, este inspirou simpatias aos brasileiros e suspeitas do futuro²⁰”.

A quarta parte da obra tem como título *Integração das nacionalidades americanas*, composta por 15 capítulos dedicados aos Estados Unidos da América do Norte, ao México, à Guatemala, S. Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica, à República Argentina, ao Uruguai e Paraguai, ao Chile, ao Peru e à Bolívia, à Colômbia, Venezuela e Equador, ao Brasil, ao Haiti e S. Domingos. Nestes capítulos também o autor se detém em uma história descritiva de acontecimentos relativos à história institucional de cada país. Por isso, não consegue seus objetivos de escrever uma história integrada da América Latina, como ele se propusera.

⁽¹⁹⁾ Efetivamente, o padre Hidalgo, à frente de 50.000 mil homens derrotou os espanhóis em algumas batalhas, mas quis invadir a capital. Em Guadalajara é organizado um governo que chega a ter sob suas ordens um exército de 100.000 homens, em sua maioria, composto por indígenas. Mas não sendo homem de guerra, e dirigindo as forças sem disciplina e mal armadas, Pe. Hidalgo foi vencido, preso e fuzilado, em 1811. Ficaram em armas muitos bandos guerrilheiros, entre eles o Padre Morelos.

⁽²⁰⁾ As Cortes de Lisboa chamam o príncipe, mas D. Pedro não obedece as Cortes. As tropas portuguesas quiseram reagir, mas foram obrigadas a embarcar para a Europa. José Bonifácio entra para o Ministério e encaminha as coisas para o sentido da independência. Aparecem algumas discórdias em Minas Gerais e São Paulo, mas D. Pedro restabelece a concórdia com sua presença. Ele estava nesta última província quando recebeu despachos de Lisboa que o levaram a proclamar a independência em 7 de setembro de 1822.

Por exemplo, ao retomar a história dos Estados Unidos, mostra de que maneira Washington dirige a organização da República tendo feito votar o pacto federal e que diversos outros homens notáveis deram continuidade a obra de construção da nação. A questão da servidão faz surgir um rompimento dos Estados do Sul e, após a abolição da escravidão e da guerra de secessão, o funcionamento do mecanismo constitucional é completo e perfeito na grande República, “o progresso é um fenômeno admirável deste século”.

No México, o espírito liberal reage contra a obra dos conservadores. A luta de classes contra os republicanos é contínua e feroz. Os Estados protestam e o Texas separa-se. Por esse motivo os norte-americanos invadem o México, e o governador tem que assinar a paz, mas com prejuízo à pátria. As revoltas continuam até 1860, quando Juarez é eleito chefe da nação. A França dispõe uma tropa do exército no México e os conservadores proclamam a monarquia, elegendo o imperador Maximiliano. Ele não resiste aos obstáculos colocados pelos republicanos. É feito prisioneiro e fuzilado em Querétaro. Juarez e Porfirio Diaz consolidam as instituições liberais, tornando o México uma das nações mais prósperas da América²¹.

Na República Argentina as desavenças se deram entre os unitaristas e federalistas que preenchem boa parte do século XIX até que com a República Federativa se reconstitui e torna a Argentina uma das mais avançadas e livres entre as Repúblicas do Continente. Estes confrontos entre conservadores e liberais se destacam também, na história do Uruguai, Chile, Paraguai e Brasil.

⁽²¹⁾ François Chevalier, ao se referir aos conservadores no México, após a Independência, sustenta a opinião de que tinham “um pensamento estruturado, coerente e original”. Tomando como exemplo, Lucas Alamán (1792-1853), político, industrial, historiador e fundador do Partido Conservador, este, em carta a Alexandre von Humbold, em 1824, como porta-voz do governo mexicano, agradecia seus “luminosos escritos” sobre o México, mesmo sabendo que Humbold era liberal e simpatizante da França revolucionária. Nesses escritos, segundo Alamán, Humbold deixa entrever suas previsões para o país “sob uma constituição boa e liberal”. E acrescenta, ainda, que “não é pouco com que Humbold (liberal militante) contribuiu a estimular o espírito da independência, já em germe entre muitos habitantes, e para tirar os outros da letargia, que os submergia a dominação estrangeira” In; CHEVALIER, F. **América Latina**, op. cit., p. 487.

COMENTÁRIO SOBRE A OBRA

A obra *Compêndio de História da América*, de Rocha Pombo, um autor do século XIX, trouxe para a realidade da época um pouco de “entusiasmo” pela história da América geograficamente integrada. É evidente que durante a leitura deste texto pudemos detectar problemas no tocante à terminologia usada no decorrer do texto, no que se refere ao fatalismo histórico - ou seja, a luta do bem e do mal, do forte e do fraco, de melhor ou do pior. Detectamos contradições e seu claro romantismo ao falar da América. Neste sentido devemos ter claro que a época em que se insere também exige regras de escrita diferenciadas das de hoje.

Por hora é necessário esclarecer que a metodologia e a linguagem do autor está inseri da num contexto próprio do final do século XIX. Neste período o Brasil, principalmente Rio de Janeiro, local onde escreve, e São Paulo passam por mudanças fundamentais no tocante à economia e à política interferindo profundamente na vida daqueles que contemplavam como nossa política era reservada a poucos e nossa economia trilhava o mesmo caminho.

Com a educação ocorria o mesmo. Como já nos referimos acima, ao final do Império e às vésperas da Proclamação da República (1850-1889), a cultura brasileira contava com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro criado em 1838 (aos moldes do *Institut Historique de Paris* fundado em 1834 por vários intelectuais, inclusive Debret e Monglave), com o colégio D. Pedro II, tido como modelo, com cursos de ciências jurídicas e sociais criados pela Lei de 11 de Agosto de 1827, em pequeno número e dirigidos à elite imperial e a Academia de Belas Artes, criada em 1826.

Dirigida a uma pequena parcela da população, as “belas artes” incentivadas pelo Imperador letrado e o ensino de línguas mortas nortearam os conteúdos do ensino, principalmente no Colégio Pedro II. A base escolar do Império era escassa e iniciante mesmo para o período, da mesma forma o ensino universitário. À população semi ou, analfabeta caberia somente a posição, cômoda para a elite, de coadjuvante ou muitas vezes de espectadora de um teatro que se formava na atuação de muitos personagens²².

⁽²²⁾ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**. São Paulo, Companhia de Letras, 1998, p. 126.

Este modelo educacional se incorporou em outras nações, ao passo que estas se viram também às voltas com modelos estatais pré-estabelecidos transportados de suas metrópoles, que por sua vez, se encontravam na mesma dificuldade de estrutura de ensino. Portugal se encontrava às avessas com este problema, pois “...*Data de 1536 a primeira Gramática da linguagem portuguesa, publicada em Lisboa, que constituiu o primeiro esforço de forjar uma consciência lingüística em Portugal...*”. Seu autor foi Fernão de Oliveira. Portanto, nem mesmo nossos colonizadores souberam o que fazer com nossa educação tendo que deixá-la primeiramente nas mãos dos jesuítas²³.

É, portanto, compreensível que ao final do regime imperial, nossa familiarização com a educação e o ensino fosse o mais distante possível. Mas o que nos chama atenção é que este autor vive neste período conturbado, de mudanças importantes, talvez não na ordem vigente, mas pelo menos no campo das idéias. Neste período, um turbilhão de sentimentos conservadores ou progressistas, de ideologias opostas entre a elite que lutava pelo poder entravam em cena para dar início ao período Republicano brasileiro, no qual se renovavam as aspirações do controle da máquina do Estado.

A partir da segunda metade do século XIX, a concepção espiritualista de mundo no qual o romantismo se inseria, vai cedendo lugar a uma concepção científica e materialista. Em 1859 Darwin publica sua obra *A origem das espécies*. O positivismo, baseado no método científico, traduziu essa visão de mundo. Qualquer explicação metafísica era rejeitada para explicar a atuação do homem. Na economia se destacava o liberalismo e politicamente, defendiam-se as idéias republicanas e socialistas. O Manifesto comunista de Marx e Engels data de 1848.

Em 1888 ocorre a abolição dos escravos. As cidades crescem. O povoamento é incentivado pela exportação do café. Nesse contexto começam a aparecer os primeiros jornais republicanos. Em 1870 a Faculdade de Direito de Recife está em atividade formando grupos preocupados com a renovação do pensamento. É em meio destes acontecimentos que Rocha Pombo nasce, cresce e amadurece, como intelectual.

⁽²³⁾ VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão**: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Rio de Janeiro, Vozes, 1986.

Vemos neste texto de 409 páginas, que ele tentou não deixar nenhum tema sem, pelo menos comentá-los, ou que para ele era importante relatar. Na primeira parte da obra destinada a história pré-colombiana, Rocha Pombo abre com a descrição física da América juntamente com sua fauna e sua flora e, somente aí, ele introduz os povos que neste meio ambiente se inseriram.

Ele não deixa de considerar temas como as características dos povos indígenas, suas origens levantando as teses que existiam na época para a semelhança entre índios da América e os povos da Índia e a semelhança da arquitetura com o Egito. Relata sobre as mais variadas culturas dos ameríndios, suas organizações, política, sociedade e religião considerando também os conflitos que ocorrem entre estes povos²⁴.

Na primeira parte - da América pré-colombiana - insere os habitantes da terra no meio ambiente peculiar em que vivem, dando principal importância à fauna, flora e geografia. Sua narrativa vale dizer, abrange um conjunto considerável de temáticas sobre a cultura, a religião, a sociedade, a política, a organização, os conflitos entre as etnias, porém estas facetas só dizem respeito aos índios instalados no território onde os espanhóis aportaram, ou seja, o que chamamos hoje de América Central e uma boa parte do território da América do Sul.

É importante lembrar que a inserção da geografia física no Brasil, já era introduzida por alguns autores - como Capistrano de Abreu em *Capítulos da História Colonial* escrito em 1906, portanto posterior a obra de Rocha Pombo -, “como epopéia que envolve os combates e as vitórias sobre a geografia do território”, onde “o sertanejo vai aparecer como retrato ideal do novo tipo étnico brasileiro”²⁵.

Rocha Pombo chama-os de países atrasados ou evoluídos um em relação ao outro. E no desfecho desta parte ele faz uma espécie de levantamento das possíveis chances destas populações em se desenvolver se a “Descoberta” não fosse efetuada. Este tipo de indagação mostra que o autor neste momento - assim como ao longo do texto - infiltra juízo de valor ao acontecimento histórico remetendo-o a discussão detalhada do assunto. Esta, aliás, deverá ser uma característica constante em Rocha Pombo.

⁽²⁴⁾ Ibid, p.29, item 9.

⁽²⁵⁾ BOTTMAN, Denise. **O Propósito de Capistrano**, op. cit., p.9.

Depois desta pequena apresentação, ele inicia a narrativa sobre a chegada, conquista e colonização do novo território, onde vai disponibilizar uma boa parte do livro. Este tema ocupará a Segunda Parte da obra, que, é a mais extensa. Logo, na abertura deste capítulo, vemos que ele se preocupou em desmistificar um pouco a questão de “descoberta” da América pelos europeus, levantando a hipótese de que a idéia sobre a existência de novos continentes vinha sendo despertada pelos filósofos da Antigüidade, como Platão, Critias e, mesmo, Aristóteles. Portanto, que era errôneo achar que somente os europeus, como um golpe do destino, tenham descoberto a terra.

Ao passo que faz tal declaração, ele introduz a chegada de Cristóvão Colombo dando a este o título de “predestinado” a encontrar tais terras, dando exemplos de suas contradições, ao considerar a história do continente a partir dos acontecimentos que ocorreram com a chegada do Europeu.

Um fator que nos chamou a atenção, é que o autor usa freqüentemente termos que não parecem corresponder à época. Dentre eles estão, “sentimentos nacionais” para explicar a reação dos indígenas diante do ataque europeu e da sublevação do “índio”. A relação estabelecida entre a terra e o povo, por exemplo, é diferente daquela adquirida no mundo ocidental, após a Revolução Francesa. O que para nós é mais compatível com este discurso, seria denominar de “indiano” o habitante de um mundo que na época, acreditou-se ser as opulentas Índias, e que já era de conhecimento do europeu.

Um outro fator interessante da linguagem do autor é a sua forma de entender o ser humano. Geralmente os adjetivos que usa são de cunho animal como “ferozes”, “bestas”, “pobres bestas”, “tristes animais” são de uso frequente, remetendo-se a uma forma usual do movimento do Realismo no Brasil, ou seja, era comum ver nos homens atitudes instintivas comparando-os aos animais.

Segue-se a *“incorporação dos aborígenes ao organismo da sociedade americana”*, onde observa a ação missionária dos jesuítas no esforço de integrar os povos indígenas à língua e aos costumes europeus, numa tarefa comunitária entre os jesuítas e os índios. Este processo, segundo Rocha Pombo, evitaria que o índio pudesse escolher o que

melhor lhe caberia. Assim, ficava nas mãos do clero, a decisão de cumprir ou não este “comunismo” muitas vezes exaltado.

É interessante também destacar como explica a indolência e a violência com que o índio se porta. Ele relata que “a culpa é do índio, porque sofreu a intervenção européia, de injetar na sociedade americana, os horrores da violência”²⁶.

Apesar de dar mais ênfase ao retrato indígena da América, Rocha Pombo introduz um capítulo dedicado aos negros e sua inserção no ambiente colonial americano. Talvez seja este, o mais significativo capítulo de sua obra. A incisiva relevância ao povo indígena está claramente justificada, já que no período em que escreve, uma corrente de intelectuais no Brasil, tende a valorizar o que é brasileiro e o que é da terra.

Mas o que vemos é que em 1900, quando ocorreram tantas mudanças, entre as quais a abolição da escravidão, Rocha Pombo não só presenciou este acontecimento como fez parte atuante dele, em busca de justiça ao povo negro, fazendo para tanto, campanha abolicionista. Tal vez isso fez com que dedicasse aos ex-escravos da América, essa parte do livro. Mas, ao acompanhar a trajetória do texto, algumas questões relevantes devem ser levantadas.

Chamado de abolicionista, Rocha Pombo dedica uma pequena parte do texto - não mais que três ou quatro páginas - a esta questão. A escravidão estava acontecendo, ou seja, ele pode acompanhar a funcionalidade da escravidão e seu sistema, embora tenha visto sua parte final, assim como pode acompanhar seu desfecho, com a libertação. Para compreender melhor o que queremos dizer, é necessário reproduzir alguns trechos em que o autor expõe sua idéia.

Inicialmente nos remete aos tempos nos quais as diferentes etnias africanas viviam em seu próprio meio e relata o início do tráfico para outras regiões do mundo. Neste meio ambiente natural e social, estas “manadas de bestas” se relacionavam de forma diferente. Para o autor, a mudança de território - da África para o Brasil - que ele chama de “terrível infortúnio”, apenas fez com que o sofrimento que passavam em sua terra começasse a desaparecer.

⁽²⁶⁾ Ibid., Cap. 27, item 8.

Para ele, os negros que aqui viveram e ainda vivem, puderam conhecer a tal “consciência de classe”, puderam chegar à velhice (sendo que a estimativa de vida do escravo, dependendo do trabalho que realiza era muito baixa) e com o samba - que nasce somente nas duas primeiras décadas do século XX - pode acalantar seus sentimentos. Os sofrimentos, na nova terra, foram esquecidos e o antagonismo que existia entre “pretos” e “brancos”, acabou “sem deixar preconceitos”. Houve no Brasil, então, segundo o autor, uma “pacificação histórica”, que poderia somente ocorrer aqui, pois em sua África, “o negro ainda é selvagem”.

Neste sentido ele prossegue fazendo alusão a uma “escravidão boa”, no sentido de que a raça branca possui mais de três mil anos de História e que sofreu todas as catástrofes naturais ou provocadas pelo homem, muito mais do que apenas trezentos anos de escravidão²⁷.

Este conjunto de relatos impressiona, no sentido de observar como um abolicionista usa essa linguagem e essa forma de tratar do problema, ao passo que, é exatamente pelo mesmo motivo, ou seja, o fato de viver em tal período é que entendemos essa linguagem e forma. A alta marginalidade que o negro vivenciava estava arraigada em toda uma sociedade que enfrentava esta situação com descaso, com normalidade e, em ambos os casos com preconceito. Assim, é comum identificarmos, ainda neste período, linguagens que para nós, leitores do século XXI, teriam conotação de preconceito racial, e para aqueles que lutaram pela libertação dos negros fazia parte da própria convivência com a escravidão.

No decorrer dos próximos capítulos, Rocha Pombo discorre sobre as colônias portuguesas, em apenas um capítulo - o que vale ressaltar que a menção à colônia portuguesa foi rara e dispersa - e logo, inicia a narrativa sobre as administrações implantadas nos territórios americanos pelos europeus no Peru, México, Chile, Rio da Prata, Antilhas, nas colônias francesas e, principalmente, a administração da colônia inglesa. A esta, o autor reserva certa atenção, pois, o título de território mais “desenvolvido” do continente Americano se mostra de fundamental importância, ao passo que a colônia portuguesa não recebe qualquer menção. Para terminar esta Segunda etapa, Rocha Pombo vai se referir ao desenvolvimento das colônias inglesas. Neste capítulo outro fator se

(27) *Ibid.*, itens, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9.

torna digno de discussão. O autor diz que “colônias criadas não têm história”.

Na Terceira Parte do livro, sobre *Emancipação das colônias americanas*, aborda aspectos de cunho populacional, agrícola, pecuarista, industrial e até mesmo sobre regiões mineradoras e, apesar de abordar a história de vários países, o autor demonstra certa preferência pela trajetória da América do Norte e seu desenvolvimento econômico e social - como vimos acima -, dando ênfase à criação da propriedade territorial e a implantação das bases democráticas. Não esquecendo também, que ele, ao falar desta trajetória, faz alusão ao extermínio maciço da população indígena naquelas terras, e por isso a integração do índio como etnia, foi muito menor ou quase nula, em relação às etnias na América do Sul e Central. Na América do Norte, a inserção do negro também não ocorreu tal como no restante do Continente.

Uma das considerações que Pombo retoma e que já vinha fazendo em outros capítulos, é a questão da “superioridade” da América do Norte e a “inferioridade” das colônias neo-latinas, portuguesas e espanholas. Atribui tal fator à mestiçagem que ocorreu nas colônias do Sul ao passo que as colônias inglesas mantiveram uma certa “homogeneidade” étnica, além de sua colonização ter sido de povoamento e não de exploração. Por isso, ele vai explicar o tipo de colonização que a Espanha implanta nas suas colônias, novamente deixando o papel de Portugal sem comentários.

Nos seguintes capítulos desta Terceira Parte informa sobre as emancipações dos “Estados Unidos no Norte”, de todos os territórios da “Nova Granada”, nome pelo qual chamou parte dos países colonizados pelos espanhóis (hoje Colômbia, Venezuela e Panamá) e para terminar, do território colonial português, que em 7 de setembro de 1822, sob a égide de D. Pedro I, adquiriu sua independência. Esta parte, além de ser a mais extensa comporta também uma maior complexidade cronológica, pois, abarca um grande espaço de tempo - o período colonial até as independências.

Já, na Quarta Parte do livro, pretendeu somente dar um desfecho aos acontecimentos que ocorreram após as independências culminando no ano de 1898/1900 aproximadamente, ano que o autor escreve e publica esta obra. Notamos a preocupação das guerras civis do México, de El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Argentina, Uruguai,

Paraguai, Chile, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela, Haiti, São Domingos e finalmente, Brasil. Talvez aqui, possamos notar, mais explicitamente, a intenção de integração da América em Rocha Pombo.

O grande problema desta obra é que Rocha Pombo também se voltou para um território específico, ou seja, a América Espanhola, e quando citou a colônia portuguesa ou as colônias inglesas, o fez separadamente, não dando a oportunidade ao leitor de entender a história integrada que ele mesmo tentou construir. Esta tem, porém, o intuito de chamar a atenção dos leitores de que a história da América é mais abrangente e mais complexa de que se tinha idéia até então.

Rocha Pombo foi um desses intelectuais de seu tempo, tentando construir uma História diferenciada, livre de conservadorismo. Todavia, o que não podemos esquecer é que mesmo assim, esta obra apresenta problemas de interpretação que devem ser atribuídas à forma de pensar e construir a História no final do século XIX, sob a égide de um pensamento positivista e laico.

Assim, escrever um texto sobre uma obra didática, até aqui, pioneira, nos anima a continuar estudando o problema da História da América, e principalmente o ensino de História da América. Hoje em dia, a integração latino-americana, não só geográfica, mas econômica, social, cultural e política está mais visível no dia-a-dia, mas ainda não o está no âmbito escolar. Ao resgatar, neste compêndio, a tentativa do autor de levar à escola a história do continente nas primeiras décadas do século XX, nos convida a continuar essa tarefa contribuindo para a renovação do olhar sobre os povos do continente.

BIBLIOGRAFIA

- BOMFIM, Manuel. **América Latina: males de origem**. H. Gamier Livreiro-Editor, Rio de Janeiro, s/d (Prefácio 1903).
- BOTELHO, André. **Aprendizado do Brasil**. A Nação em busca dos seus portadores sociais, Campinas, Ed. UNICAMP, 2002.
- BOTTMAN, Denise. **O Propósito de Capistrano**. Primeira Versão, Campinas: IFCH/Unicamp, n. 3, 1989.
- CHEVALIER, François. **América Latina**. De la Independencia a nuestros dias, México, FCE, 1999.

- POMBO, José Francisco da Rocha. **Compêndio de História da América**, Rio de Janeiro, Benjamin de Águila, Editor, 2ª ed., 1925.
- SILVA, I. P. da. Educadores paulistas: regeneração social, república e nação. In: **Encontros com a História**. FERREIRA, C. A., LUCCA, T. de e IOKOI, Z. (orgs.), São Paulo, Editora UNESP, 1999.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão**: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

ANEXAMOS A SEGUIR A BIBLIOGRAFIA (EMBORA COM DADOS INCOMPLETOS) CITADA POR ROCHA POMBO NA: ELABORAÇÃO DO COMPÊNDIO DE HISTÓRIA DA AMÉRICA:

- STEVANEZ, Nicolau. **Resumo de História da América**, Tradução para o brasileiro de Costa Ferreira, H. Garnier, Livreiro-Editor, 71, Rua do Ouvidor, Rio de Janeiro, 6/6, Rue des Saints-Peres, Paris, s/d (final séc. XIX).
- GEOGRAPHICAL Magazine (referente aos célebres estudos de Bancroft). **Las razas primitivas del Pacífico**.
- BARROS ARANA. **Compêndio de História de América**, T. I. (Obra de historiador chileno).
- VARGAS MACHUCA. **Milicia y descripción de las Indias**.
- BRASSEUR de Boubourg. **Histoire des Nations civilissés du Mexique et de l’Amerique Centrale**.
- BARALT, Rafael M. **Historia de Venezuela** (respeitamos a ortografia do autor).
- IRWING, Washington. **Companheiros de Colombo**.
- NAVARRETE. Biografia de Ojeda.
- CASTILLO, Bemal Diaz del. **Historia verdadeira da conquista**.
- GOMARA, Lopez de. **Historia de México**.
- VERDIA, D. Luis Perez. **Compendio de Historia de México**.
- CASTELLANOS, Juan de. **Elegias de varones illustres de Indias**.
- CHACON, D. João. **Guerras irregulares**.
- FERRY, Gabriel. **Expedição de Mina**.

AFILOSOFIA POSITIVISTA E SUA DIFUSÃO POR MARTINS FONTES

Rui CALISTO

*“No silêncio do gabinete, sem dormir,
sem comer há três dias, um velho,
absorto, tendo a terra toda, a criação
inteira no saber que encerra o seu
crânio firmamental, sonha, resume,
sintetiza, ascende pela seriação
hierárquica à estética, levanta o
Templo da Humanidade!
Quem és tu, Cavaleiro-filósofo, ó Pai
do nosso espírito?
E, através das eras, como um eco
perene, a voz do Grande-Ser: Augusto
Comte”.*

Isidoro Auguste Marie François Xavier Comte, ou simplesmente **Augusto Comte**, como foi de seu desejo, nasceu em Montpellier, França, a 19 de Janeiro de 1798. Aos dezesseis anos, pelos idos de 1814, ingressa na Escola Politécnica de Paris, esse estabelecimento de ensino, infelizmente, dois anos depois, aquando da derrota de Napoleão Bonaparte e da Santa Aliança, teve suas portas temporariamente encerradas, os conflitos reaccionários que na ocasião assolaram a Europa repercutiram ali negativamente.

Sozinho, Augusto Comte decidiu seguir como autodidacta. Anteriormente, dentro dos padrões oficiais de ensino, tivera oportunidade de receber influências benéficas de grandes nomes, como o físico Sadi

Carnot, o matemático Lagrange e o astrónomo Pierre Simon de Laplace, que muito contribuíram para o equilíbrio em sua personalidade e em sua formação. Agora, nesta nova fase, estuda metodicamente os “Ideólogos” Destutt de Tracy, Cabanis e Volney, bem como os economistas políticos Adam Smith e Jean-Baptiste Say, os historiadores - filósofos David Hume e William Robertson. Mas, quem mais o influenciou transformando-se quase em um pilar único na sua formação, foi Condorcet, cuja obra **“Esboço de um quadro histórico dos progressos de espírito humano”**, abalou, em muito, a estrutura de seu pensamento; foi de vital importância também o facto de, entre os anos de 1817 e 1824 ter sido Secretário de Saint-Simon, adquirindo com isso sua preparação filosófica, um excelente perfil.

Em 1826 seu nome começou a ter projecção, pois em 2 de Abril inaugura o **“Curso de Filosofia Positivista”**, publicado em seis volumes, a partir de 1830. Foram seus alunos algumas das maiores expressões da época, entre eles o psicólogo Jean-Étienne Esquirole e o fisiólogo Henri-Marie de Brainville.

Dezoito anos depois, em 1844, **Clotilde de Vaux** (a musa inspiradora do Positivismo) e Augusto Comte conhecem-se. Surge uma amizade cultural e filosófica entre eles - ambos pendiam para interesses comuns quanto à filosofia a seguir - durando apenas um ano esse convívio, porque, inesperadamente, Clotilde de Vaux vem a falecer.

Augusto Comte, depois de imensa depressão, retoma ao trabalho, transformando a querida amiga em génio inspirador de uma nova religião, cujas bases e ideias príncipes encontram-se nos quatro volumes publicados entre 1851 e 1854: **“Política Positiva ou Tratado de Sociologia Instituinto a Religião da Humanidade”** e **“Catecismo Positivista ou Exposição Sumária da Religião Universal”**. Era seu desejo efectuar uma *Reforma Espiritual* profunda, que viesse a conduzir e orientar o ser humano, através de uma verdadeira Ordem Social e Política.

Torna-se necessário esclarecer que o emprego da palavra **Positivismo** data da *Escola de Saint-Simon*, da qual, como é de conhecimento geral, fizera parte Augusto Comte.

Em primeira instância, desejou uma Filosofia da História que, com objectividade e transparência mostrasse as razões que levariam a uma apropriada maneira de raciocínio, a que denominou **“Filosofia Positiva ou**

Pensamento Positivo” e sintetizou na “**Lei dos Três Estados**”, onde todas as ciências, bem como o espírito humano no seu todo, se vão desenvolvendo através de três fases distintas: a *teológica*, a *metafísica* e a *positiva*.

Em segunda instância, uma “**Fundamentação e Classificação das Ciências baseadas na Filosofia Positiva**”. E em terceira, uma “**Sociologia que, determinando a estrutura e os processos de modificação da sociedade, permitisse a reforma prática das Instituições**”, devendo, como foi de sua vontade nos últimos anos de vida “*acrescentar a forma religiosa assumida pelo plano de renovação social*”.

Moldando a sua “**Lei dos Três Estados**”, Augusto Comte acreditava que no *Estado Teológico* reduzia-se, em muito, o número de observações dos fenómenos e, devido a isso, a fertilidade da imaginação humana ganhava espaço cada vez maior. Ao observar a diversidade da natureza, o ser humano apenas se permitia explicar seus fenômenos através do sobrenatural, formalizando ideias sobre deuses e espíritos. Acreditava que esse mesmo ser, ao atingir um tipo de compreensão absoluta, possuiria também, em sua plenitude, o Conhecimento.

O homem sente-se insatisfeito ao imaginar que compreende os fenómenos sobrenaturais que ocorrem em seu redor, sem fazer muito esforço para tentar realmente compreendê-los.

Lado a lado com a funcionalidade da explicação da natureza, toda a explanação, ou se quiserem, mentalidade teológica, sem dúvida viria a desempenhar, com destaque, um sentido prático de coesão social, com fundamento objectivado na moralidade. Com a autoridade em absoluto e confiança nos poderes imutáveis, a explanação formadora da mentalidade teológica possuiria como forma política algo em tomo de uma correspondência monárquica/militar.

Para Augusto Comte, o Estado Teológico estava subdividido em fetichismo, politeísmo e monoteísmo.

Ao analisar o fetichismo encontramos a semelhança da vida espiritual com a humana, obviamente, imputada aos seres naturais. Já o politeísmo separa os seres naturais de suas vidas anímicas, atribuindo ao invisível, ao desconhecido, toda a progressão animada a presenciar. Geralmente diz-se que tudo é obra dos “*habitantes de um mundo superior*”.

E, no monoteísmo, um abismo surge entre todos os seres e seus princípios, fazendo com que o ser humano reuna em uma só divindade, todas as outras possíveis, deixando transparecer que essa fase é uma transição na qual o espírito humano se encontra em busca do estado metafísico. Concebendo, então, a “força física”, a “força química” e a “força vital” para explicar o processo da existência de todos os diferentes grupos de fenómenos, substituindo em parte as “divindades da fase teológica”, chega-se ao segundo período. Nele, a mentalidade metafísica reuniria todas essas forças numa só, a chamada ‘natureza’, unidade que equivaleria ao deus único do monoteísmo”.

Augusto Comte afirma que o estado metafísico possui outros pontos de contacto com o estado teológico, pois ambos seguem em busca de respostas ou soluções absolutas para os problemas que afligem a humanidade. Como diferenciação metodológica está o facto de que a metafísica coloca o abstracto no lugar do concreto e a argumentação no lugar da imaginação.

O Estado Positivo é caracterizado pela “subordinação da imaginação e da argumentação à observação, tendo que corresponder, ou em partícula ou em universo a um fato; feito proposição enunciada em seu modo positivo”.

O segundo tema básico de Augusto Comte é a “**Classificação das Ciências Abstractas**” ou seja, a Matemática, a Astronomia, a Física, a Química, a Biologia e, por fim, a Sociologia, tudo vinculado ao seu propósito de “*Filosofia da História*”.

É na *fundação da Sociologia* que o génio de Augusto Comte oferece ao mundo seu bem mais precioso. Foram inúmeras as polémicas que travou por possuir a certeza da necessidade de trabalhar a “*reorganização das ideias*” porque acreditava que toda a crise intelectual existente no momento fosse devido à crise social, económica, política, cultural e religiosa, que espocava aqui e ali.

Augusto Comte trabalhou efectivamente nessa reorganização, sendo afinal glorificado por isso. Era chamada ciência natural das sociedades e deveria ater-se ao acompanhamento de todo o desenvolvimento das leis que coordenavam o evoluir das ciências. A necessidade de determinar carácter e natureza geral, bem como, estabelecer

métodos de investigação, onde tudo fosse igualmente sistematizado em sua base e fundamentos, trariam essa coordenação e reorganização.

A metodologia a ser utilizada deveria ser a histórica baseada por princípios de organização da natureza humana. Estreitar relações com a Biologia, subdividir em estática e dinâmica e extrair da Mecânica essa organização, levou Augusto Comte a elaborar e aprimorar estudos minuciosos sobre essa mesma estática e sua estrutura sua organização, sua ordem, condições príncipes da sociedade. Enquanto que na dinâmica a vida, o movimento, as funções, o progresso ou se preferirem, o Desenvolvimento foram a base de todo o seu trabalho!

A busca que se empreendeu à época para melhor encontrar um método capaz de levar em consideração o seu Sistema, composto do novo, tanto em sua concepção filosófica quanto na política, religiosa e até moralista, tudo orientado pela profunda e perspicaz observação do conjunto do passado humano, foi de grande monta.

Delineando todo o projecto de desenvolvimento histórico do espírito em busca da realidade, Augusto Comte esclarece que o caminhar evolutivo que acompanha cada ciência segue à risca a periodização dos três estados, não se fazendo, é claro, em todas as instâncias de seus domínios. Como exemplo, apresenta-se o estado metafísico de uma ciência como a Física que não é contemporâneo do estado metafísico da Biologia. Tendo as ciências mn desenvolvimento assintótico jamais alcançam em absoluto a compreensão de seus objectos respectivos.

Obviamente a Sociologia estuda a sociedade com toda a independência dos seres vivos. Segundo Augusto Comte esse processo sociológico é visto como o *“fim essencial de toda a Filosofia Positiva”*.

Chega-se ao ápice do conhecimento humano, segundo Augusto Comte, somente através da Sociologia, culminando com a formulação de um *“sistema verdadeiramente indivisível, onde toda a decomposição é radicalmente artificial (...), tudo relacionando-se com a Humanidade, única concepção completamente universal”*.

Augusto Comte afirmava ser a Sociologia formada pela Economia Política, pela Ética, pela Filosofia da História e pela essência da Psicologia, tendo como aspecto fundamental a distinção entre a estática e a dinâmica sociais. A primeira, debruçando-se sobre os estudos das

condições constantes da sociedade; a segunda, desenvolvendo pesquisas acentuadas, investigando as leis em seu desenvolvimento progressivo.

Fundamentalmente a ideia central da estática é a ordem; da dinâmica, o progresso. Augusto Comte possuía a certeza de que a dinâmica social subordinava-se à estática já que o progresso surgiria da ordem aperfeiçoando todos os elementos vitais permanentes de qualquer sociedade. Entre eles, por exemplo, o acordo entre o poder temporal e o espiritual, a família, a linguagem, a propriedade, a religião, etc.

O terceiro tema básico da filosofia de Augusto Comte é a “Reforma das Instituições”, que possui toda a sua fundamentação teórica na Sociologia, seguidamente elevada à política, culminando com a reforma intelectual do homem; e obviamente sendo esta o alicerce da reorganização de toda a sociedade. Essa busca levou Augusto Comte à evolução de um conceito, concebendo então a formulação da “Religião da Humanidade”: ideal supremo em que investiu os últimos quinze anos da sua existência na terra. Ao elaborar os “Princípios Fundamentais” da nova religião, organizou também um novo calendário e um novo catecismo. Esse calendário foi dividido em *treze meses* recebendo cada um a denominação de um gênio humano tendo também a comemoração dos dias santos dedicados às obras de Shakespeare, Dante, Adam Smith, Xavier de Maistre, etc. Saliente-se que a idéia central da elaboração do novo catecismo previa a substituição do Deus cristão pela Humanidade.

Enquanto no séc. XIX o Posotivismo exerceu larga influência nos círculos europeus, incorporado inclusive a outras correntes análogas, em valorização das ciências naturais e suas aplicações práticas, as primeiras manifestações dessa corrente filosófica, apenas em 1850, tomam corpo Brasil. Isso acontece com a apresentação da tese de doutoramento de Manuel Joaquim Pereira de Sá, na Escola Militar do Rio de Janeiro que versava sobre as ciências físicas e naturais citadas anteriormente.

Em seguida também encontram inspiração na Filosofia Positivista **Joaquim Pedro Manso Sayão** ao defender tese sobre corpos flutuantes e **Manuel Pinto Peixoto**, ao discorrer sobre os princípios do cálculo diferencial.

Mas foi **Luís Pereira Barreto** que, ao abordar “*As três filosofias*” impulsionou o Comtismo no Brasil pois acreditava que essa

nova tendência era a ideal para substituir a “*tutela intelectual exercida no país pela Igreja Católica*”. Mesmo não sendo ortodoxo foi um dos mais destacados defensores da causa.

Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes ambos iniciados através das ciências Exactas e da Matemática, quando ainda eram estudantes na escola Politécnica conseguiram perceber que a ciência criada por Augusto Comte seria o alicerce de uma política racional. Acreditavam, inclusive, que com a união das ideias em torno da *Ordem e Progresso* o futuro do país estava assegurado.

Com estrutura bem delineada e definida, no ano de 1876, Miguel Lemos, Raimundo Teixeira Mendes e **Benjamim Constant** fundam a primeira sociedade positivista do Brasil.

No ano seguinte, conseqüência da busca intelectual que empreenderam, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes embarcam para a Cidade-Luz. Em solo parisiense conheceram Émile Littré (que fora o grande discípulo de Augusto Comte, abandonando-o para fundar o Littreísmo) e Pierre Laffite.

Porém, Miguel Lemos, arguto observador, crítico, culto e cientista da sua busca decepcionou-se com o vazio do Littreísmo, tornando-se então fervoroso adepto da *Religião da Humanidade* que era naquele momento dirigida e organizada por Pierre Laffite.

Quando retornou ao Brasil esperançoso de trazer na bagagem a força propulsora que mudaria os destinos da Nação, funda a **Sociedade Positivista do Rio de Janeiro**, origem do **Apostolado Positivista do Brasil**. A finalidade desta, desde a sua fundação, era o aprimoramento e a formação do ser humano que implantaria e modificaria opinião geral por meio de todas e quaisquer intervenções que se fizessem oportunas, em todo e qualquer negócio público. Registe-se que uma dessas interações importantes foi a que originou a participação do núcleo positivista brasileiro em todo o movimento republicano. Outra foi a efectiva colaboração de seus adeptos na elaboração da Constituição de 1891 e também do facto do Pavilhão Nacional ostentar o lema comteano, até os dias atuais: *Ordem e Progresso*.

Na cidade do Rio de Janeiro, com freqüência eram publicadas as “**Circulares**” onde os positivistas externavam suas ideias ou

asseveravam as suas críticas. Entre alguns dos alvos preferidos, estavam a administração republicana (que fugira da ideia inicial) e suas aberrações; o Barão do Rio Branco e suas atitudes imperialistas e Ruy Barbosa e suas “*ficções metafísico-revolucionárias*”. Mas a maior de todas as críticas foi aquela dirigida aos que defenderam a Guerra do Paraguai. Em artigo de Teixeira Mendes no Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, de 16 de Junho de 1908, em sua secção editorial, aponta o despropósito daquela selvajaria, afirmando que fora um “*monstruoso atentado contra a família, a Pátria e a Humanidade, perpetrado na América do Sul depois que as colónias ibéricas do continente Americano tornaram-se nações independentes*”. Atirando também contra a República, Teixeira Mendes em seu opúsculo “**Ainda contra o ensino obrigatório**” diz que “*...a burguesocracia dominante, quer no Brasil quer no Ocidente tornou a República apenas o prolongamento das ditaduras regalistas oriundas da fatal dissolução do regime católico-feudal. Tudo ficou reduzido a substituir o rei, a nobreza e o clero, pela burguesia constituída em senhor despótico do proletariado...*”.

Em diferentes regiões do país a filosofia positivista foi obtendo adeptos. Em várias cidades do Rio Grande do Sul e de Pernambuco era muito próspera a situação; em S. Paulo, Lorena, Santos, São Roque e Campinas frutificava a olhos vistos. Em cidades de Minas Gerais e do Maranhão a corrente surgiria com força após o ano de 1908.

Foram inúmeras as interferências sociais e políticas efectuadas pelos positivistas no Brasil. Muito extensa é a bibliografia produzida pelos mesmos, como também é farta a bibliografia sobre a doutrina, tanto a favor quanto contra. Uma das obras importantes é aquela que foi apresentada em 1890 à Primeira Constituição da República: “**Bases de uma Constituição Ditatorial para a República Brasileira**” de autoria de Teixeira Mendes e Miguel Lemos.

Em *São Paulo*, o mais ilustre dos seguidores do Positivismo foi sem dúvida **Luís Pereira Barreto**, que desde 1874 trabalhou acirradamente para ver vencedora essa doutrina. São famosas as suas polémicas com a *Faculdade de Direito do Largo de S. Francisco*, pois via aí um antro de fazedores de leis quando, segundo sua opinião, o correcto seria descobri-las. Na *Idade Positiva*, de acordo com a ideia comteana, a subordinação das pesquisas à chamada *Unidade Metódica das Ciências*

faria com que se chegasse a descobertas de leis que seriam o ponto de luminosidade da Humanidade.

Com o passar dos anos ficou visível o esvaziamento do templo do Rio de Janeiro e seus adeptos decidiram traçar um novo caminho no mapa dos seus trabalhos que pudesse levar à população a confiança na doutrina. O respeito e a admiração que existia no País em torno da **Arte Poética** levou-os à certeza sobre qual rumo seguir. Um dos grandes nomes do Positivismo, **Ivan Monteiro de Barros Lins**, encarregado pelo Apostolado iniciou o processo de aproximação de um grande nome da nossa cultura com o Templo na primeira metade da década de trinta.

O Positivismo no Brasil possuía excelente gama de prosadores mas ficara provado que os métodos aplicados não estimulavam a grande massa popular. Faltava-lhes então um Poeta-Maior, *“uma alma sensível que trouxesse consigo a huminiosidade poética e a soberania na investigação filosófica para ofertar ao Apostolado e este ao Brasil a Grande Flor de Inspiração: a contemplação ao Ideal Supremo”!*

Ivan Monteiro de Barros Lins, em Dezembro de 1936 pública um volume em comemoração do Centenário de Benjamin Constant e imediatamente providencia a sua remessa àquele que considerava o grande nome da nossa cultura e o melhor Poeta brasileiro da época: **José Martins Fontes**, nascido em Santos, no litoral do Estado de São Paulo, a 23 de Junho de 1884, Martins Fontes tivera no passado uma aproximação com o Positivismo, graças a seu avô materno, **Francisco Martins dos Santos** (o primeiro do nome) e a seu pai, **Silvério Fontes**.

*“Um das coisas que mais tem faltado até hoje ao positivismo é exatamente um poeta, mas um poeta de verdade, como o grande Martins Fontes”.*¹

Sabia, Ivan Monteiro de Barros Lins da soberania intelectual de Martins Fontes. Queria-o, então, entre os positivistas do momento. E, para isso, foi transbordante na missiva que acompanhava o presente a fim de que não existisse por parte do coração, vulcânico em alegria, do Poeta, nenhuma ressalva!

⁽¹⁾ Lins, Ivan Monteiro de Barros, **Martins Fontes**, 1ª ed., São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, 1938, p. 24.

Arrebatadamente, Martins Fontes recebe a mensagem e em retribuição providencia o envio de seu magnífico **“No Templo e na Oficina”**, iniciando-se, então, entre eles, uma extensa troca de correspondência.

“Augusto Comte, sempre que pronuncio este nome, tenho a impressão de que me inspiro na bondade do seu génio cíclico, na amplitude do seu saber enciclopédico...”²

Francisco Martins dos Santos, o Primeiro do nome e Silvério Fontes foram simpatizantes (não ortodoxos) da Filosofia Positivista. Ambos exerceram na juventude de Martins Fontes enorme influência, inclusive erguendo alguns alicerces em sua formação. Devido a esse facto, o Poeta já na idade grave possuía ainda muita admiração pela doutrina (como também pelo Socialismo, por igual motivo). Mas, até então, graças à sua forte e decidida personalidade vivia de acordo apenas com os designios de sua natureza, sem seguir quaisquer posturas doutrinárias.

Em seu gabinete de trabalho em sua residência, ao lado dos retratos de seu avô e de seu pai, entre muitos outros, figuravam três. Eram eles: **Augusto Comte, em seu leito de morte, Madame Clotilde de Vaux e Miguel Lemos junto a Teixeira Mendes**. Todos herança de seus ascendentes queridos.

Era enorme o respeito de Martins Fontes pelas grandes figuras da Humanidade, como Marx, Shakespeare e claro, Augusto Comte.

“Foi ele o primeiro a dar à Idade Média o seu real valor. Como na sua religião demonstrável a mulher ocupa a supremacia, a cavalaria medieval glorificando-a, não podia deixar de empolgar, de apaixonar a alma heróica do maior dos filósofos, do poeta que viveu perpetuamente, num surto de razão abstracta, do divinizado da Humanidade, o Grande Ser do nosso culto...”³

Martins Fontes abatera-se muito aquando do falecimento de seu avô materno mas foi quando seu pai morreu, em 1928 que a vida passou a lhe parecer fútil, profana, absurda para ser contempla. Foram meses de

⁽²⁾ Martins Fontes, José, **No Templo e na Oficina**, 1ª ed., Santos, Estabelecimento Gráfico Radium, 1927, p. 61.

⁽³⁾ Martins Fontes, José, **No Templo e na Oficina**, 1ª ed., Santos, Estabelecimento Gráfico Radium, 1927, p. 77.

muita dor e angústia. Apegou-se a tudo aquilo que seu pai admirava. Reviu saudoso as idas ao Apostolado quando era estudante no Rio de Janeiro. Recordou as peregrinações com os adeptos, aos túmulos dos positivistas. Mergulhou enfim em todas as imagens possíveis para manter viva em sua memória a grandeza do seu amado progenitor.

Ao iniciar o diálogo literário, no ano de 1936, com Ivan Monteiro de Barros Lins, sentiu-se profundamente atraído pela possibilidade de reacender a chama que o levaria a enxergar novamente o rosto do ‘velhinho adorado’:

“Escrevo lhe para lhe pedir que, se puder, me mande o livro de Madame Clotilde de Vaux, traduzido por Teixeira Mendes - Pensamentos de uma flor. Depois da morte de meu pai ofereci à Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio, em Santos, a nossa completa livraria positivista. Realizámos este sonho! Há dias lá procuro o nosso precioso exemplar, autografado por Teixeira Mendes e não o encontro naquele mundo. Com que prazer, lendo a sua Introdução revejo a parte bibliográfica! Minha casa, nossa Casa! Meu Pai! Assaltou-me a ideia (se é que você acha que posso tentar tão alto voo) de traduzir os Pensamentos de uma Flor. Além desta jóia, por indicação sua, tentarei outras traduções, vulgarizações em verso, à minha moda, com os meus processos. Se nada conseguisse, pelo menos isto estreitaria as nossas relações de amizade. Fui discípulo do Dr. Octávio Carneiro e freqüentador do Apostolado. Nunca apertei a mão de Teixeira Mendes, por timidez. Ele porém, me conhecia, pelos nossos semanais encontros no Cemitério de São João Baptista...”⁴

Augusto Comte pedia a seus discípulos que estudassem com profundidade todas as suas ideias e teorias, popularizando-as, para que qualquer pessoa pudesse compreendê-las. Salientava também a importância da propaganda a ser efectuada e a nobreza necessária na dicção dos oradores que, com vigor, cultura e versatilidade seriam excelentes condutores de ideias.

⁽⁴⁾ Lins, Ivan Monteiro de Barros, **Martins Fontes**, 1ª ed., São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, 1938, p. 21-22.

Martins Fontes, pensavam os positivistas, seria a força propulsora, a mola mestra dessa nova fase que surgia então, pois reunia todas as qualidades, sob o aspecto comteano.

“...Poeta, como ninguém, coração de ouro, servido por belíssima inteligência e magnífica cultura, quem, melhor do que Martins Fontes pode consagrar-se a essa causa nobilíssima que tem em vista o bem da Humanidade inteira?..”⁵

Martins Fontes possuía o “*dom do Belo*” que em filosofia significa sensibilidade, imaginação, inspiração. Ivan Monteiro de Barros Lins, ciente dessas qualidades incentivou, através de correspondência, a aproximação do poeta ao Positivismo. E este, movido pela saudade, sentiu que seria uma das maneiras, entre tantas que tinha em mente, de homenagear o querido pai. Aderindo ao positivismo, oferecendo-lhe o fruto do seu talento artístico, ofertaria todo o amor de seu coração à memória do ente querido.

“Em 11 de Abril ⁶, ao enviar-me a cópia de doze sonetos, dizia-me Abraão Netto, amigo querido de Martins Fontes, a quem é, como sabeis, dedicado o “Sol das Almas”: “Nestes sonetos o senhor verificará a crise e o começo da iniciação. O Fontes vai para o positivismo pelo coração...”

... já tem doze poesias do livro “Nos jardins de Augusto Comte”. A balada sobre a Virgem-Mãe é linda! Escrevo-lhe em casa dele, mas ele não sabe. Está lendo Jorge Lagarrigue há talvez duas horas...”⁷

A febre da criação toma conta de Martins Fontes, transformando-se em desejo imediato a preparação de uma trilogia em homenagem ao Positivismo: **A Canção de Ariel; Nos Jardins de Augusto Comte e Calendário Positivista.**

Era necessário que, para dominar as profundas concepções do filósofo Augusto Comte, surgisse uma linguagem amplamente nova ou um

⁽⁵⁾ Lins, Ivan Monteiro de Barros, **Martins Fontes**, 1ª ed., São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, 1938, p. 27.

⁽⁶⁾ Lins, Ivan Monteiro de Barros, **Martins Fontes**, 1ª ed., São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, 1938, p. 27.

⁽⁷⁾ Lins, Ivan Monteiro de Barros, **Martins Fontes**, 1ª ed., São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, 1938, p. 45.

ser instruído e culto que as pudesse explicar. Para o Positivismo no Brasil **José Martins Fontes** foi esse artista. E qual não foi uma surpresa que a notícia da morte do grande Poeta causou no Apostolado?

“Não me abalanco, minhas senhoras e meus senhores, a emitir um juízo, por mínimo e mais despretensioso que seja, acerca da adesão de Martins Fontes a esse sistema universal de educação, que é o Positivismo ou Religião da Humanidade.

O que todos, porém, podem perfeitamente ajuizar é a incomparável perda que nesse poeta enorme pelo coração, pela inteligência e pelo carácter, sofreu o Positivismo, exatamente quando, para ele, caminhava a passos largos...

...Embora, ai de nós - apenas num lapso de tempo extremamente curto menos de seis meses, teve Martins Fontes a glória de empreender, entre nós, a vulgarização poética das concepções desse filósofo, que se nos apresenta na convulsa sociedade moderna, como um rochedo inabalável, perdido entre os recifes do Oceano e encimado por um farol a indicar a rota aos nautas surpreendidos e acoçados pela tormenta...”⁸

Assim como quando editou **I Fioretti** homenageando São Francisco de Assis, Martins Fontes rendeu tributos a Augusto Comte com a publicação da trilogia Positivista. O Poeta-Maior possuía verdadeira adoração pelos seus entes queridos e por seus amigos próximos e a eles devotava a sua produção literária. **I Fioretti** foi dedicada a sua Mãe, e a trilogia: **A Canção de Ariel, Nos Jardins de Augusto Comte e Calendário Positivista**, a seu Pai. Este Poeta Lusófono era ao mesmo tempo um grande artista e uma alma liberta dos preconceitos da Vida! Sem ser católico ou Positivista de facto! Pois era um Cristão e sua verdadeira religião: a Amizade!

HOMERO

E o sol desponta! Finda a teocracia,
A Humanidade, ansiosamente, o espera!
E, á canção auroral da Primavera,
Na Hélade, sempre em flor, nasce a Poesia!

⁽⁸⁾ Lins, Ivan Monteiro de Barros, **Martins Fontes**, 1ª ed., São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, 1938, pp. 61 e 69.

Pelas praias de Chio ou de Cythera,
 Clara, alando-se, altíssima, a harmonia,
 Em rapsódias, intérminas, sorria,
 Em rugidos se acende e se acelera!

Quem será que, a cantar, mostra o denodo,
 E de um deus pobre ou de pastor supemo,
 Na velhice encantada, tem o todo?

Ele, por quem, rimando, me governo,
 O guia-cego, o mágico lirodo,
 O imenso Homero, nosso Padre Eterno!⁹

Augusto Comte morreu em 5 de Setembro de 1857. Quase oitenta anos depois, 25 de Junho de 1937, Martins Fontes deixou inacabado o *Calendário Positivista*, partindo também para os

NOS REINOS DO INVISÍVEL

Como vivem milhares e milhares
 De entes na terra, assim, sem o saberes,
 Deverão existir, povoando ao ares
 Maravilhosos, invisíveis seres.

Tendo formas diversas, singulares,
 Estranhos todos, lindos pareceres
 Possuirão, esses nossos avatares
 Outras aspirações, outros deveres.

Vindos de milenária procedência,
 De desencarnações, heterogêneos,
 Sobem, graduam-se em resplandecência.

Contarão os seus dias por decénios,
 E, iluminados, em clarividência,
 No seu duplo sentido, serão génios.¹⁰

⁽⁹⁾ Martins Fontes, José, *Calendário Positivista*, 1ª edição, São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, Elvino Pocai, Junho de 1938, p. 49.

⁽¹⁰⁾ Martins Fontes, José, *A Canção de Ariel*, 1ª edição, São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, Elvino Pocai, Junho de 1938, p. 12.

Porque sofres não sabes; porém, triste,
 Prevés que, sendo a síntese do mundo.
 Cosmicamente a morte não existe.¹¹

Sua expansividade na opulência da fala e da escrita deixa os Positivistas certos de que, finalmente, haviam encontrado quem os representasse com vigor. O lirismo, a musicalidade, o cintilante verbo que apontava a perfeição, fez com que o Apostolado caísse de joelhos, em admiração.

A estrutura de princípios, a virtude e o respeito pela condição humana levaram-no a superar-se na forma, no ritmo, na métrica. A inspiração estava nele, multiplicando-se... aspirava novamente às alturas toda a sua natureza de pássaro liberto.

O fogo impetuoso que tomou a sua mente, inflamado por Ivan Monteiro de Barros Lins, deu-lhe após muito tempo de abatimento moral, a confiança necessária para a Criação da Obra de Arte! Era um teórico do Conhecimento, um breviário de Filosofia, insuflado:

RAMO DAS VIOLETAS DO MEU CULTO SOBRE A CAMPA EM QUE JAZ TEIXEIRA MENDES

Ao prof. J.J. Silveira

*Mestre, florindo a tua sepultura,
 Em nossa Mãtria, Altar da Humanidade,
 A reverência o coração me invade.
 Da maneira mais tímida e mais pura.*

*Sacerdote, elevando a criatura,
 Foste, pelo saber, pela bondade,
 A mais alta expressão da santidade,
 O mais límpido exemplo da cultura!*

⁽¹¹⁾ Martins Fontes, José, **A Canção de Ariel**, 1ª edição, São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, Elvino Pocai, Junho de 1938, p. 67.

*Em teu valor moral cristalizou-se
Tudo quanto conheço de sagrado,
E, ao mesmo tempo, intimamente doce.*

*Penso, evocando o teu apostolado,
Na glória do Brasil se sempre fosse
Pela tua virtude governado!¹²*

Os positivistas envaideceram-se e elogiaram Ivan Monteiro de Barros Lins por sua acertada escolha: Martins Fontes engrandeceria a História do Positivismo no Brasil de um modo jamais imaginado.

Em correspondência, Martins Fontes afirma ao amigo Ivan Monteiro de Barros Lins:

“A notícia alegre é que comecei a fazer o Calendário Positivista em verso. Já estou em Anaximandro, mês de Aristóteles, terceiro do ano, consagrado à Filosofia Antiga. Esta empresa é quase uma loucura porque não sei se terei vida para tão grande esforço. Sigo o plano de Avezac-Lavigne, segundo Harrison. Além desta risca, porém, leio tudo quanto tenho e quanto posso, para fazer o retrato da personalidade, realçando o seu contingente para o patrimônio humano. Como te falo, francamente, de coração aberto, acho que, até hoje, tenho sido sempre feliz. Nunca fui mesmo tão feliz. Estes dois meses, a Teocracia Inicial e a Poesia Antiga têm achados, surpresas. Bem calcularás que variedade é precisa para não cair na monotonia, tanto de rimário quanto de vocabulário, como de invenção conforme dizem os espanhóis. Obra de fôlego! Para esta formidável realização pensei em solicitar a colaboração de todos os positivistas ficando cada um encarregado de fazer a súmula de um mês, de modo a simplificar, vulgarizar, doutrinar, servir. Esta obra seria em dois volumes compactos mas indispensáveis em todas as bibliotecas. Conversa com amigos. Consulta-os. O David Carneiro está encantado com a ideia. Assim, todos os nossos nomes estariam reunidos no Brasil imenso. Esta era a melhor maneira de nos conhecermos em cenáculo, embora longe. Como sempre o resultado teria um grande fim, redundaria numa homenagem a Tiradentes, a Benjamin Constant,

⁽¹²⁾ Martins Fontes, José, **Nos Jardins de Augusto Comte**, 1ª edição, São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, Elvino Pocai, Junho de 1938, p. 79.

*a Miguel Lemos, a Teixeira Mendes, a Mariano de Oliveira. O Jefferson que decida. Sou chamado, com urgência, ao Isolamento*¹³.
*Interrompo, bem contra vontade esta deliciosa prosa...*¹⁴

Entre os fazeres clínicos, que eram muitos em seu dia a dia, e o descanso, sacrificou, obviamente, esta segunda possibilidade. Diminuiu as horas de sono nas madrugadas para que pudesse em transbordantes versos, levar ao papel a sua adoração pelo Positivismo.

Em oito semanas concluiu **A Canção de Ariel**, sendo sua parte final toda inspirada no Mestre. **Nos Jardins de Augusto Comte** consumiu-lhe outras oito semanas. Para o **Calendário Positivista** imaginava muito tempo de dedicado labor. Teria a homenagem quinhentos e cinquenta e oito personagens, o mesmo número que compõe o histórico Calendário de Augusto Comte.

*“Vinha de longe a atração que, sobre Martins Fontes exercia esse Calendário, o mais perfeito, sob o prisma científico, segundo o proclamou, recentemente, a Sociedade das Nações, após um inquérito em que foram ouvidos todos os grandes países do mundo...”*¹⁵

Possuía uma latente veia criadora, alçando seu estro a imensas alturas nos domínios da beleza. Tinha também o dom de enxergar a essência das coisas e seres e lançava às mancheias, devido ao fulgor da inteligência e à enorme capacidade de compreender as nuances da vida, o melhor de sua mente e de seu coração. Sua afectividade em matéria, espírito e sonho, encantava.

Dominante, de intenso conteúdo, tanto estético quanto moral e filosófico, permitiu que o papel guardasse para sempre a refulgência sem par de seus versos:

PIEADADE

Iludir, a iludir-te, eis todo o intento.
Pairando além dos mundanários miasmas,

⁽¹³⁾ Hospital do Isolamento, actualmente Hospital Guilherme Álvaro.

⁽¹⁴⁾ Lins, Ivan Monteiro de Barros, **Martins Fontes**, 1ª ed., São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, 1938, p. 58-59.

⁽¹⁵⁾ Lins, Ivan Monteiro de Barros, **Martins Fontes**, 1ª ed., São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, 1938, p. 70.

Em rimas de ouro nos teus versos plasmas
As miragens do eterno encantamento.

Cantas. E de tal modo te entusiasmas
Que, na explosão do teu temperamento,
Sonhos incríveis desfolhando ao vento
O planeta povoa de fantasmas.

Em lúcida loucura, alheio ao gozo
Alcanças quase a redenção budista
Deserdado, infeliz, irreligioso.

Amas e sofres. E, em verdade, artista
Nem és tu mais do que um incréu piedoso,
Ou do que um velho e místico anarquista.¹⁶

Sua floração verbalizada lembra-nos a exploração radiosa de um Beethoven ou o encanto de um verso melódico altamente declamatório de nuances ricas em sutileza de timbres e texturas do hipermago Amaral Vieira.

CÓMICA

A Vida! A Vida! A Vida! Indefinida,
Eterna! Obedecendo à mesma norma,
Apesar da aparência que a deforma,
Tudo é força envolvente, tudo é Vida!

A potência do todo, na reforma
Individual, opera, transfundida:
No vertiginosismo da corrida,
Nada se perde, apenas se transforma.

Morrem milhões de Vidas, num segundo,
Em ti, e a mutação não pressentiste,
Tanto se mostra o seu poder profundo.

Porque sofres não sabes; porém, triste,
Prevês que, sendo a síntese do mundo.
Cosmicamente a morte não existe.¹⁷

⁽¹⁶⁾ Martins Fontes, José. **A Canção de Ariel**, 1ª edição, São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, Elvino Pocai, Junho de 1938, p. 41.

⁽¹⁷⁾ Martins Fontes, José. **A Canção de Ariel**, 1ª edição, São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, Elvino Pocai, Junho de 1938, p. 67.

Sua expansividade na opulência da fala e da escrita deixa os Positivistas certos de que, finalmente, haviam encontrado quem os representasse com vigor. O lirismo, a musicalidade, o cintilante verbo que apontava à perfeição, fez com que o Apostolado caísse de joelhos, em admiração.

A estrutura de princípios, a virtude e o respeito pela condição humana levaram-no a operar-se na forma, no ritmo, na métrica. A inspiração estava nele, multiplicando-se... aspirava novamente às alturas toda a sua natureza de pássaro liberto.

O fogo impetuoso que tomou a sua mente, inflamado por Ivan Monteiro de Barros Lins, deu-lhe após muito tempo de abatimento moral, a confiança necessária para a Criação da Obra de Arte! Era um teórico do Conhecimento, um breviário de Filosofia, insuflado:

RAMO DAS VIOLETAS DO MEU CULTO SOBRE A CAMPA EM QUE JAZ TEIXEIRA MENDES

Ao prof. J.J. Silveira

*Mestre, florindo a tua sepultura,
Em nossa Mãtria, Altar da Humanidade,
A reverência o coração me invade.
Da maneira mais tímida e mais pura.*

*Sacerdote, elevando a criatura,
Foste, pelo saber, pela bondade,
A mais alta expressão da santidade,
O mais límpido exemplo da cultura!*

*Em teu valor moral cristalizou-se
Tudo quanto conheço de sagrado,
E, ao mesmo tempo, intimamente doce.*

*Penso, evocando o teu apostolado,
Na glória do Brasil se sempre fosse
Pela tua virtude governado!¹⁸*

⁽¹⁸⁾ Martins Fontes, José. **Nos Jardins de Augusto Comte**, 1ª edição, São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, Elvino Pocai, Junho de 1938, p. 79.

Os positivistas envaideceram-se e elogiaram Ivan Monteiro de Barros Lins por sua acertada escolha: Martins Fontes engrandeceria a História do Positivismo no Brasil de um modo jamais imaginado.

HOMERO

*E o sol desponta! Finda a teocracia,
A Humanidade, ansiosamente, o espera!
E, á canção aurotal da Primavera,
Na Hélade, sempre em flor, nasce a Poesia!*

*Pelas praias de Chio ou de Cythera,
Clara, alando-se, altíssima, a harmonia,
Em rapsódias, intérminas, sorria,
Em rugidos se acende e se acelera!*

*Quem será que, a cantar, mostra o denodo,
E de um deus pobre ou de pastor superno,
Na velhice encantada, tem o todo?*

*Ele, por quem, rimando, me governo,
O guia-cego, o mágico lirodo,
O imenso Homero, nosso Padre Eterno!¹⁹*

Augusto Comte morreu em 5 de Setembro de 1857. Quase oitenta anos depois, a 25 de Junho de 1937, Martins Fontes deixou inacabado o Calendário Positivista, partindo também para os

NOS REINOS DO INVISÍVEL

*Como vivem milhares e milhares
De entes na terra, assim, sem o saberes,
Deverão existir, povoando ao ares
Maravilhosos, invisíveis seres.*

⁽¹⁹⁾ Martins Fontes, José. **Calendário Positivista**, 1ª edição, São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, Elvino Pocai, Junho de 1938, p. 49.

*Tendo formas diversas, singulares,
Estranhos todos, lindos pareceres
Possuirão, esses nossos avatares
Outras aspirações, outros deveres.*

*Vindos de milenária procedência,
De desencarnações, heterogéneos,
Sobem, graduam-se em resplandecência.*

*Contarão os seus dias por decénios,
E, iluminados, em clarividência,
No seu duplo sentido, serão génios.²⁰*

Devido a esse facto, o Poeta já na idade grave possuía ainda muita admiração pela doutrina (como também pelo Socialismo, por igual motivo). Mas, até então, graças à sua forte e decidida personalidade vivia de acordo apenas com os desígnios de sua natureza, sem seguir quaisquer posturas doutrinárias.

Em seu gabinete de trabalho em sua residência, ao lado dos retratos de seu avô e de seu pai, entre muitos outros, figuravam três. Eram eles: **Augusto Comte, em seu leito de morte, Madame Clotilde de Vaux e Miguel Lemos junto a Teixeira Mendes.** Todos herança de seus ascendentes queridos.

Era enorme o respeito de Martins Fontes pelas grandes figuras da Humanidade, como Marx, Shakespeare e claro, Augusto Comte.

“Foi ele o primeiro a dar à Idade Média o seu real valor. Como na sua religião demonstrável a mulher ocupa a supremacia, a cavalaria medieval glorificando-a, não podia deixar de empolgar, de apaixonar a alma heróica do maior dos filósofos, do poeta que viveu perpetuamente, num surto de razão abstracta, do divinizado da Humanidade, o Grande Ser do nosso culto...”²¹

Martins Fontes abatera-se muito aquando do falecimento de seu avô materno mas foi quando seu pai morreu, em 1928 que a vida passou

⁽²⁰⁾ Martins Fontes, José. **A Canção de Ariel**, 1ª edição, São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, Elvino Pocai, Junho de 1938, p. 12.

⁽²¹⁾ Martins Fontes, José. **No Templo e na Oficina**, 1ª edição, Santos, Estabelecimento Gráfico Radium, 1927, p. 77.

a lhe parecer fútil, profana, absurda para ser contemplada. Foram meses de muita dor e angústia. Apegou-se a tudo aquilo que seu pai admirava. Reviu saudoso as idas ao Apostolado quando era estudante no Rio de Janeiro. Recordou as peregrinações com os adeptos, aos túmulos dos positivistas. Mergulhou enfim em todas as imagens possíveis para manter viva em sua memória a grandeza do seu amado progenitor.

Ao iniciar o diálogo literário, no ano de 1936, com Ivan Monteiro de Barros Lins, sentiu-se profundamente atraído pela possibilidade de reacender a chama que o levaria a enxergar novamente o rosto do ‘velhinho adorado’:

“Escrevo-lhe para lhe pedir que, se puder, me mande o livro Madame Clotilde de Vaux, traduzido por Teixeira Mendes - Pensamentos de uma Flor. Depois da morte de meu pai ofereci à Sociedade Hamanitária dos Empregados do Comércio, em Santos, a nossa completa livraria positivista. Realizámos este sonho! Há dias lá procuro o nosso precioso exemplar, autografado por Teixeira Mendes e não o encontro naquele mundo. Com que prazer, lendo a sua Introdução revejo a parte bibliográfica! Minha casa, nossa Casa! Meu Pai! Assaltou-me a ideia (se é que você acha que posso tentar tão alto voo) de traduzir os Pensamentos de uma Flor. Além desta jóia, por indicação sua, tentarei outras traduções, vulgarizações em verso, à minha moda, com os meus processos. Se nada conseguisse, pelo menos isto estreitaria as nossas relações de amizade. Fui discípulo do Dr. Octávio Carneiro e freqüentador do Apostolado. Nunca apertei a mão de Teixeira Mendes, por timidez. Ele porém, me conhecia, pelos nossos semanais encontros no Cemitério de São João Baptista...”²²

Augusto Comte pedia a seus discípulos que estudassem com profundidade todas as suas idéias e teorias, popularizando-as, para que qualquer pessoa pudesse compreendê-las. Salientava também a importância da propaganda a ser efectuada e a nobreza necessária na dicção dos oradores que, com vigor, cultura e versatilidade seriam excelentes condutores de idéias.

⁽²²⁾ Lins, Ivan Monteiro de Barros, **Martins Fontes**, 1ª ed., São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, 1938, p. 21-22.

Martins Fontes, pensavam os positivistas, seria a força propulsora, a mola mestra dessa nova fase que surgia então, pois reunia todas as qualidades, sob o aspecto comteano.

“...Poeta, como ninguém, coração de ouro, servido por belíssima inteligência e magnífica cultura, quem, melhor do que Martins Fontes pode consagrar-se a essa causa nobilíssima que tem em vista o bem da Humanidade inteira?...”²³

Martins Fontes possuía o “*dom do Belo*” que em filosofia significa sensibilidade, imaginação, inspiração. Ivan Monteiro de Barros Lins, ciente dessas qualidades incentivou, através de correspondência, a aproximação do poeta ao Positivismo. E este, movido pela saudade, sentiu que seria uma das maneiras, entre tantas que tinha em mente, de homenagear o querido pai. Aderindo ao positivismo, oferecendo-lhe o fruto do seu talento artístico; ofertaria todo o amor de seu coração à memória do ente querido.

“Em 11 de Abril²⁴, ao envair-me a cópia de doze sonetos dizia-me Abraão Netto, amigo querido de Martins Fontes, a quem é, como sabeis, dedicado o “Sol das Almas”: “Nestes sonetos o senhor verificará a crise e o começo da iniciação. O fontes vai para o positivismo pelo coração...”

...já tem doze poesias do livro “Nos jardins de Augusto Comte”. A balada sobre a Virgem-Mãe é linda! Escrevo-lhe em casa dele, mas ele não sabe. Está lendo Jorge Lagarrigue há talvez duas horas...”²⁵

A febre da criação toma conta de Martins Fontes, transformando-se em desejo imediato a preparação de uma trilogia em homenagem ao Positivismo: **A Canção de Ariel; Nos Jardins de Augusto Comte e Calendário Positivista.**

Era necessário que, para dominar as profundas concepções do filósofo Augusto Comte, surgisse uma linguagem amplamente nova ou um ser instruído e culto que as pudesse explicar. Para o Positivismo no Brasil

⁽²³⁾ Lins, Ivan Monteiro de Barros, **Martins Fontes**, 1ª ed., São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, 1938, p.

⁽²⁴⁾ Lins, Ivan Monteiro de Barros, **Martins Fontes**, 1ª ed., São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, 1938, pp. 61 e 69.

⁽²⁵⁾ Martins Fontes, José. Nos Jardins de Augusto Comte, 1ª edição, São Paulo, Comissão Glorificadora de **Martins Fontes**, 1938, p.17-18.

José Martins Fontes foi esse artista. E qual não foi a surpresa que a notícia da morte do grande Poeta causou no Apostolado?

“Não me abalanço, minhas senhoras e meus senhores, a emitir um juízo, por mínimo e mais desprezioso que seja, acerca da adesão de Martins Fontes a esse sistema universal de educação, que é o Positivismo ou Religião da Humanidade.

O que todos, porém, podem perfeitamente ajuizar é a incomparável perda que nesse poeta enorme pelo coração, pela inteligência e pelo caráter, sofreu o Positivismo, exactamente quando, para ele, caminhava a passos largos...

...Embora, ai de nós - apenas num lapso de tempo extremamente curto menos de seis meses teve Martins Fontes a glória de empreender, entre nós, a vulgarização poética das concepções desse filósofo, que se nos apresenta na convulsa sociedade moderna, como um rochedo inabalável, perdido entre os recifes do Oceano e encimado por um farol a indicar a rota aos nautas surpreendidos e acossados pela tormenta...”²⁶

Assim como quando editou **I Fioretti** homenageando São Francisco de Assis, Martins Fontes rendeu tributos a Augusto Comte com a publicação da trilogia Positivista. O Poeta-Maior possuía verdadeira adoração pelos seus entes queridos e por seus amigos próximos e a eles devotava a sua produção literária. **I Fioretti** foi dedicada a sua Mãe, e a trilogia: **A Canção do Ariel, Nos Jardins de Augusto Comte e Calendário Positivista**, a seu Pai. Este Poeta Lusófono era ao mesmo tempo um grande artista e uma alma liberta dos preconceitos da Vida! Sem ser católico ou Positivista de facto! Pois era um Cristão e sua verdadeira religião: a Amizade!

NO ÁTRIO DA CASA DA RUE-MONSIEUR-LE-PRINCE, NUMERO 10; EM PARIS

*Meu Pai, consente que eu, com fervor que me abraça,
Me ajoelhe no limiar da tua ilustre Casa,*

⁽²⁶⁾ Lins, Ivan Monteiro de Barros, **Martins Fontes**, 1ª ed., São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, 1938, pp. 61 e 69.

*Templo da Rue Monsieur Le Prince, onde, sonhando,
 Para a glória comum, num tempo miserando,
 Realizaste o maior surto da Humanidade,
 Criaste a Religião da Fraterna Amizade!
 E, herói sacerdotal, dando tu mesmo o exemplo
 Da virtude no amor, elevaste o teu templo!
 Mestre, permite que eu, entre lágrimas, reze,
 Provando a gratidão que, no Père Lachaise
 Tantas vezes senti, junto do teu sepulcro,
 Ao pé de tua Filha e Anjo da Guarda e pulcro
 Lírio do nosso amor na trindade Sofia,
 Rosália, tua Mãe e Clotilde, a Poesia!
 Mestre, eu tenho sofrido a mais negra amargura,
 Porque a imaginação alucina e tortura.
 Por espinhais vaguei, adoidado. Perdi-me.
 Mas esqueço o passado e entro a porta sublime
 Do teu antigo lar, crente, aceitando a sorte,
 De que absoluto existe unicamente a morte.
 Mestre, eu já quis ser monge e pensei no suicídio.
 Pela questão social quase chego ao presidio.
 Em contínua revolta, em constante afoiteza,
 Cem mil vezes feri, frente a frente, a incerteza.
 Sem repouso, sem paz, sem tremor, sem deslize,
 Como consolação, quase ao termo da crise,
 De novo te encontrei e segui teus conselhos.
 E, agora, para sempre, aqui me tens, de joelhos.²⁷*

A expansividade na Vida, a esperança na realização dos sonhos íntimos e a determinação na oferta das palavras e gestos que acalentavam o sofrimento humano, enfim tudo, tudo concorria para que mais o Apostolado o admirasse.

Os adeptos ficaram surpresos quando souberam que em Santos o domínio exercido por sua personalidade era imenso. Tanto o médico quanto o artista era idolatrado de modo nabalesco.

⁽²⁷⁾ Martins Fontes, José. Nos Jardins de Augusto Comte, 1ª edição, São Paulo, Comissão Glorificadora de **Martins Fontes**, 1938, p.17-18.

Inclusive causa-lhes espanto o facto de que enorme qualidade de pessoas se dispusessem a acompanhá-lo pelas ruas, recebendo dele, em retribuição, palavras doces, acalentadoras e versos radiosos.

Martins Fontes preencheu o officio, nos corredores das enfermarias e nos quartos, dos hospitais, de um piedoso labor de curar; esbanjou tesouros nos brancos papéis que a vida lhe pôs perto da mãos; espalhou em verso e prosa todo o Amor que existia em sua Humanidade.

BIBLIOGRAFIA

- CALISTO, Rui. **Martins Fontes; Estudante do Rio de Janeiro - Aspectos Inéditos.** In: **Notícia Bibliográfica e Histórica.** Campinas, PUC, Ano XXX, Julho-Setembro 1998, pp. 265-278.
- CALISTO, Rui. **Martins Fontes: O Universo do Poeta.** In.: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, Vol. XCI, 1995, pp. 112-141.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** 4ª ed. São Paulo, Editora Ática S.A., 1995, p. 440.
- COELHO, Ruy. **Indivíduo e Sociedade na teoria de Augusto Comte.** In.: FFCLUSP, Sociologia II, nº 2, Boletim nº 297, 1967, p.127.
- COMTE, Augusto. **Catecismo Positivista.** In.: **Os Pensadores.** São Paulo, Abril Cultural, 1978, pp. 117-318.
- COMTE, Augusto. **Curso de Filosofia Positivista.** In.: **Os Pensadores.** São Paulo, Abril Cultural, 1978, pp. 1-39.
- COMTE, Augusto. **Discurso Preliminar sobre o conjunto do Positivismo.** In.: **Os Pensadores.** São Paulo, Abril Cultural, 1978, pp. 95-115.
- COMTE, Augusto. **Discurso sobre o espírito Positivo.** In.: **Os Pensadores.** São Paulo Cultural, 1978, pp. 41-94.
- COSTA, J. Cruz. **Augusto Comte e as origens do Positivismo.** 1ª ed. São Paulo, José Magalhães Ltda, Coleção da “Revista de História”, I, 1951, p. 69.
- COSTA, J. Cruz. **O Positivismo na República.** In.: **Revista de História.** São Paulo, nº 16, Ano IV, Outubro-Dezembro, 1953, pp. 289-316.
- GIANNOTTI, José Arthur. **Comte.** In.: **Os Pensadores.** São Paulo, Abril Cultural, 1978, pp. VI-XVIII.
- LINS, Ivan Monteiro de Barros. **Martins Fontes.** 1ª ed. São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, 1938, p. 91.

- MARTINS Fontes, José. **A Canção de Ariel**. 1ª ed. São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes - Elvino Pocai, Junho de 1938, 122p.
- MARTINS Fontes, José. **Calendário Positivista**. 1ª ed. São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes - Elvino Pocai, Junho de 1938, 114p.
- MARTINS Fontes, José. **No Templo e na Oficina**. 1ª ed. Santos, Estabelecimento Gráfico RADIUM, 1927, 185p.
- MARTINS Fontes, José. **Nos Jardins de Augusto Comte**. 1ª ed. São Paulo, Comissão Glorificadora de Martins Fontes, 1938, 187p.
- O escultor Brasileiro Cândido Caetano de Almeida Reis e suas relações com à Igreja Positivista do Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, Igreja Positivista do Brasil, nº 5, ano 70/136, 1924, p. 79.
- REALE, Miguel. **Pedro Lessa e a Filosofia Positiva em São Paulo**. In.: **Juristas Brasileiros**. 1ª ed. São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1960, pp. 55-90.
- RIBEIRO JÚNIOR, João. **Os duzentos anos do fundador da Sociologia: Augusto Comte (1798-1998)**. In.: **Notícia Bibliográfica e Histórica**. Campinas, PUC, Ano XXX, nº 170, Julho-Setembro, 1998, pp. 215-220.
- RICKERT, Heinrich. **Introducción a los problemas de la filosofía de la Historia**. Buenos Aires, Editorial Nova, 1971, p. 158.
- SOUTO, Silvio Vieira. **Estrofes...** 1ª ed. Rio de Janeiro, Marques Araújo & Cª, 3 Guttemberg 69/135, 15 de Agosto de 1923, p. 35.

GABRIEL SOARES DE SOUZA NA HISTORIOGRAFIA DOS PRIMEIROS ANOS

Leonardo Dantas SILVA

Para Oliveira Lima “a humanidade é devedora à Península Ibérica, representante gloriosa do grande ciclo das navegações, de um dos mais altos serviços prestados à civilização - o duplo desencantamento da América e da Índia. No mesmo decênio em que a audácia de Colombo, cujo nome o mundo inteiro acaba de aclamar numa confraternização admirável, sacudia a Espanha para as regiões ignoradas do Ocidente, a intrepidez de Vasco da Gama arrastava Portugal para os países misteriosos do Oriente. Um e outro desvendaram perante a Europa continentes envoltos nas trevas da insciência, nas brumas do pressentimento ou nas miragens da fábula; um e outro abriram novo e picante campo ao espírito religioso e ao estímulo comercial da Meia Idade, e forneceram um quadro majestoso ao soberbo desabrochar da época inimitável da Renascença”.¹

Descoberto oficialmente no último ano do século XV, o Brasil tem a sua história inicialmente contada através de relatos de caráter puramente episódicos, escritos por viajantes e aventureiros que nele aportaram, entre 1500 e 1532, descrevendo a terra em suas relações de viagem.

O primeiro desses cronistas foi Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, que aportou na Bahia em abril de 1500,

⁽¹⁾ OLIVEIRA LIMA, Manoel. *Pernambuco seu desenvolvimento histórico*. Recife: Governo do Estado, 1975. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 1). Fac-similar da ed. de Leipzig: F. A. Brockhaus, 1895; 3. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Ed. Mas sangana, 1997. Apresentação e organização de Leonardo Dantas Silva. Prefácio de Gilberto Freyre (Série Descobrimentos, v. 9).

dando por descoberta a nova terra. Coube a Caminha enviar, através da nau de Gaspar de Lemos, as boas novas ao Rei de Portugal, D. Manuel I, transformando-se assim no primeiro cronista desta história. O documento só veio a ser divulgado em 1817, quando de sua publicação pelo padre Manuel Aires do Casal na *Corografia Brasílica*, merecendo uma edição crítica, com anotações de Carolina Michaëllis, a cargo de Carlos Malheiro Dias na obra *História da Colonização Portuguesa*.² Melhor sorte obteve Américo Vespucci que viu suas cartas publicadas na primeira metade do século XVI, quando da edição de *Mundus Novus*.

O relato de Caminha é em muito superior às comuns narrativas de viagens da época, dentre as quais a *Carta do Mestre João*, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Rio: 1843), e a *Relação do Piloto Anônimo*, divulgada pela primeira vez por Francanzano da Montalboddo, in *Cum privilegio Paesi novamente ritrovati. Et Novo Mondo da Alberico Vespuccio Florentino intitulado* (Veneza: 1507).

Dentre essas relações de viagem destaca-se a de Pero Lopes de Souza, autor do *Diário de Navegação*³, responsável pela narrativa dos fatos que se sucederam na expedição comandada por seu irmão, Martin Afonso de Souza, entre 1530-32, na qual apresenta preciosas informações sobre a “Terra de Santa Cruz vulgarmente chamada de Brasil”. O documento, divulgado inicialmente por Francisco Adolpho de Varnhagen (1839), recebeu uma segunda edição com base em apógrafo existente na Biblioteca da Ajuda (Lisboa), publicado em 1861 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. v. 24. e, ainda em nossos dias, vem recebendo as maiores atenções por parte de estudiosos daquele período.

Também aventureiros escreveram sobre os primeiros anos do descobrimento desta terra, destacando-se dentre eles o depoimento de Hans Staden publicado na Alemanha em 1557.⁴ Esse singular aventureiro engajou-se como artilheiro de um navio português que comerciava

(2) DIAS, Carlos Malheiro. *História da colonização portuguesa do Brasil*. Porto: 1921-23, v. 2. p. 86 e seg.

(3) SOUZA, Pero Lopes de. *Diário da navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530 etc.* Publicada por Francisco Adolpho de Varnhagen. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1839.

(4) STADEN, Hans. *Warhaftige Historia und beschreibung eyner Landtschaff der Wilden etc.* Marburg, 1557.

pau-brasil, fazendo a sua primeira viagem ao Brasil em 1547. Ao chegar a Pernambuco, logo participa das lutas contra os índios que sitiavam a vila de Igarassu, transferindo-se depois para a Paraíba de onde só retornou a Lisboa no ano seguinte. Voltando ao Brasil em 1550, sob a bandeira de Espanha na expedição de D. Mencia Calderon de Sabnabria, que devia fundar duas povoações, uma na ilha de Santa Catarina e outra na foz do Rio da Prata. Depois de várias peripécias, vamos encontrá-lo na vila de São Vicente, onde exerce as funções de arcabuzeiro na ilha de Santo Amaro, em frente a Bertioga. Prisioneiro dos índios tupinambás, em janeiro de 1554, lá permanece durante nove meses, quando consegue fugir e, em 20 de fevereiro de 1555, chega à França iniciando sua viagem de retorno à pátria.

A narrativa de Hans Staden foi de um sucesso incomum. Da primeira impressão em 1557 até a edição londrina de 1874 foram registradas 17 edições, reproduzindo as excelentes xilogravuras da primeira, além das edições em língua portuguesa mais recentes. Segundo José Honório Rodrigues⁵, a melhor edição brasileira é a da Sociedade Hans Staden, segundo a transcrição em alemão moderno de Karl Fouquet (São Paulo, 1941, n° 3 das Publicações da Sociedade Hans Staden), numa tradução de Guiomar de Carvalho Franco, com introdução e notas de Francisco de Assis Carvalho Franco (São Paulo, 1942).

Após a expedição de Martin Afonso de Souza (1530-32) resolveu D. João III, de Portugal, incrementar no Brasil em 1534 o sistema das capitanias hereditárias, estabelecendo faixas territoriais que iam do litoral até os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Foi a então colônia dividida em partes, distribuídas através de *cartas de doação* aos respectivos donatários, a quem cabia administrar com seus próprios recursos e poderes quase absolutos, conceder sesmarias e forais, aplicar a justiça, exercendo a administração civil e criminal, estabelecer direitos, foros e tributos no âmbito de sua jurisdição.

Por essa época as expedições e incursões vieram ceder lugar à colonização da terra recém-descoberta, iniciando-se o povoamento,

⁽⁵⁾ RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil: Historiografia colonial*. São Paulo: Editora Nacional, 1979. p. 15.

estabelecendo-se colônias agrícolas e a fundação de vilas e povoações, dando início a uma nova fase da historiografia.

Neste sistema foram as capitanias de Pernambuco e São Vicente, respectivamente doadas a Duarte Coelho Pereira e Martin Afonso de Souza, as que mais prosperaram. Em face do fracasso do sistema nas demais capitanias, estabeleceu D. João III em 1549 um Governo Geral, iniciado por Tomé de Souza que fundou a Vila do Salvador, na Bahia, e lá estabeleceu a primeira capital (1549).

Com Tomé de Souza vieram os primeiros padres da Companhia de Jesus que no mesmo ano fundaram na Bahia o primeiro colégio e, em 1551, já estavam também estabelecidos em Olinda (Pernambuco), desenvolvendo um trabalho de catequese dos índios e educação dos jovens filhos dos colonizadores. Desde de então a historiografia nacional recebe a colaboração dos jesuítas, que através das cartas de Manuel da Nóbrega, a partir de 1549, deixaram para as gerações que se sucederam depoimentos curiosos sobre a paisagem, os índios e seus costumes, bem como a vida dos primeiros habitantes do Brasil nos primeiros anos da colonização.

Entre 1931 e 1933, a Academia Brasileira de Letras fez publicar, em três volumes, grande parte das cartas jesuíticas, escritas entre 1549 e 1594, sob o título *Cartas do Brasil, Cartas avulsas e Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Este último volume, com introdução de Afrânio Peixoto, artigo de Capistrano de Abreu e posfácio de Antônio de Alcântara Machado, é todo dedicado à obra do padre José de Anchieta, trazendo 28 cartas, cinco informações sobre fatos diversos, fragmentos históricos e sermões. Reúne assim um noticiário precioso sobre os indígenas, os trabalhos desenvolvidos pelos jesuítas, além de relatos e informações sobre a terra e a gente do Brasil (Rio: Civilização Brasileira, 1933. 568 p.).

Outro jesuíta importante para a historiografia brasileira é Fernão Cardim, que chega ao Brasil em 1583 e reúne os seus escritos em *Informação da Província do Brasil pala o nosso padre* (1585) que, embora incluída entre as cartas de José de Anchieta, sabe-se hoje ser de sua autoria. Sua obra, *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica etc.*, impressa inicialmente em Lisboa (1847) sob a direção de F. A. de Varnhagen, segundo texto manuscrito da Biblioteca de Évora, vem reunida

no *Tratado da terra e gente do Brasil* São Paulo: Editora Nacional, 1939. 380 p. (Brasiliana, v. 168). Neste volume estão reunidas três obras do jesuíta, escritas entre 1583 e 1601: “Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica”; “Do clima e terra do Brasil” e “Do princípio e origens dos índios do Brasil”, estes últimos publicados inicialmente em língua inglesa, no volume 4 da coleção *Purchas his Pilgrimes*, Londres: 1625, sob o título *A teatrise of Brazil written by a Portugall which had long lived there*. Trata-se de obra indispensável ao conhecimento da terra e vida social e econômica do Brasil, no primeiro século de sua colonização, escrita de forma agradável com elementos importantes sobre os engenhos de açúcar, produção e população de brancos, negros e índios, alimentação e vestuário, divertimentos, vida social, de modo a pintar com cores vivas o cenário daqueles anos.

Com o nome de *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*, surge em 1576 em Lisboa, impressa por Antonio Gonsalvez, a primeira tentativa de uma crônica histórica sistemática escrita por Pero de Magalhães de Gândavo. Trata-se de um natural de Braga, descendente de flamengos como o seu nome está a indicar, professor de escola pública entre o Douro e o Minho, onde ensinava latim, copista da Torre do Tombo, moço de câmara do Rei D. Sebastião, amigo do poeta Luís Vaz de Camões (1524-8), com atividades no Brasil como Provedor da Fazenda em Salvador.⁶ No que diz respeito ao seu conteúdo, a *História do Brasil* de Gândavo, hoje em 12ª edição, é hoje citada por todos os historiadores modernos, como um verdadeiro documentário sobre a economia e vida social dos primeiros anos da colonização. José Honório Rodrigues (op. cit.) diz que “conta Gândavo rapidamente o descobrimento, dá nome dos primeiros donatários, fala das plantas, dos produtos, frutas, animais e bichos venenosos, das aves e dos peixes, dos naturais, isto é, dos índios, e termina apregoando os louvores e grandezas da terra. Com ele temos a primeira revelação histórica do Brasil nos seus setenta primeiros anos, quando estávamos no quarto governo geral e já

⁶ SILVA, Leonardo Dantas. “Gândavo e a sua História”. In: GÂNDAMO, Pero de Magalhães de. *Tratado da terra do Brasil & história da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil 1576*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 1995. Edição conjunta, organização e apresentação de Leonardo Dantas Silva. (Série Descobrimentos, 3).

possuíamos um bispado. A *História* é um livro de circunstância, embora o primeiro a assumir o caráter de composição histórica, superior em sua elaboração às cartas e relatórios dos Jesuítas. Ele mesmo se apercebeu que a história de Santa Cruz estava sepultada em tanto silêncio ‘pelo pouco caso que os portugueses fizeram da mesma Província, que por faltarem na terra pessoas de engenho, e curiosas que por melhor estilo, e mais copiosamente que eu a escrevesse’”.⁷

Um dos mais importantes estudos sobre a América Portuguesa no primeiro século do seu descobrimento vem da pena de Gabriel Soares de Souza (c 1540-91) que, no dizer de Capistrano de Abreu, “foi a enciclopédia viva do Século XVI”. Para F. A. de Varnhagen, o seu *Tratado descritivo do Brasil em 1587* é a “obra mais admirável de quantas em português produziu o século quinhentista”. Chegando à Bahia em 1569, interrompendo uma viagem que fazia em busca da Índia, veio estabelecer-se definitivamente, casando-se e tornando-se senhor de engenho no Recôncavo até 1586, a ponto de transformar-se em um homem rico e poderoso como bem demonstra o seu testamento datado de 10 de agosto de 1584. Instado por seu irmão, João Coelho de Souza, a empreender uma grande expedição aos Sertões do Rio São Francisco, em busca de prata, ouro e pedras preciosas, resolve, em 1586, ir a Madrid onde junto à corte tenta conseguir alguns privilégios para tal empreitada. Nesta ocasião, ainda em Madrid, escreveu a sua obra considerada por muitos como a mais informativa sobre os primeiros anos da colonização.

A exemplo de outros de sua época, Gabriel Soares de Souza só vem alcançar o prelo quando da publicação do seu *Tratado* na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* v. 14, Rio: 1851. Uma segunda edição, com correção e comentários a cargo de F. A. de Varnhagen, vem a ser impressa no Rio de Janeiro, Typographia de João Inácio da Silva, em 1879; uma terceira edição vem a surgir em São Paulo: Editora Nacional, 1938 (Brasiliiana, v. 117) 494 p., seguindo-se de uma quarta, pela mesma editora, em 1971.⁸

⁽⁷⁾ RODRIGUES, José Honório. op. cit., p. 431.

⁽⁸⁾ SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 4. rd. São Paulo: Companhia Editora Nacional - EDUSP, 1971.

Segundo Rubens Borba de Moraes, in *Manual bibliográfico de Estudos Brasileiros*⁹, “a obra de Gabriel Soares de Souza é um dos documentos mais preciosos e completos da vida brasileira no século XVI”. Divide-se em duas partes, “Roteiro geral da costa brasilica” e “Memorial e declaração das grandezas da Bahia”. Na primeira descreve a costa brasileira, da foz do Rio Amazonas até o Rio da Prata, com seus acidentes, povoações, vida e costumes de sua população, de índios e brancos. Na segunda parte, trata da história da colonização da Bahia, da descrição do seu relevo, dos acidentes de sua costa, com seus engenhos, igrejas e povoações.

Dentre os que escreveram sobre os primeiros anos da colonização do Brasil, destaca-se também Ambrósio Fernandes Brandão, autor de *Diálogos das grandezas do Brasil* texto [datado] de 1618, que faz um estudo apurado sobre o ecossistema das capitanias ao norte do Rio São Francisco, notadamente as de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. Para José Honório Rodrigues, “os *Diálogos* são documentos capitais do século VII e constituem a crônica mais positiva, a descrição mais viva, o flagrante mais exato da vida, da sociedade, da economia dos moradores do Brasil, gentios, reinóis e negros. O livro compõe-se de seis diálogos entre Brandônio, pregoeiro das virtudes da terra, e Alviano, que a tem ‘pela mais ruim do mundo’. Brandônio, para convertê-lo à seita dos primeiros ufanistas, mantém sete dias de conversação, descrevendo em cada diálogo os benefícios do Brasil e debatendo ou corrigindo os erros, enganos e malquerenças de Alviano”.¹⁰ A obra foi inicialmente editada pela Academia Brasileira de Letras, com introdução de Capistrano de Abreu e notas de Rodolfo Garcia (Rio: Oficina Industrial, 1930. 316 p.).

Ambrósio Fernandes Brandão, proprietário de terras em São Lourenço da Mata (Pernambuco), cristão-novo morador na Vila de Olinda, tinha 63 anos quando escreveu os *Diálogos*, vinte e cinco dos quais vividos no Brasil. A autoria dos *Diálogos das grandezas do Brasil*, porém, só veio a ser estabelecida de forma definitiva por José Antônio Gonsalves de Mello, quando da edição definitiva, com base no apógrafo de Leiden, publicada pela Universidade do Recife - Imprensa

⁹ MORAES, Rubens Barba de; BERRIEN, William. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949.

¹⁰ RODRIGUES, José Honório. op. cit., p. 371.

Universitária, em 1962. Uma terceira edição, também organizada por José Antônio Gonsalves de Mello, vem a surgir em 1997, publicada pela Fundação Joaquim Nabuco - Editora Massangana, dentro desta *Série Descobrimentos*.¹¹

Um documentário da maior importância para o conhecimento da gente do Brasil no século XVI, particularmente no que diz respeito à presença de cristãos-novos na economia e na história da vida privada de sua sociedade, em suas mais diferentes classes, é reunido quando da primeira Visitação do Santo Ofício às capitanias da Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. São denúncias e confissões tomadas pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, entre 1591 e 1595, depois reunidas em publicações feitas em São Paulo, Série Eduardo Prado, e no Recife, Coleção Pernambucana - 2ª fase v. 14, hoje ao alcance dos estudiosos do período.¹²

A historiografia do Brasil assume características próprias, com a consulta das fontes e da bibliografia existente na época, proporcionando maior segurança na cronologia e na narrativa dos acontecimentos, a partir de Frei Vicente do Salvador. Nascido na Bahia, em torno de 1564, Vicente Rodrigues Palha seguiu a carreira eclesiástica fazendo votos na Ordem Franciscana (1597), onde recebeu o nome de Frei Vicente do Salvador. É de sua autoria a primeira *História do Brasil 1500-1627* escrita por um brasileiro, somente publicada na íntegra em 1888, nos *Anais da Biblioteca Nacional* v. 13, quando do transcurso dos 250 anos de sua morte, ocorrida entre 1636 e 1639. A sua edição definitiva, porém, só veio acontecer em 1965, quando, além das notas de Capistrano

(11) BRANDÃO, Ambrósio Femandes. *Diálogos da grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 1997. Edição integral, segundo apógrafo de Leiden, organizada por José Antônio Gonsalves de Mello. Apresentação de Leonardo Dantas Silva (Série Descobrimentos, v. 8).

(12) *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil.. Confissões da Bahia 1591-92*. Prefácio Capistrano de Abreu. São Paulo: 1922; *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil: denúncias da Bahia 1591-93*. Introdução de Capistrano de Abreu. São Paulo: 1925; *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil: denúncias de Pernambuco 1593-95*. Introdução de Rodolfo Garcia. São Paulo: 1929; *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil: denúncias e confissões de Pernambuco 1593-95*. Prefácio de Leonardo Dantas Silva. Introdução de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1984 (Coleção Pernambucana, 2ª fase, v. 14). Inclui índice onomástico.

de Abreu e Rodolfo Garcia, foi o seu texto confrontado por Frei Venâncio Willeke OFM (1906-1978) com o manuscrito do acervo da Biblioteca das Necessidades, hoje conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Secção “Livros do Brasil”.¹³

Muito embora tenha escrito sua *História* no século XVII, ao que parece vinha recolhendo anotações desde 1587, quando do seu retorno da Universidade de Coimbra, como denota a descrição que faz, com a atualidade de um contemporâneo, da Vila de Olinda e do porto da capitania de Pernambuco, do qual originou-se a cidade do Recife, naquele final de século. Não somente recolheu fatos, através de depoimentos dos primeiros povoadores, mas também foi testemunha de alguns outros, como quando da invasão holandesa da Bahia, em 1624, em que ficou prisioneiro dos invasores e depois serviu aos portugueses até a libertação de Salvador em 30 de abril de 1625.

Para José Honório Rodrigues “a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador é um dos livros mais saborosos do Brasil seiscentista, pela simplicidade do estilo, natural, sem artificios, pela ingenuidade da narrativa, entremeadas de estórias populares e ditos pitorescos. Lê-se como um romance, ou melhor, como uma coleção de contos históricos. [...] A *História* consta de cinco livros e nenhum parece intacto: o primeiro descreve o descobrimento e a terra; o segundo trata do regime das donatárias, segundo não ‘a ordem de tempo e antiguidade das capitanias e povoações, senão a do sítio, contiguação de uma com outras, começando do Sul para o Norte, o que não farei nos seguintes livros, em que seguirei a ordem dos tempos e sucesso das cousas’. O terceiro se inicia com o primeiro Governo Geral (1549) e termina com a perda de Independência de Portugal (1580). O quarto começa com o governo de Manuel Teles Barreto (1582) e os socorros espanhóis da armada de Diogo Flores Valdez contra os corsários ingleses e franceses e termina com o governo de D. Diogo de Menezes (1606) no Norte, e Francisco de Souza no Sul (1609). O quinto

⁽¹³⁾ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. Revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia; confrontada com cópia manuscrita oriunda do acervo da Biblioteca das Necessidades, hoje conservada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Secção “Livros do Brasil”, por Frei Venâncio Willeke. 5. ed. São Paulo: Comp. Melhoramentos, 1965. 528 p.

abre com o governo de Gaspar de Souza (1612) e trata especialmente da jornada da conquista do Maranhão e da guerra holandesa na Bahia”.¹⁴

O ineditismo da *História do Brasil*, porém, não impediu que fossem consultadas várias cópias manuscritas, existentes no Brasil e em Portugal, como se depreende dos textos históricos escritos por dois pernambucanos, o também franciscano Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779)¹⁵ e o beneditino D. Domingos do Loreto Couto (c 1696- c 1762).¹⁶

⁽¹⁴⁾ RODRIGUES, José Honório. op. cit., p. 490.

⁽¹⁵⁾ JABOATÃO, frei Antônio de Santa Maria. *Novo orbe seráfico brasílico*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1858-62. 5 v. 1.687 p.

⁽¹⁶⁾ COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva; Posfácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. 612 p. (Coleção Recife; v. 11). Fac-similar da 1ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1904. Inclui índice onomástico.

CARAVANA PEREIRA BARRETO

José Eduardo de Oliveira BRUNO

Antes de falar da caravana, é necessário e mister que se faça uma introdução a respeito de Luiz Pereira Barretto que foi o mais ilustre membro de uma tradicional família de cafeicultores no século XIX.

Seria interessante inicialmente esclarecer o leitor, para que se tenha “a priori” uma noção sumária, de quem foi este personagem, atualmente tão esquecido pelos seus patrícios e conterrâneos.

Dr. Luiz Pereira Barretto, é uma das mais significativas figuras do pensamento nacional. Viveu oitenta e três anos, nascendo em Resende-RJ à 11 de janeiro de 1840 e falecendo em São Paulo à 11 de janeiro de 1923. Desde 1864, quando retornou ao Brasil, após graduar-se, começou a desempenhar um importante papel na vida científica e intelectual brasileira.

Filho do Com. Fabiano Pereira Barretto, resendense e figura de maior projeção no cenário político e social do município, alcançando todos os mais importantes postos da representação política local. Seu pai foi uma personalidade com um espírito dos mais adiantados e operosos da época, fazendo de sua fazenda “Monte Alegre”¹ na então freguesia da Vargem

⁽¹⁾ Fazenda Santa Terezinha do Monte Alegre, existe ainda hoje (2002), apesar de encontrar-se em péssimo estado de conservação. Fica situada nas margens da estrada da Resende-Fumaça, na Vargem Grande. Na propriedade de 80 alqueires ainda estão instalados uma escola e uma igreja, além das casas de colonos, um armazém, três currais e vários silos. Também existem ruínas de casas antigas, senzalas da época do império. Ao lado da sede ou ‘Casa Grande’ como ainda hoje é chamada por méritos, o interessado que desejar conhecer um pouco de sua história vai notar um velho pé de café. O único e, talvez, último Bourbon da Vargem Grande que lembra ao futuro a época de ouro da economia resendense...

Grande, um campo de demonstração prática da adaptação das terras resendenses às novas culturas, como a exploração do plantio de chá, a experimentação da cultura do café, tipo Bourbon, até então desconhecida no Brasil, a plantação de tabaco, ...etc.

Sua mãe chamava-se Francisca de Salles P. Barretto, prima de seu pai, e de tradicional família de Guaratinguetá - SP.

Em Resende, aprendeu as primeiras letras, fazendo ainda parte de seus preparatórios no Colégio Brasil, de Joaquim Pinto Brasil, depois concluindo seus estudos no Colégio João Carlos em São Paulo. Posteriormente seguiu para Bélgica com o objetivo de estudar medicina, porém não pôde ingressar imediatamente na Universidade de Bruxelas, pois era exigido dos estudantes um conhecimento mínimo de grego, que Barretto não tivera oportunidade de estudar no Brasil. À vista de tal exigência, passou um ano a estudar o grego, e no seguinte iniciou seus estudos superiores em ciências naturais e medicina. Em 1864 doutorou-se com “grande distinção”, tendo recebido um convite de seus mestres para “agrégé” da universidade, continuando como professor, a brilhante carreira que principiou como aluno. Entretanto, saudoso de sua pátria, que não visitava há muito tempo, Barretto, mesmo pensando em continuar na Bélgica, quis vir antes ao Brasil, onde seus planos seriam modificados e sua vida tomaria outros rumos. Em 1865, revalidou seu diploma na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro defendendo a tese de suficiência:

“Teoria das Gastralgias e das Neuroses em Geral”, clinicando em Resende até 1869, quando transferiu-se para Jacareí, onde se casou com Carolina Peixoto², aos 28 anos de idade. Positivista ortodoxo, inicialmente, pois durante sua permanência na Bélgica, o jovem estudante transformar-se-ia em um discípulo apaixonado das doutrinas de Augusto Comte, tornando-se um positivista integral. Chegou a publicar algumas importantes obras de cunho positivista, tais como: *As Três Filosofias*;

(2) Carolina Peixoto, filha do português Antônio da Silveira Peixoto e de Ana Leopoldina Peixoto. Com ela, Luiz Barreto teve quatro filhos: **Clotilde Augusta Pereira Barreto** que foi casada com o Dr. Jesuino Ubaldo Cardoso de Mello; **Luiz Pereira Barreto Filho** que faleceu na primeira infância; **José Pereira Barreto Neto**, nascido em 1874 e foi um grande fazendeiro em Matão e **Paulo Pereira Barreto**, nascido em 1884 e falecido em 1955 em Tatuí onde se encontrava em tratamento de saúde. Morreu solteiro.

Soluções Positivas da Política Brasileira; Positivismo e Teologia, que muito influenciaram a intelectualidade da época. O Positivismo no final do século passado e início do XX, exerceu forte influência não só na intelectualidade, mas também entre a classe política e militar, pois o lema de nossa bandeira “Ordem e Progresso”, foi fundamentado no preceito positivista “Amor como princípio, Ordem como base e Progresso como fim”.

Durante sua formação na Europa, com os amigos brasileiros Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça e Francisco Antônio Brandão Junior, Luiz Barreto dedicou-se ao estudo de filosofia, principalmente do positivismo. Tornou-se amigo de Pierre Laffitte, discípulo de Auguste Comte, o fundador da doutrina positivista. O positivismo é uma filosofia materialista, mas empírica, que propõe respeitar os passos do homem como inventor e herdeiro da história. Essa filosofia está intimamente ligada à moral cristã ortodoxa. E isso marcou a formação de Luiz Barreto. Tanto que, de volta ao Brasil em 1864, escreveu a Laffitte, em 14 de dezembro suas impressões da terra natal: *“a doutrina regeneradora não encontrará aqui muita oposição. As câmaras legislativas estão no auge do descrédito e o clero, em desordem, só continua a subsistir pela tolerância da população que não encontra coisa melhor. Os padres são ignorantes e de sórdida falta de vergonha. Só fazem destruir os bons resultados da influência dos Jesuítas”*.

Em 1876, Pereira Barreto pressentindo que o café no Vale do Paraíba estava com os seus dias contados, devido a exaustão das terras, pois o café era tratado quase como riqueza extrativa, cobrava caro o desleixo empírico com que era cultivado. Começou publicar uma série de artigos na imprensa de São Paulo sobre a **“terra roxa”** do “Oeste” paulista³ que com sua fertilidade maravilhosa seria o novo campo de ação da cafeicultura brasileira.

Considerado o primeiro agrônomo do Brasil, ele escreveu uma série de artigos sobre as causas do declínio da cultura do café em terras fluminenses - na sua opinião, principalmente pela falta de adubação - e sobre as vantagens da “terra roxa”, publicados no jornal **“A Província de**

⁽³⁾ A região de Ribeirão Preto era chamada de **“Oeste”** porque referiam-se a ela, a partir da Capital. A atual geografia, porém, situa os pontos cardeais em relação ao epicentro da área mencionada, ou seja, em relação ao centro Estado de São Paulo, a região de Ribeirão Preto está a **“Noroeste”**.

S. Paulo”, nos dias 2,3,5,6,7,8 e 10 de dezembro de 1876, que, sem sombra de dúvidas, podemos considerar, que foi de fato, a **Certidão de Nascimento de Ribeirão Preto**.

Os textos duros, porém realitas com sua terra natal fluminense (“não se precisa ser profeta para avançar, sem receio de errar, que os seus dias estão contados e que mais sombrio prospecto de futuro já ameaça e a domina efetivamente”) e generosos com a “terra roxa” (“...Não é possível deixar de ao menos assinalar a espessura da camada do terreno roxo. É esta espessura que torna as terras do Oeste sem rivais no mundo e que distância a perder de vista a sua lavoura da do resto do império”).

Foi o começo do êxodo por parte dos cafeicultores do Vale do Paraíba, sobretudo de Resende⁴, pois ecoava a voz do ilustre patricio como grande era o prestígio junto a sua originária grei.

⁽⁴⁾ **Resende**, foi a região pioneira da grande cultura do cafeeira em nosso país. Foi o primeiro pedaço de terra brasileira onde o café encontrou acolhida com os elementos que foram propícios para o seu desenvolvimento. Todas as memórias confiáveis, que tratam da propagação do café na Província do Rio de Janeiro, são uniformes em atribuí-la a pouco depois de 1770, isto é, logo que a espécie já cultivada nesse tempo nas terras do convento dos padres Barbadinhos e na chácara do holandês Hoopman, na rua São Cristóvão no Rio de Janeiro. Este, forneceu as sementes que se propagaram pelo interior da província. Foi dali que os padres Couto e João Lopes, receberam as plantas que foram distribuídas no caminho de Resende pelo primeiro e através do distrito de São Gonçalo seguindo em direção ao noroeste fluminense, pelo segundo, onforme mencionou João de Azevedo Carneiro Maia em seu livro referencial sobre a história de Resende: “Notícias Históricas e Estatísticas do Município de Resende, desde a fundação” de 1891 e também a “Seleta Brasiliense” de J.M.P. Vasconcellos, pag. 222, impressão de 1868. Por outro lado é sabido que neste mesmo tempo, muito se esforçara o Marquês do Lavradio, então Vice-Rei do Brasil, no empenho de disseminar a cultura do café, desta forma distribuindo grande quantidade de sementes pelos distritos de São Marcos (atual Piraí) e do Campo Alegre (atual Resende), apelando a um poderoso incentivo empregado, que era isentar do serviço milícias a todo o lavrador que provasse ter plantado certa quantidade de pés de café. Conclui-se do exposto que feita a sementeira em 1775, antes de 1785 já deviam existir alguns cafezais em efetiva produção. Consta que os primeiros cafezais de Resende se formaram em torno da sede da freguesia, e nos sítios próximos, de onde foram sendo transportadas muitas mudas para os municípios vizinhos (fluminenses e paulistas). Resende até 1801, chamava-se freguesia de ‘Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre da Paraíba Nova’. Posteriormente foi elevada a categoria de vila por ato do Vice-Rei, Conde de Resende (D. José Luiz de Castro), desta forma passando-se a denominar-se Resende em homenagem ao conde.

Verdadeira expedição conquistadora se desloca de Resende em direção ao “Oeste” paulista em busca de um novo campo de ação. Inicialmente são os “Barretos”, homens de recursos, ativos, sertanistas e inteligentes que lançaram diversas lavouras naquela região, disseminando princípios racionais de agricultura num meio até então considerado inóspito. Introduziram o café Bourbon que se espalhou vertiginosamente por todo o “Oeste” paulista, desta forma trazendo a riqueza e a prosperidade que tomariam conta da economia da região e fariam Ribeirão Preto se tornar o novo “Eldorado do Café”. Ribeirão Preto no início do século tinha sua população constituída de 2/3 de fluminenses, sendo Resende o ponto em que a migração se revelou em maior amplitude⁵.

*“Vamos para São Simão que os cafés daqui não dão”*⁶ - era a crítica manifestada numa marchinha de Carnaval em Resende na década de 70 do século XIX, que refletia a decadência da produção cafeeira fluminense como um todo, especialmente a resendense, pelo cansaço das terras e principalmente pela falta de mão-de-obra escrava, conseqüência da proibição do tráfico de escravos e das leis do Ventre Livre e dos Sexagenários.

Assim, em janeiro de 1876, o coronel José Pereira Barreto, irmão de Luiz, seu filho Fabiano, o ‘Bizinho’, seu sobrinho Antônio de Paulo Barreto Ramos e seus irmãos Miguel Pedroso Barretto e Francisco Pereira Barretto, saíram em expedição para conhecer as terras do então, “Oeste” paulista. Da Estrada de Ferro Pedro II, hoje Central do Brasil, seguindo até Cachoeira Paulista, ponto então terminal dessa via férrea. Ali chegados, em janeiro de 1876, acompanhados de escravos pagens, transportando enormes cargueiros, que haviam partido antes pela estrada de rodagem, margeando a várzea do Paraíba, prosseguiram até Jacareí, onde os aguardava o Dr. Luiz Pereira Barretto, pronto para acompanhá-los às plagas tão faladas do “Oeste paulista”. Depois de uma demora de alguns dias em Jacareí, para descanso das fadigas que lhes trouxera a grande

⁵ Veja livro do Dr. Antônio de Almeida Prado: “Crônica de Ourora”, (Ed. Brasiliense/1963; pag. 79).

⁶ **São Simão** era o Maior município do “Oeste paulista”, na ocasião, e ponto terminal da Mogiana. Posteriormente foi desmembrado em vários outros municípios, que deram origem a: Ribeirão Preto, Cravinhos, Sertãozinho...etc. Veja no livro de Beatriz Garcia: “O Romance do Café” - (Ed. Alfa-Omega - SP/1999) pag. 143.

caminhada ao longo do Vale do Paraíba, os ilustres Barretos, seguros no feliz êxito da aventura a que iam entregar-se, puseram-se de novo a caminho do “Oeste paulista”, através da expedição que integravam, depois conhecida como a: “**Caravana Pereira Barreto**”⁷.

Partindo de Jacareí, os Barretos passaram por Camanducaia e Ouro Fino, em Minas Gerais e Espírito Santo do Pinhal, já na província de São Paulo. Depois chegaram a Casa Branca. A partir daí, foram guiados pelo coronel Hipólito de Carvalho, que conheceram naquela cidade. O entusiasmo para com as terras paulistas era tão notório que o Dr. Luiz disse ao guia Hipólito, enquanto descansavam num hotel: “*Estamos maravilhados... São Paulo dentro de poucos anos será o maior empório cafeeiro do mundo. Para isso, só lhe faltam fáceis meios de transporte. Felizmente o paulista é inteligente e empreendedor e, em breve, fará com que estradas de ferro rasguem todos os seus sertões. Assim, a imigração virá.*”

De Casa Branca, os Pereira Barretto chegaram à Fazenda Cravinhos, de 80 alqueires, que foi comprada de Antônio Caetano por Luiz Pereira Barreto, por 36:000\$000 (trinta e seis mil contos de réis), algo entre R\$ 300 mil e R\$ 400 mil atualmente (em torno de 150 ou 200 mil dólares). Nesse período, embora existissem outras propriedades na região, iniciava-se a formação da cidade de Cravinhos. O local onde hoje se encontra a cidade foi a Fazenda Cantagallo, de 80 alqueires, também comprada por

⁷ **Caravana Pereira Barretto** - Veja livros: “Cravinhos - Histórico. Geográfico. Comercial e Agrícola” - (Prof. Francisco Gomes; Tipografia Selles - Ribeirão Preto / 1922) - “O Ribeirão Preto, Histórico e para História” (Prof. Plínio Travassos dos Santos, Ribeirão Preto - 1938)

Obs.: A ‘**Caravana**’ ou ‘**Expedição Conquistadora**’, conforme menciona Rubem Cione em seu livro: ‘**A História de Ribeirão Preto**’, foi quem fez a transmutação da cafeicultura valeparaibana, com marcante hegemonia fluminense, devido ao seu declínio e exaustão de suas terras, para criação de um novo ciclo cafeeiro em nosso país, no ‘Oeste’ paulista.

É importante também não olvidar de que o café no Vale do Paraíba Fluminense foi quem sustentou economicamente o Império. No auge da cafeicultura no Vale do Paraíba (1860), a produção cafeeira fluminense alcançava 78% da produção nacional. O vale paulista representava 12%, e Minas Gerais mais o restante do país, 10%.

Posteriormente a ida do café foi para o “Oeste paulista”, aí sim, São Paulo passou a ter uma produção avassaladora, que foi o início do grande desenvolvimento paulista.

Luiz Pereira Barreto, de Domingos Borges, ao valor de 600\$000 (seiscentos mil réis).

Com a compra da ‘Cravinhos’ (hoje pertencente ao empresário Luís Biagi), os Barretos retornaram a Resende, para prepararem a mudança definitiva para a região de Ribeirão Preto naquele mesmo ano, em novembro 1876. Voltaram com as famílias completas, equipamentos agrícolas e cerca de 60 escravos para iniciar o plantio do café. E o café não era mais o *Typica*, o comum nacional, mas o Bourbon, trazido por Luiz Barreto da Fazenda Vargem Grande, em Resende, onde ele, com seus conhecimentos agrônômicos, fizera multiplicar sementes trazidas da Europa.

Derrubaram, ceifaram e queimaram matas virgens. Foi um ceifar sem piedade, naquele “oceano” verde.

Derrubadas as matas, vieram as queimadas gigantescas, cobrindo toda a terra de cinzas, para que estas, qual novo Fênix, surgisse a grande lavoura cafeeira, que foi durante muito tempo, o esteio daquela região. Ao fim de três anos, os Barretos possuíam as mais famosas lavouras da região do excelente café Bourbon, com as sementes trazidas da Fazenda Monte Alegre na Vargem Grande em Resende-RJ.

A geadada de 1870, parecia uma advertência contra a tentativa do aproveitamento do “Oeste paulista para a lavoura cafeeira em grandes extensões...

Qual nada - sentenciava confiante, certo do bom êxito, o Dr. Luiz Pereira Barreto aos irmãos. - *“Não tenhamos medo; plantemos café aos milhões, que a sua defesa contra a geadada é uma simples questão de enxada”, A imaginação européia ai está às portas...”*.

- *Perfeitamente, Lulu* - replicou o seu irmão Miguel. - *“Não devemos ter medo do futuro... Ribeirão Preto é uma terra abençoada...! Deus o fez e perdeu a receita...!”*

Contudo, os Barretos não esmoreceram, plantaram o cafezal na região, em sua maioria, o excelente ‘Bourbon’, garantidor da primazia cafeeira paulista, das sementes trazidas cuidadosamente de Resende, como ‘pepitas de ouro’, quando da mudança deles para a região das terras roxas “encaracoladas”, também vulgarmente conhecidas por “sangue de tatu”.

O café ‘Bourbon’, nasceu por experiência de fecundação por hibridação do café Libéria com o café Comum, realizada pelo Dr. Luiz Pereira Barretto, na Fazenda Monte Alegre na Vargem Grande em Resende. O seu irmão Francisco Pereira Barretto, encontrando-se no Rio de Janeiro, na residência de um amigo, conheceu o comandante de um navio cargueiro, que trouxera da África, embalagens de bambú com mudas de café Libéria, que tinha uma qualidade diferente do café vulgarmente conhecido no Brasil, que era o denominado como café Comum.

Comprou várias mudas por um alto preço na ocasião e levou para Resende, plantando-as na horta da Fazenda Monte Alegre e algum tempo depois, principiam a nascer ao redor das mudas do Libéria, umas quarenta ‘orelhas-de-onça’, denominação dada ao café quando nasce.

Desenvolvendo-se as ‘orelhas-de-onça’, observaram os Barretos, uma diferença entre elas e as plantas do “Liberia”, bem como, com o café “Comum”. Tempos depois, foram as plantinhas separadas e cuidadosamente transplantadas para covas definitivas. Na primeira floração do “Liberia”, Dr. Luiz Pereira Barretto verificou tratar-se de café inferior, selvagem, pois era exagerado o tamanho das flores. Perdida essa florada, na segunda resolveu o grande cientista provocar a fecundação artificial das flores do Libéria” com as do café resultante das sementes nascidas nas embalagens e com as do café Comum. Portanto, feita a delicada operação, assinalou as flores fecundadas e algumas dessas flores vingaram, e os frutos, quando maduros, foram colhidos, plantados e convenientemente tratados. Contudo, vingaram cinco pés, apenas.

Eram plantas lindas, com as características de excelente qualidade, e completamente diferentes do Libéria e dos demais. Com o produto desses cinco pés, ao cabo de quatro anos, os Barretos iniciaram a plantação de regular cafezal de Bourbon, nome com que foi batizado pelo Dr. Luiz Pereira Barretto, o novo café obtido, apesar de aconselhado por amigos, para que lhe fosse dado a denominação de café “Barretto”. A preferência foi por se lembrar o Dr. Barretto, ter conhecido nas estufas da Universidade de Bruxelas, uma qualidade de café muito semelhante aquele, conhecido pelo nome de “Bourbon”. Daí a história da famosa variedade conhecida pelo nome de café “Bourbon” que se destacou pela grande produção de seus arbustos de 2 a 3 mts de altura, de forma mais ou menos cilíndrica com folhas verde-claras e quando maduras ficam verde escuras,

elípticas, levemente coriáceas, com lâmina e margem mais ondulada do que a variação *typica*.

Em 1876, quando de sua mudança para Cravinhos, no “Oeste” paulista, os Barretos levaram nos cargueiros transportadores da bagagem, cuidadosamente, como pepitas de ouro, sementes do ‘bourbon’ resendense, daquele cafezal abençoado, resultante da feliz fecundação feita pelo sábio Dr. Luiz Barretto, as quais foram plantadas na Fazenda Cravinhos. Luiz Pereira Barretto, vibrante de fé e entusiasmo, inoculou em todos, em memorável campanha de propaganda, a confiança necessária para o prosseguimento e consolidação desta nova grande lavoura cafeeira e foi assim que Ribeirão Preto depois de poucos anos, trabalhados e lavrados inicialmente pelo braço escravo e caboclo, e posteriormente pelos braços dos imigrantes, tornou-se o maior centro cafeeiro do mundo.

Entretanto em 1885, Pereira Barretto abandona a lavoura cafeeira, tornando-se viticultor, pois achava que seríamos capazes de produzir, não só café e borracha, como país tropical, mas também poderíamos produzir o vinho que seria a única forma de atrair o colono europeu em emigração voluntária. Dizia: *“A vinha é vista pelo europeu, não como um arbusto qualquer, mas como uma verdadeira pessoa, um membro da família, uma segunda companheira que sempre amou e adorou”*. Dispôs-se a cultivar a “*Vitis vinifera*” em Pirituba, nos arredores de São Paulo, em uma verdadeira estação experimental agrícola, onde chegou a reunir mais de 400 variedades de uvas vindas da França, Portugal, Itália, Egito, Síria... etc. No entanto, apenas a uva nascia e crescia, já era vítima de doenças produzidas por fungos que atacam principalmente as folhas. Apoiando-se na doutrina de Pasteur, estudou, correspondeu-se com os mestres da viticultura européia e após vários anos de trabalho, de esforços, de despesas e de incertezas, enviou ao Professor M. Victor Pulliat, grande ampelógrafo, Diretor da Escola de Viticultura de Lyon, seu relatório “*A Viticulture à Saint Paul*” em 1888, sobre o cultivo de uvas no nosso clima tropical, com muito calor, umidade e bastante chuvoso durante o verão. Pulliat, assombrado, pois não era médico e não conhecia ainda a doutrina microbiana de Pasteur, foi tomado de espanto diante da carta de Barretto, passando dias a lê-la e relê-la, sem saber se ela procedia de um lunático ou de um homem extraordinariamente inteligente. Não obstante, já que a carta não continha nenhum absurdo,

apesar de suas opiniões insólitas no domínio da ampelografia, resolveu responder favoravelmente, porém com certo ceticismo. Algum tempo depois, Barretto enviava-lhe belos exemplares de uvas européias, nascidas no Brasil. Entusiasticamente, Pulliat exclamava que “Se o Brasil tivesse meia dúzia de homens como o Dr. Barretto, a viticultura européia estaria vencida!”. Nosso patrono colaborou durante 12 anos na imprensa européia, e em especial na francesa, dando lições aos viticultores europeus.

“JÁ NÃO HÁ VINHO QUE NOS ENVERGONHE...”

O sucesso das videiras do Dr. Barreto foi publicamente apresentado à sociedade paulistana em de 1897, na “Exposição das Uvas”. O evento foi patrocinado pela veneranda e de tradicional família paulistana D. Veridiana Prado. Nessa festa aconteceu um interessante encontro de sábios. O poeta Olavo Bilac, de passagem pela cidade, escreveu uma ode espirituosa sobre o evento:

“Já não há mais vinho que nos envergonhe;
 Não beberemos Verde, nem Colares,
 Nem Bordeaux, nem Marsala, nem Bourgogne,
 Vindos de além dos mares!

(...)

E em prantos de ventura me derreto,
 Vendo-te, oh Baco, naturalizado,
 Graças ao Gênio do Dr. Barreto,
 Graças à Dona Veridiana Prado!”

Dizia Barretto: **“O caminho que o presente nos aponta e que o futuro exigirá de, nós é o da policultura. É preciso que se abandone o velho lema ‘o café dá para tudo’; é preciso compreender que a ciência permite fazer deste país uma maravilha; todas as culturas são aqui possíveis; podemos exportar tudo”**.

Pereira Barretto, como grande cientista que era, se lançou na grande campanha contra a febre amarela, pois achava que o saneamento não era só um dever de humanidade para a medicina, mas também uma medida de extrema importância política, pois a obtenção de uvas européias

no Brasil, provava a fertilidade de nosso solo e a excelência de nosso clima. Portanto a extinção das moléstias epidêmicas que nos assolavam, provaria sua salubridade e seria um estímulo e conseqüentemente um convite aos imigrantes europeus. Barretto, mais uma vez dá uma grande contribuição para a ciência, causando uma enorme polêmica quando afirma que a febre amarela não era contagiosa e sim um problema de saúde pública devido a contaminação das águas.

Então publica uma série de artigos na imprensa em defesa de sua tese, que acabou prevalecendo. Num desses artigos, ele cita o exemplo de *Resende*: “*Em Resende, sobretudo, o problema se apresenta em sua maior simplificação. A cidade está dividida em duas partes pelo rio Paraíba, achando-se uma em colina e abastecida de excelente água canalizada, e a outra em planície não dispendo senão de água de poço. Ora, ao passo que esta última está sendo flagelada pela febre amarela, a outra permanece completamente indene*”.

Posteriormente em Havana foi descoberto o transmissor, que era um mosquito denominado na ocasião de “*stegomya*”, e hoje conhecido como “*aedes aegypti*”. Logo após, começou-se a combater o mosquito através da pulverização com inseticidas, por iniciativa e campanhas coordenadas pelo Dr. Osvaldo Cruz no Rio de Janeiro.

Pereira Barretto foi também o introdutor da cerveja em nosso país. Em 1885, foi organizada em São Paulo a Cia. Antártica com a finalidade de produzir presuntos e outros artigos congêneres. Os cálculos falharam, pois logo após a instalação da grande fábrica, a matéria prima começou a escassear, devido ao avassalamento da lavoura de café que se espalhava por todo o interior. A cultura do café extinguindo a fonte de produção de porcos, desfechou um golpe mortal sobre a nova indústria nascente. As custosas e magníficas instalações, não tinham mais razão de ser; não restava à utilíssima empresa, outro recurso senão fechar as suas portas. Entretanto, Pereira Barretto mais uma vez entra em ação, propondo aos diretores e acionistas que aproveitassem os excelentes aparelhos de fabricação de gelo de que dispunha a Antártica, passando a companhia a fabricar cerveja. Portanto, no dia da assembléia geral que seria para extinção da empresa, Pereira Barretto faz uma explanação da viabilidade de se transformar aquelas magníficas instalações em uma fábrica de cerveja. Até então ninguém acreditava na possibilidade de se fabricar cerveja no

Brasil, pois o nosso clima parecia a todos um obstáculo insuperável. Contudo, uma grande indústria constituiu-se, os acionistas se enriqueceram, a empresa tornou-se milionária e a cerveja pioneira da Antártica derramou-se por todo o país, desta forma cessando a importação desta bebida, afirmando-se a nossa emancipação em um domínio que até então fôramos inteiramente tributários.

Como se não bastasse, este cientista, foi também o descobridor dos benefícios que o guaraná traz a vida do homem. Foi o pioneiro nos estudos científicos e na realização de experiências com o propósito de produzir uma bebida refrigerante industrializável, com base no guaraná, criando um método de processamento desse fruto, que deu origem ao xarope do guaraná, utilizado até hoje na fabricação do refrigerante.

Contudo, é uma árdua tarefa poder sintetizar a vida de Pereira Barretto, pois ele cuidou de tudo, ou quase tudo: medicina, filosofia, educação, imprensa, cafeicultura, pecuária, sociologia, viticultura, política, geologia, etc. No entanto, de tudo que tratou, sempre fez com muito discernimento, segurança e sabedoria, conquistando as credenciais de sábio, com que passou para história. E, é como sábio, como um cidadão onisciente, que dominou com lucidez todos os problemas do homem, que podemos, sem nenhuma sombra de dúvida, dizer em uma só palavra, desta forma sintetizando todas as suas qualidades, que ele foi acima de tudo, um **Humanista**.

Roque Spencer Maciel de Barros em seu livro: “A Evolução do Pensamento de Pereira Barretto” diz: “*Chamaram ao médico do Vale do Paraíba, muitas vezes, ‘o sábio dr. Barretto: Parece-nos mais exato - e mais nobre mesmo chamá-lo ‘o educador Pereira Barretto’ . Por que, que é, senão educador, o homem que anela despertar o seu país, erguê-lo e dar-lhe consciência de si próprio, para que este cumpra o papel histórico reservado a todos no estado positivo da mentalidade humana?*”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“**Reminiscências de Resende. Estado do Rio, às plagas paulistas de São Simão, Batatais, Altinópolis e Ribeirão Preto**”. (Renato Jardim, Ed. José Olympio - São Paulo/1946)

- “O Ribeirão Preto, Histórico e para História”** (Prof. Plínio Travassos dos Santos, Ribeirão Preto -1938) Obs: O Museu do Café de Ribeirão Preto foi organizado e fundado pelo Prof. Plínio Travassos dos Santos e tem o seu nome em homenagem à memória deste ilustre historiador.
- “Cravinhos - Histórico, Geográfico, Comercial e Agrícola”** - (Prof. Francisco Gomes; Tipografia Selles - Ribeirão Preto 1922)
- “O Município e a Cidade de Ribeirão Preto”**- (1822 - 1922) na Comemoração do Primeiro Centenário da Independência Nacional.
- “Família Pereira Barretto”** - Notas Genealógicas (Itamar Bopp/São Paulo -1983)
- “Luiz Pereira Barretto e o Café Bourbon”** (“O Estado de São Paulo” - 15/10/1937) autor: C. A. Krug/Instituto Agronômico de Campinas
- “A arte de fabricar o vinho - Manual do Vinicultor”** - Luiz Pereira Barretto -Editora Red. da Revista Agrícola - 1900
- “A História de Ribeirão Preto”** vol. III (Prof. Rubem Cione - RP/1958)
- “Crônica de Outrora”** de A. de Almeida Prado - Ed. Brasiliense - São Paulo/1963
- “A Evolução do Pensamento de Pereira Barretto”** de Roque Spenser Maciel de Barros Ed. da USP / Ed. Grijalbo (SP/1967)
- “Café e Ferrovias”** de Odilon Nogueira de Matos (Ed. Alfa & Omega-São Paulo/1974) Obs: Atualmente editado pela Editora Pontes - Campinas-SP
- “O Café - no segundo centenário de sua introdução no Brasil”**, Departamento Nacional do Café - Rio de Janeiro/1934
- “O Café em São Paulo”**- Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de SP/ 1927
- “Obras Filosóficas de Luiz Pereira Barretto”** (Vol. I) org. por Roque Spencer Maciel de Barros. Editorial Grijalbo - SP/1967
- “Obras Filosóficas de Pereira Barretto”** (Vol. II) org. por Roque Spenser Maciel de Barros. Editora da Univ. Estadual de Londrina-PR /2001
- “História do Positivismo no Brasil”** - Ivan Lins (Cia. Editora Nacional/ SP-1967)
- “Notícias Históricas e Estatísticas do Município de Resende, desde a fundação”** de João de Azevedo Carneiro Maia (Typographia da Gazeta de Notícias - RJ/1891)
- “O Café em Resende no século XIX”** de Maria Celina Whately (José Olympio Editora, Rio de Janeiro/1987)
- “Romance do Café”** de Beatriz Gartia (Ed. Alfa - Omega - São Paulo/1999)

PRINCIPAIS OBRAS DE PEREIRA BARRETTO

“As Três Filosofias: Filosofia Teológica”. Rio de Janeiro - Ed. Laemmert/1884.

“As Três Filosofias: Filosofia Metafísica”. Jacareí - Tipografia Comercial/1876

“Positivismo e Teologia: uma polêmica”. São Paulo - Livraria Popular/1880.

“Solucões Positivas da Política Brasileira”. São Paulo - Livraria Popular/1880.

“O Século XX sob o Ponto de Vista Brasileiro”. São Paulo - Tipografia do Estado de São Paulo/1901.

“A Arte de Fabricar o Vinho -Manual do Vinicultor” - Luiz Pereira Barreto (Editora da Revista Agrícola - São Paulo/1900).

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

FOI VESPUCCI UM ESPÃO?

A. PICCAROLO

Pela centéssima vez está se ferindo uma polêmica tão inútil quão perigosa e contraproducente, em torno de Américo Vespucci, que alguns querem espezinhar, negando-lhe qualquer valor, inclusive a dignidade e a moral, e outros pretendem endeusar, colocando-o acima do próprio Colombo. E tudo isso em nome de um patriotismo cego, que é negação de todo conceito e sentimento de Pátria.

Refiro-me agora a um desses fenômenos patológicos que conseguem difamar as doutrinas políticas mais sinceras e os princípios humanos mais sagrados. A arma de que se servem os adversários da democracia, por exemplo, é a facilidade com que, às vezes, esta cai na demagogia. O desacreditado que mais gravemente ameaça o conceito de Pátria é esse patriotismo ou nacionalismo, como se diz atualmente, exagerado, quase diria insensato, tão perigoso quanto a demagogia. O patriota, neste caso, deixa de sê-lo por se transformar em patrioteiro profissional ou explorador do patriotismo.

Pior, ainda, se torna o fato, quando esse erro passa da política para a história; porque neste caso ao delito político junta-se o delito científico. De fato, se a história é uma ciência - e assim penso eu - deve manter-se pura e isenta de qualquer paixão, a não ser o amor à pesquisa da verdade. Porque pretender violentar a história para fazê-la servir a determinados fins e à demonstração de determinadas teses, significa pura e simplesmente falsificá-la, crime que, por não estar sujeito a sanções

jurídicas, não é por isso menos grave e merecedor da reprovação de todas as pessoas honestas.

É o que ocorre no caso da polêmica que, há quase um século, se está ferindo em torno de Américo Vespucci; ao qual, entre as outras, se movem duas acusações principais: de ter voluntária e sorrateiramente furtado a Colombo a glória de dar o nome ao continente por ele descoberto, e de ter passado, em 1501, a serviço de Portugal não por convite de Dom Manuel, como ele diz em sua carta a Lourenço de Pedro Francisco de Medicis, mas sim por sugestão do rei da Espanha, que fez dele o seu espião junto à corte lusitana.

Quanto à primeira acusação, não se fazem precisos novos esforços para rebatê-la; porque isso significaria, como dizem os italianos, “sfondare una porta aperta”. Como se sabe, quem primeiro deu o nome, ou, melhor, propôs que se desse o nome de “América” ao novo continente foi o autor da “Cosmographiae Introductio”, Martin Waldseemuller, nome original que ele helenizou em “Mylacomylus” (moinho do bosque), em 1507, reproduzindo a carta de Vespucci a Soderini, traduzida em latim. Já anteriormente essa carta tinha sido traduzida em latim por frei Giovanni del Giocondo, e em francês pelo cônego Jean Basin Sandecourt. Parece que Waldseemuller verteu novamente para o latim a tradução francesa e a publicou com a famosa proposta que deu origem ao nome da América. Diz de fato Mylacomylus: “Nuncvero et hec partes (Europa, Ásia e África) sunt latius lustratae et alia quarta pars per Americum Vesputium, ut sequentibus audietur, inventa est, quare non videtur cur quis iure vetet ab Americo inventore, sagacis ingenii viro, Amerigem quasi Americi terram, sive Americam dicendam; cum et Europa et Asia a mulieribus sua sortita sunt nomina” (“Agora, porém, estas partes (Europa, Ásia e África) foram mais amplamente perlustradas, e a quarta parte, como se verá em seguida, foi descoberta por Américo Vaespucci, pelo que não vejo razão por que, a bom direito, pelo nome de seu descobridor, homem de inteligência sagaz, não seja chamada de Amerigem, que é como dizer terra de Américo, isto é América; sendo que a Europa e a Ásia receberam seu nome de mulheres).

Depois disso não pode haver dúvidas. Vespucci não tem culpa de a América chamar-se América, em vez de Colúmbia, como seria de justiça. O único culpado é o teuto Waldseemuller que, impressionado

pelas cartas de Vespucci, publicadas três anos antes, e que em tão breve espaço de tempo chegaram, através da França, até a cidadezinha dos Vosges, lançou sua idéia, que encontrou o apoio geral e vingou em todo o mundo.

Desse ponto de vista, portanto, pode-se dizer que Vespucci teve grande sorte, superior aos seus merecimentos, e nada mais.

Mais grave é a segunda acusação, que pretende fazer de Vespucci um vulgar espião a serviço do rei da Espanha. Começou-se por invalidar a autoridade das cartas vespuccianas, considerando-as falsificadas por não se encontrar o original escrito de punho do autor. Guiando-nos por esse critério, nove décimos ou mais da literatura de todos os povos, anterior ao século XIX, deveriam ser considerados falsificados, a começar pela literatura portuguesa. Mas deste assunto já tratei amplamente no meu livro “Gli Italiani nel Brasile”, publicado em 1922, por ocasião do centenário da Independência.

A pecha de espião, que deu lugar à polêmica a que me referi, foi obra, sobretudo, do dr. Zeferino Cândido, no alentado volume “Brasil”, publicado no ano de 1900, quarto centenário do descobrimento desse país. Nessa ocasião vieram à luz trabalhos numerosos e importantíssimos, como, por exemplo, os reunidos no “Livro do Centenário”, sobretudo a “Descoberta do Brasil”, de Capistrano de Abreu, estribado num método e numa honestidade inabaláveis. Mas, como sempre acontece em questões semelhantes, apareceram também os sectários, os exclusivistas que, num mal entendido patriotismo, empregaram esforços inúteis, dissiparam energias preciosas em favor de uma tese preconcebida.

Entre estes acha-se, como já disse, o livro do dr. Zeferino Cândido, livro que mostra no seu autor cultura não comum e indiscutível boa fé, mas que se apresenta eivado de um sectarismo ferrenho.

Nesse livro tem as suas raízes a pecha de espião. Vespucci - diz Zeferino Cândido - esteve antes na Espanha como simples comerciantes; como “mercador” acompanhou Mojeda na sua viagem ao Novo Mundo em 1499, com o único escopo de se enriquecer. Mas voltou dessa viagem arruinado. Existia naquele momento grande emulação entre Espanha e Portugal, que se disputavam as novas terras descobertas, e, portanto, se esforçavam por descobrir os propósitos um do outro. Espanha enchera

Lisboa de espíões, afim de saber o que pensava, o que preparava e o que fazia o governo português a respeito das terras americanas.

Eis as próprias palavras de Zeferino Cândido: “Não chegavam os meios diplomáticos, que se empregavam com larguesa; havia embaixadores em duplicata e às vezes três e quatro. Qualquer pretexto servia para mandar mais algum em missão especial, aumentando o corpo dos investigadores, em geral homens escolhidos. Mas, em camada mais baixa, os embaixadores das tascas, dos becos, da ribeira. Era preciso conviver com a maruja, saber ouvi-los e conversá-los; os que iam e os que voltavam; para onde iam, donde vinham; o que tinham feito, o que tinham visto. E, entre essas duas classes, outra, a dos homens astutos, mas apresentáveis; que pudessem ouvir e viver em classes burguesas e fidalgas; explorar os pilotos, os mestres, os escrivães, os cosmógrafos; os capitães, mesmo Vespucci e Juan de la Cosa e outros desta categoria exploraram esta profissão em Lisboa, por conta da Espanha”.

Para assacar contra alguém uma acusação desta feita, tão grave que seria suficiente por si só para destruir moralmente não um, mas milhares de indivíduos, haverá documentos positivos, de autenticidade indiscutível, pensará o leitor. Nada disso. Uma simples hipótese, uma suposição. Entre os muitos italianos que naquela época mercadejavam em Lisboa havia o florentino Bartholomeu Marchioni, homem de grandes negócios, o mais importante, talvez, daquela praça. Vespucci, que passara da Espanha para Portugal, não a chamado de Dom Manuel como ele diz, mas enviado pelo velho rei Dom Fernando, como afirma Zeferino Cândido, devia (é sempre uma hipótese) freqüentar a casa de seu patrício, onde se tratava de negócios marítimos e corriam todas as notícias relativas aos países recém-descobertos. Aí ele pôde inteirar-se de todos os acontecimentos, de todas as notícias que os que voltavam traziam das novas terras. Ouçamos ainda o autor nas suas próprias palavras:

“Bartolomeu Marchione, entre outros mercadores seus patrícios, era um centro notabilíssimo de toda esta vida do mar e de aventuras. Tudo ali ia, desde os capitães-mores, chefes de expedição, até os marinheiros mais baixos. O rei precisara dele em 1501, para mandar João da Nova atrás de Cabral; vira-se forçado a tomá-lo em parceria, concedendo-lhe que armasse por conta própria. Certamente, porque o rico armador lhe fornecera capitais ou fazendas. No escritório Marchioni faziam-se

transações de valor, muitas mais seriam propostas e rejeitadas. Marchioni, ou quem por ali andasse, seria bem informado. Vespuccio fazia seguramente o seu centro na casa do seu patrício e aí soube tudo que precisava para trazer o rei Fernando, de quem era serviçal, bem ao correr do que ia por Lisboa. Com os dados que aí obteve fez àquele católico rei os seus relatórios, e, com a mesma matéria, introduzindo-lhe a condição de agente (eis a sua grande falsificação), formulou essas informações, sumários, cartas ou o que foi que, primeiro em Lorena, depois pela Alemanha, serviram de base a essa lenda extraordinária, a mais extraordinária, sem dúvida, que se conhece”.

Deste modo o dr. Zeferino Cândido nega a autenticidade das viagens de Vespucci que, durante o período 1501-1505 nunca se teria arredado de Lisboa. Desacredita-o, negando-lhe toda capacidade náutica, e o reduz à posição de simples homem de negócios mal sucedidos.

Diante de afirmações tão descabidas e contrárias à serenidade que sempre deve presidir a atividade histórica, que se deve fazer? Ou passar além, como Virgílio aconselha Dante a fazer com os ignavos, ou, em se querendo dar uma resposta, apelar simplesmente para a realidade histórica, mais eficaz do que quaisquer palavrórios.

Infelizmente, muitas vezes se preferiu opôr exagero a exagero, apologia a apologia, endeusamento a endeusamento, ou doesto a doesto.

A epopéia dos descobrimentos oferece um cenário tão vasto, que nele acham lugar e podem livremente mover-se portugueses, espanhóis, italianos e outros; a messe de glória dessa luminosa jornada é tamanha, que todos podem colher louros mais que satisfatórios, sem brigar por causa de insignificantes questiúnculas de importância secundaríssima. Nada mais ridículo do que ver milionários brigarem por vintens.

Portugal, que se achava no período mais brilhante de sua história, teve nessa grande epopéia parte preponderante, não há dúvida. A Itália, que, apesar do brilho do Renascimento, se achava politicamente em período de decadência, era obrigada a mandar os seus filhos mundo afora, em busca de condições em que pudessem desenvolver a sua atividade. Alguns desses filhos dirigiram-se para Portugal e Espanha, e trouxeram a esses povos o próprio auxílio na grande empresa dos descobrimentos geográficos.

Qual a contribuição de uns e outros para o grande feito? Isso é o que a história serenamente, longe de toda paixão sectária ou nacionalista deve apurar. Afora isso, se não queremos ser injustos, só temos uma coisa a fazer: declarar a nossa gratidão, indistintamente, por todos os heróis que, através de lutas titânicas, abriram um mundo maior às nossas pequenas ambições.

(“O Estado de S. Paulo”, 19-2-1940)

TEXTOS **(Sugestões para Seminários)**

CONVITE AOS PAULISTAS PARA UMA FEDERAÇÃO

Se em vosso coração patriótico ainda circula o verdadeiro sangue paulistano; se ainda agasalhais em vosso peito um decidido amor à liberdade; se ainda enfim possuis e alimentais em elevado grau aquele nobre orgulho e sentimentos de vossos pais e avós, predicado excelentíssimo que tanto os distinguiu e que os levou a cometer tão grande coisas; ouvi hoje e atentai bem no que vos diz um vosso irmão rio-grandense, que, em nome de seus consócios, competentemente autorizado, ousa convidar a esse brioso povo paulistano a formar um Estado Federal e mutuamente compartilhar os elementos, os recursos, as vantagens com que a natureza os dotou, até tomarem esse ponto grandioso, elevado e feliz, para que Deus os criou, e lhe foi marcado já na lista das nações independentes e livres, com o potente braço do Destino. Eu não discursarei jamais sobre o bem ou o mal com que vos trata o Império do Brasil, sobre as vantagens que dessa união, há tantos anos, tendes colhido; só vos direi que parece haver despontado a época da vossa feliz emancipação, e que nesse nobre empenho deveis contar com nossos braços, com os mais onerosos sacrifícios por nossa parte. Basta que queirais e a nova América mudará de face: é tempo de decidir, de fazer-lhe um grande benefício, decidi-vos e memorai; mais dia menos dia, mais ano menos ano, quando houverdes de trabalhar para vós, vos desligareis do Império.

“Convite aos paulistas para uma federação”,
expedida a 13 de março de 1844 por Manuel
Lucas de Oliveira, Ministro e Secretários dos
Negócios da Guerra e interinamente da Justiça
da República do Rio Grande do Sul. Datado de
Quaraim.

A JUSTIFICAÇÃO DA MONARQUIA ABSOLUTA (BOSSUET)

“Três razões fazem ver que este governo (o da monarquia hereditária) é o melhor. A primeira é que é o mais natural e se perpetua por si próprio... A segunda razão... é que esse governo é o que interessa mais na conservação do Estado e dos poderes que o constituem: o príncipe, que trabalha para o seu Estado, trabalha para os seus filhos, e o amor que tem pelo seu reino, confundido com o que tem pela sua família, torna-se-lhe natural... A terceira razão tira-se da dignidade das casas reais... A inveja, que se tem naturalmente daqueles que estão acima de nós, torna-se aqui em amor e respeito; os próprios grandes obedecem sem repugnância a uma família que sempre viram como superior e à qual se não conhece outra que a possa igualar...” “O trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus...” “Os reais... são deuses e participam de alguma maneira da independência divina”. “O rei vê de mais longe e de mais alto; deve acreditar-se que ele vê melhor, e deve obedecer-se-lhe sem murmurar, pois o murmúrio é uma disposição para a sedição.”

(Bossuet, bispo de Meaux (1627-1704, **Política tirada da Sagrada Escritura**, publicada postumamente). **Apud** Gustavo de Freitas, **900 textos e documentos de história**, p. 201. Lisboa, Plátano Editora, 1976).

ESTRANGEIROS QUE ESCREVERAM SOBRE O BRASIL

CHARLES REIBEYROLLES (1812-1860)

Jornalista francês, de tendências liberais, amigo de Victor Hugo e exilado na mesma ocasião que ele, Ribeyrolles preferiu vir para o Brasil, enquanto o autor de **Os Miseráveis** foi para a Ilha de Guernesey. A opção do Brasil para seu exílio partiu, segundo se crê, de uma sugestão de seu amigo F. Dabbadie, que aqui estivera alguns anos antes, autor conhecido de um livro de impressões sobre a América do Sul.

Aqui chegando, relacionou-se, homem culto que era, com figuras proeminentes da intelectualidade brasileira e alguns jovens que em breve alcançariam a glória literária, como, entre outros, Manuel Antônio de Almeida e Machado de Assis. No Brasil faleceu em 1860, estando sepultado em Niterói, em túmulo mandado erigir pela municipalidade e no qual se gravou epitáfio escrito especialmente por Victor Hugo.

O que lhe deu maior renome foi o livro **Brasil Pitoresco**, publicado em 1859, ilustrado profusamente por Victor Frond, obra que se tornou das mais consideradas sobre o Brasil Imperial, citada a todo instante, mas, na realidade, muito mais valiosa pelas ilustrações do que propriamente pelo texto. Dessa maneira, os dois nomes Charles Ribeyrolles/Victor Frond encontram-se há quase século e meio associados na bibliografia brasileira.

De fato, as ilustrações de Victor Frond constituem valioso documentário sobre a vida do Rio de Janeiro, não apenas a urbana, mais igualmente a rural, do interior fluminense. Supõe-se fosse intenção dos autores completar a obra com um volume sobre Bahia e Pernambuco, mas tal não se realizou.

A primeira edição de **Brasil Pitoresco** (bilingüe) foi muito mal impressa, inçada de erros, tanto no original como na tradução. Fez-se uma segunda edição em 1861, não sabemos se corrigida ou não. O que sabemos é que a obra ficou mais de oitenta anos sem merecer reedição, o que só ocorreu em 1941, por iniciativa da antiga Livraria Martins Editora, na preciosa coleção “Biblioteca Histórica Brasileira”. Desta nova tradução incumbiu-se Gastão Penalva, trazendo o volume extensa nota bio-bibliográfica por Afonso de Taunay, na qual transcreve nota de uma famosa enciclopédia francesa, aliás plena de erros, sobre o autor. Parece-nos de vantagem citar alguns conceitos do historiador:

“Ao compor o seu livro achava-se Ribeyrolles muito desambientado. Suas notas de viagem ressentem, a cada passo, da falta de contacto íntimo entre o autor e as populações por ele visitadas. Conhecia mal o português, estava havia muito pouco tempo no Brasil, tinha que aceitar as informações administradas por pessoas que com ele freqüentemente se entendiam com dificuldade.

Precisou muito julgar pelas aparências. E isto o levou a expender juízos falsos e por vezes apreciações absolutamente pueris, pela distância da realidade das cousas e dos fatos”.

Mas, o autor do prefácio, louva muita coisa do livro: “Com grande independência de conceitos e palavras, analisou Ribeyrolles as instituições governamentais do Brasil. Estudou o parlamentarismo imperial, criticou o valor e os processos da imprensa, censurando acemente certas práticas péssimas do tempo como a das famosas **mofinas**, as diatribes anônimas”. Adverte, finalmente, que o que torna consativa a leitura do livro é o seu tom declamatório e a freqüente divagação romântica a que o autor se entrega.

Demorou-se no capítulo sobre a Inconfidência Mineira, pois entendeu de transcrever, na íntegra, a “Sentença da Alçada”, julgando e condenando os Inconfidentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Edição original: Brasil pitoresco: história, descrições, viagens, instituições, colonização. Acompanhado de um álbum de vistas, panoramas, paisagens,

costumes, etc., etc., por Victor Frond. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1859.

Reedições: Brasil pitoresco: álbum de vistas, panoramas, paisagens, monumentos, costumes, etc., com os retratos de Sua Majestade Imperador Dom Pedro II e da família imperial, fotografados por Victor Frond, litografados pelos primeiros artistas de Paris... Paris, Lemmercier, 1861.

Brasil pitoresco: história, descrições, viagens; colonização, instituições, Ilustrado com gravuras de vistas, panoramas, paisagens, costumes, etc., por Victor Frond. Trad. e notas de Gastão Penalva; pref. de Afonso de E. Taunay. São Paulo, Martins, 1941. 2 vs. (“Biblioteca Histórica Brasileira”, v. 6)

Reedição da anterior, pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo, 1980, integrando a série “Reconquista do Brasil”, ns. 29/30.

NOSSO PRIMEIRO IMPERADOR VISTO POR RIBEYROLLES

(...)

É hoje uma figura histórica. Vale a pena fixá-la. Ademais, como explicar os fatos sem as paixões, os acontecimentos sem os caracteres, as coisas sem as pessoas? D. Pedro de Bragança acompanhara seu pai ao Brasil por ocasião da invasão francesa. Audacioso, moço e forte, era mais amigo das lutas, das caçadas, das revistas militares, que dos labores tranqüilos. Desde 1808 a 1820, ninguém o viu imiscuir-se na política, nos negócios, no governo. Era uma dessas naturezas vivazes e sanguíneas que produzem energias magníficas. Se o estudo apura e regula os instintos, se a educação os domina, eles se inclinam para o bem com paixão, com entusiasmo e argamassam os heróis. Se se entregam a si mesmos, mal dirigidos e governados, conduzem às violências cegas e o homem faz-se um bruto.

Quais foram as primeiras disciplinas do príncipe D. Pedro? As etiquetas da côrte, os prejuízos feudais, o culto dos privilégios de nascimento e as prerrogativas absolutas. Quais as suas primeiras doutrinas? As noções do despotismo e os preceitos néscios do direito divino. Encheram-no de sofismas inveterados e de orgulho frívolo, como um príncipe da Idade Média. Interceptaram-lhe todos os conhecimentos humanos: mutilação horrível, obra cruel de algóz.

Felizmente para ele, D. Pedro de Bragança teve um grande mestre: o seu tempo. Viu revoluções pavorosas, catástrofes inauditas. Ouvia passar as idéias e as esquadras. Compreendeu que a Idade Média estava morta, e era mister penetrar na torrente. Daí, as suas duas naturezas, duas tendências, duas vocações. O homem do passado que joga com os decretos, fez a força, viola as assembléias, e o homem do século, que se volta para as idéias do século: **independência, constituição, direito humano.**

Esse contraste decidiu sua sorte. A cada passo o encontramos nessa existência que, apesar dos desvios, não passou sem glória e sem honra.

Vêde a antinomia. A revolução de Portugal e seu programa baseado na constituição de Cadiz (1812) tinham profundamente comovido o Brasil. A província do Maranhão aderira. A Bahia nomeara uma “junta provisória de governo”, e no Rio de Janeiro a manifestação do povo e das tropas, reunidas no largo do Rocio, foi quase uma revolução.

Que fez o príncipe herdeiro? Misturou-se ousada e oficialmente com a multidão. Orou como um tribuno. Comprometeu seu pai no sentido da constituição, jurando sobre a cabeça de Cristo, santa e lívida figura ultrajada por tantos perjúrios. Era um belo começo de revolta. E Pedro de Bragança deixava-se arrastar de boa fé.

Eis o reverso. No decreto de 7 de março de 1821, D. João VI, anunciando sua próxima partida, investira o herdeiro do título de lugar-tenente chefe dos poderes, sob um governo provisório. Quais eram as atribuições desse lugar-tenente? Que era o governo provisório? Ninguém o sabia. E os eleitores inquietos pela liberdade decidiram que a constituição espanhola de 1812 seria a lei do momento.

Era uma salvaguarda hábil. Mas, o príncipe lugar-tenente, colocado assim sob a **constituição** e a **junta**, fez invadir pela força armada essa nova “sala do jogo da pela”. Morreram dois eleitores, Muitos ficaram feridos. Outros foram lançados às prisões. E na manhã seguinte, 22 de abril de 1821, apareceu um último decreto de D. João VI, organizando o governo provisório. O bom do rei delegava ao filho todas as atribuições soberanas, e dava-lhe por conselheiros responsáveis a amigos e companheiros. Em seguida, farto de decretos, de arengas, de juntas e constituições, D. João retira-se, dizendo ao príncipe: “Bem sei que o Brasil não tardará a separar-se de Portugal; e, neste caso, se não pudeses conservar a coroa para mim, guarda-a para ti, antes que algum aventureiro se apodere dela”. Judicioso conselho paterno, que foi seguido à risca.

(...) D. Pedro, desde esse instante, não hesitou em marchar para o trono, em servir a independência. Trabalhou, não sem perigo, a impelir para o mar as forças portuguesas que ocupavam o Rio e o litoral. Não deu entrada às forças enviadas de Lisboa. Com fracos elementos, em meio das perturbações e dos desmembramentos, organizou a defesa, e quando em

algum ponto do país se fazia uma sombra, ele acorria gentilmente em pessoa. Assim, a província de Minas Gerais, tão cruelmente ferida no tempo de Tiradentes, ficara depois sob a vigilância e o guante de Portugal. Dizimada em seus patriotas, enfraquecida, vigiada de perto, ela tolerava os juízes, e quando chegou o dia da **insurreição**, alguns de seus filhos se deixaram levar por influências estrangeiras. O príncipe conhecia bem essa província, uma das mais enérgicas e das que mais sofriam. Partiu, pois, para lá, esclareceu os espíritos, acalmou os corações, e na volta, atravessando a planície do Ipiranga, perto de São Paulo, atirou para o mar lusitano o grito forte e altivo: “Independência ou morte!”*

É antigo na história esse clangor de guerra. Foi ouvido em Maratona, em Salamina, em Platéia. Em 93, nas margens do Reno, era umas das variantes da “Marselhesa”. Mas há palavras que não morrem. São o Verbo. Nesse dia, o regente ganhou um Império.

Ademais, sua atividade, sua energia, não tiveram um dia de fadiga ou de esmorecimento nessa fase de confusão, conturbada de crises interiores. Ele deu ao Brasil suas armas, um pavilhão, signos de independência e soberania.

Era ainda um batismo. A seguir, fez publicar decretos sobre decretos contra Lisboa, suas cortes, suas tropas, seus governadores e seus navios. Depurou seu ministério e sua casa. Inspirado por José Bonifácio, deu a lume um edito de anistia em nome do Brasil “independente”, sob reserva e injunção para os “não conformistas” em viver em outra parte. Finalmente, coroou sua obra por uma proclamação ao povo, convocando-o às eleições gerais, e afirmando que só teria glória em governar um povo “generoso” e “livre”.

As cortes brasileiras tinham-se instalado. O príncipe subira ao trono. José Bonifácio ocupava a pasta do Império. E se a facção portuguesa se conserva ainda nas províncias do norte, era apenas a última convulsão. O Brasil estava livre e soberano. Mas esta soberania não passava de um nome, enquanto não estivesse encarnada nas instituições, constituída na lei e nos poderes.

^(*) Como é fácil perceber, o A. incorreu, aqui num engano. A comitiva que testemunhou a declaração da Independência, a 7 de setembro de 1822, procedia do Rio de Janeiro e não de Minas Gerais.

(...) D. Pedro de Bragança, sendo então apenas príncipe-regente, recebera nas aclamações populares um título que o empolgava: defensor perpétuo da independência e da liberdade brasileira.

Tornado “Príncipe”, o homem da “Independência” cometeu faltas graves. Esgotou as finanças do império nascente numa guerra insensata contra a Banda Oriental (Montevideú). Teria necessidade de um Província Cisplatina o possuidor de vinte províncias que são outros tantos reinos? Fantasia de imperador que procura a glória. Mas a glória não veio e recorreu-se ao banqueiro - o empréstimo inglês. Loucuras custam caro.

Em memória do juramento violado, das cortes dissolvidas, Pernambuco revoltou-se em prol de sua república. Com isso lucravam o Pará, o Maranhão e o Ceará. A insurreição, dessa vez, parecia tremenda. D. Pedro I enviou Lord Cochrane com uma esquadra de guerra. Houve combates encarniçados, mas a rebelião foi subjugada. E Guilherme Ratcliff, republicano ardente, pagou com sua cabeça, no Rio de Janeiro, pelo insucesso da revolta.

Entretanto, D. Pedro não era cruel. Tinha mesmo belos instantes naturais. E quando descarregou o seu golpe de estado, em vez de governar à velha maneira portuguesa ou como um Fernando de Espanha, apressou-se em forjar uma constituição. Acreditava-se um artista nesse gênero, e seja dita a verdade, sua obra era um modelo de liberdade, atendendo à sua época.

“(...) Mas a ferida sangrava sempre. O golpe de estado matava as esperanças, anuviava as recordações. A confiança estava extinta no coração dos brasileiros e a administração governamental, sacudida de uma intriga à outra, sempre flutuante, não passava de uma série do borrascas. Além disso, D. Pedro estava irritado pelas contradições da imprensa, pelas vozes surdas da opinião pública, e talvez pelas suas próprias meditações. Esse jogo de báculo custou-lhe caro. Nos seus conselhos acabavam de entrar deputados democratas. Em menos de dez dias estavam expulsos. Foi grande a indignação do povo e as tropas, em praça pública, confraternizaram com as massas, evidente sintoma de revolução. Por seu turno, a guarda de São Cristóvão, tendo seguido a artilharia da cidade, deixou D. Pedro sem forças. E ele abdicou.

D. Pedro, no ato da abdicação, permaneceu calmo e digno. Não desceu ao insulto. Confiou seu filho ao novo império e deu-lhe por tutor um de seus velhos amigos, esse mesmo José Bonifácio que outrora havia desterrado.

O tempo, que orna de flores as sepulturas, consolará com um bocado de glória esse nome tão atormentado? Essa memória tão discutida achará um refúgio amigo na família brasileira, e a pátria que o desviou, em seus receios legítimos, anistiará a sua sombra? Isso passou-se, e há muito tempo. O grito do Ipiranga, que, a cada ano, relembra a independência, desperta também antigas recordações. O homem e data se enlaçam e se sustentam. E D. Pedro I terá em breve a sua estátua, seu monumento no centro desta cidade-rainha, hoje capital incontestada de um grande império livre e soberano.

(Brasil pitoresco, I: 102-109)

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas.

402. A REPÚBLICA DO INTERIOR PAULISTA

Transcorrida ontem a data assinaladora da proclamação da República em nosso país, ocorre-nos comentar algo que sempre nos pareceu significativo na história da propaganda republicana, desde o lançamento do primeiro manifesto, em 1870 até a proclamação do novo regime em 1889: a participação de cidades do interior nessa fase da propaganda, em diversas províncias do país, cidades que não raro sediaram convenções, congressos (ou que outros nomes tenham) a atestar de maneira inequívoca que a movimentação cívica não era privilégio das capitais.

Localidades até então de pouca ou mesmo nenhuma presença na história do país, tornam-se centros de movimentos importantes que determinam a inserção de seus nomes na crônica republicana.

Ainda está por ser feito um levantamento com o devido significado dessa participação interiorana na propaganda republicana. Nenhuma cidade de certa importância deixou de ter o seu clube ou sua imprensa republicana. Muitos desses clubes perdendo sua função com a proclamação do novo regime, transformaram-se em clubes sociais ou recreativos e, nesta qualidade, vários deles existem até hoje.

Mais ainda: duas cidades do interior - e por sinal do interior paulista - receberam cognomes vinculados à República, o que não ocorreu

com nenhuma capital do país. Uma, a nossa Itu, foi denominada “Berço da República”; outra, Campinas, recebeu o cognome de “Meca da República”. Dois cognomes significativos que, certamente, não foram dados sem razão. Duas cidades de muita participação na vida política da província, talvez mais ainda Itu que Campinas, pois é pelo menos um século mais velha. E quanta gente dessas cidades - tornamo-nos a dizer ainda mais de Itu que de Campinas - teve intensa atuação na vida da província e do Império!

Apenas não entendemos bem - e nossos queridos amigos ituanos não vão ficar zangados conosco - porque Itu foi denominada “Berço da República” e nem sabemos como surgiu esse cognome e a quem ele é devido. Se a República teve um berço, quer nos parecer ter sido ele o Rio de Janeiro. Foi lá que se fundou o Partido Republicano, de lá foi que partiu o primeiro manifesto republicano e, afinal, lá é que foi proclamada a República... É certo que Itu sediou uma importante, talvez mesmo a mais importante convenção realizada em terra paulista, mas não nos esqueçamos que numerosas outras cidades em todo o país também sediaram reuniões republicanas. Mas, fiquem tranqüilos nossos caríssimos amigos ituanos (e são tantos...), não vamos pleitear a retirada do epíteto de que tanto se orgulha a “fidelíssima” cidade paulista, a ponto de comemorá-lo anualmente com festas e reuniões culturais. Parece-nos Itu ser a cidade paulista que mais comemora a República, muito mais do que Campinas, que nem se lembra do glorioso epíteto que lhe deu Quintino Bocaiuva... Este civismo ituano parece-nos profundamente significativo e que ele permaneça sempre para a honra e glória da cidade. 16-11-2002

*

403. UMA “GEOGRAFIA” JÁ “HISTÓRICA”

Uma história dos estudos geográficos no Brasil não poderia omitir a obra de Johann Eduard Wappaus, alemão de Hamburgo, nascido a 17 de março de 1812 e falecido em Göttingen, de cuja universidade era professor, a 10 de dezembro de 1879. Dele disse o historiador pernambucano Alfredo de Carvalho que foi geógrafo notável e que a sua obra sobre o

Brasil é um verdadeiro monumento de criteriosa erudição. Por sua vez, Oscar Canstatt, em seu elenco de alemães que escreveram sobre o nosso país, afirmou que ele não só reuniu para a elaboração de seu livro todo o material existente na literatura alemã e estrangeira, como dispôs de informações, apontamentos e considerações próprios colhidas na viagem que realizou ao Brasil em 1833-1834. Lembrando que sua obra poderia ainda por muito tempo ser tida como clássica em quase todos os pontos, anotava também alguns dados relativos a pontos que exigiriam ainda “conexões mais ou menos extensas”. Mas, apesar das restrições, lembrava que a obra “pertence ao número dos livros fundamentais no domínio da literatura geográfica alemã”.

A obra mereceu tradução parcial por Capistrano de Abreu e Alfredo Valle Cabral, publicada pela Editora Leuzinger, do Rio de Janeiro, em 1884 e com o título simplificado para “Geografia Física do Brasil”. Lembravam os tradutores, logo a advertência inicial, que a obra merecia ser conhecida entre nós, querendo dizer com esta simples frase algo significativo acerca de seu valor. Os tradutores pedem desculpas por não serem os mais indicados para a tradução e citam numerosas personalidades do mundo cultural brasileiro da época aos quais ficaram devendo alguma contribuição para a realização de suas tarefas: entre eles, Saldanha da Gama, Orville Derby, Homem de Melo, Ramiz Galvão, aos quais julgaram de justiça anexar o nome de Leitenberger, “que fez grande parte da tradução.

Nunca se soube porque a tradução não se completou. Apenas, na conclusão do prefácio ocorre esta informação significativa: “esta edição condensada é uma edição preparatória; assim mesmo, parece-nos que será tão útil à atual geração, quando foi a “Chorographia Brasilica”, de Aires do Casal à geração de 1817”. E simplesmente os tradutores acrescentam que “o segundo volume” seria publicado dentro de poucos meses e para ele já contavam com a colaboração de “especialistas muito distintos, que torná-lo-ão quase um novo livro”. Mas... ficou nisso o volume de 1884, que temos o privilégio de possuir, figurando, assim, entre as peças mais raras de nossa biblioteca geográfica, embora atualmente já uma obra por assim dizer “histórica”. 28-12-2002.

404. À MEMÓRIA DE UM SACERDOTE-HISTORIADOR

Apraz-nos neste artigo de hoje dedicar algumas linhas a uma das mais expressivas figuras do clero paulista, o “quase ituano” Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo (1896-1972). É também uma das figuras mais significativas da historiografia religiosa de São Paulo.

Natural de Cabreúva, oriundo de velhos troncos ituanos, foi ordenado sacerdote em 1921. Iniciou sua carreira pastoral como vigário da velha cidade de Parnaíba, posteriormente denominada Santana de Parnaíba. Ali, “ao abrigo das tradições bandeirantes e no fluir tranqüilo da vida de um pároco de roça” (como pertinentemente lembrou Hélio Damante) começou a se dedicar à investigação histórica, publicando, em 1935, seu primeiro trabalho - “Notas para a História de Parnaíba” - volume este que, inteiramente revisto e ampliado, mereceu reedição alguns anos mais tarde, seguido de outros trabalhos que o credenciaram, projetando seu nome como incansável rebuscador dos fatos da história eclesiástica paulista, o que levou o saudoso arcebispo Dom José Gaspar a encarregá-lo de escrever a crônica da arquidiocese paulistana.

Dessa feliz iniciativa resultaram os sete volumes de “A Igreja na História de São Paulo”, cuja publicação se fez entre 1952 e 1955 para assinalar a contribuição da Igreja às comemorações do quarto centenário da cidade de São Paulo. Obra que, certamente ficou inconclusa, pois alcança só até a metade do século XIX, com a biografia de Dom Antônio Joaquim de Melo, um dos bispos da diocese paulistana e ao qual nossa Itu muito deve, tanto no terreno religioso como no educacional.

Na carreira sacerdotal, seu nome está intimamente vinculado à Igreja do Divino Espírito Santo, matriz da paróquia da Bela Vista, na capital paulista, da qual foi vigário por mais de trinta anos.

Pesquisando para escrever sua grande obra sobre a Igreja em São Paulo, realizou investigações paralelas que lhe permitiram publicar outras monografias eruditas, como “A fundação do Bispado de São Paulo e seu primeiro bispo” (1945) e a “História eclesiástica do Brasil” (1955). Antes, já havia publicado “Dom Antônio Joaquim de Melo e seu tempo” e “Fontes primárias para a história religiosa de São Paulo” (1948). Embora lacunosa em alguns pontos, pode-se considerar sua obra o que de mais completo se publicou sobre o tema.

Integrou o quadro social do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, do qual foi presidente por muito tempo. Daí nossa preocupação, sempre demonstrada, de incluir seu nome, necessariamente, num panorama da historiografia brasileira. 4-1-2002.

*

405. DA RELIGIÃO AO FOLCLORE E À HISTÓRIA

A seqüência com que titulamos esta nota representa, na realidade, a transição assinaladora da atividade intelectual de uma das mais expressivas figuras da cultura paulista falecida em princípios de dezembro do ano findo. E ao empregarmos a palavra “paulista”, gostaríamos de frisar não apenas o seu caráter de nascido em São Paulo, mas ao fato de, poucos como ele, terem sentido e extravasado sua naturalidade como um verdadeiro “estado de espírito”, que transcende à simples naturalidade. Poucos, a este respeito, foram tão paulistas quanto Hélio Damante.

A seqüência do título demonstra que foi como cronista religioso que iniciou sua longa carreira de cinquenta anos de jornalismo, e sempre em “O Estado de S. Paulo”, onde se tornou conhecido simplesmente por HD, substituindo a um JR que, antes, assinava a coluna “Movimento religioso” do grande matutino.

Tivemos o privilégio de acompanhar de perto sua carreira que o levou a um dos pontos significativos da cultura paulista, a princípio com o folclore e depois com a própria História. Destacou-se com a colaboração ao historiador português Jaime Cortesão na organização da magnífica exposição histórica que constituiu certamente o ponto alto das comemorações do quarto centenário da fundação da cidade de São Paulo em 1954.

Contamos com a sua colaboração direta num programa que idealizamos visando à realização periódica de congressos de história paulista, o primeiro dos quais, com sua assistência, conseguimos realizar em Campinas, em 1971. Infelizmente, a idéia não vingou, pois apenas um

segundo foi realizado em Araraquara e um terceiro, planejado para Santos, não chegou a efetuar-se.

Data dessa nossa preocupação o relacionamento cada vez maior com Hélio Damante. Tornamo-nos confrades no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, na Academia Paulista de História e na Academia Paulista de Jornalismo, entidades a que deu todo o apoio enquanto o permitirem suas condições de saúde.

O fato de haver Paulo Prado publicado um livro sobre a História de São Paulo intitulado “Paulística”, dos mais significativos de nossa bibliografia histórica, sugeriu a Hélio Damante publicar uma “Nova Paulística”, magnífico painel de ensaios sobre a nossa terra. As publicações históricas paulistas e a própria imprensa sempre abriram espaço para os excelentes artigos de nosso saudoso autor. Seu último livro, “A Rainha Vitória e o Brasil” (1999) trata com perspicácia da influência vitoriana no Brasil.

Passando seus últimos anos na pequena cidade de Perdões, à margem da Rodovia D. Pedro I (aliás sua terra natal), acalentou o desejo de escrever sobre o povoamento e a própria história da região por muitos anos decadente, mas hoje altamente valorizada com a construção da bela rodovia. Infelizmente, sua vida abreviou-se antes que sequer iniciasse a redação do que seria seu último livro. 18-1-2003.

